



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Banco e FNE

Em R\$ MIL

Posição: 31.12.2016



Demonstrações Financeiras

B A N C O

Em R\$ MIL

POSIÇÃO: 31.12.2016

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Sede: Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ nº 07.237.373/0001-20

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2016

1. PALAVRA DO PRESIDENTE

O Banco do Nordeste superou, em 2016, o cenário econômico adverso e contratou 5 milhões de operações, no valor total de R\$ 22,2 bilhões que financiaram, em todos os municípios do Nordeste, projetos capazes de gerar emprego e aumentar a renda, beneficiando os diversos setores e segmentos da economia regional.

Desse montante, originaram-se do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) R\$ 11,2 bilhões, dos quais R\$ 6,9 bilhões, correspondentes a 61%, destinaram-se a clientes de pequeno porte.

No Banco do Nordeste, a premissa é levar o crédito a quem mais precisa. Maior programa de microcrédito orientado da América Latina, o Crediamigo, por exemplo, contratou 4,2 milhões de operações, ao emprestar R\$ 8 bilhões para um total de 2.287.455 clientes.

Em 2016, o Banco manteve a liderança na aplicação de recursos de longo prazo e de crédito rural na sua área de atuação, detendo 61% do total de recursos aplicados, embora tenha apenas 8% da rede bancária.

O Banco também criou, nos Estados de Sergipe e Ceará, o projeto-piloto Crediamigo Mais, voltado exclusivamente para clientes formalizados juridicamente, visando contemplar empréstimos destinados a investimento fixo e capacitações. Sem dúvida, será um grande avanço no programa que vem transformando a vida das pessoas.

Numa visão pioneira, o Banco do Nordeste tornou-se o primeiro banco público a perceber a importância da inovação para as políticas, estratégias e ações que impactem diretamente na população. Por isso, lançou o Hub Inovação Nordeste, um espaço de criação no qual as novas ideias possam contribuir com a dinamização da economia regional.

Na lógica de inovar continuamente, o Banco atuou de forma incisiva em 2016. Lançou as linhas de financiamento FNE Sol, destinado a aquisições de sistemas de micro e mini geração distribuída de energia, a partir de fontes renováveis; FNE Água, voltado para a gestão sustentável da água; e FNE Semente, destinado a financiar a formação, implantação e desenvolvimento de *startups*. Nada mais adequado para uma região em que a luz do sol é matéria farta, a água escassa, e o capital humano detentor de reconhecida capacidade de empreendedorismo.

O Banco ousou mais: lançou o Cartão BNB, para agilizar o financiamento aos empreendedores, e o Cartão BNB Agro, destinado a produtores rurais com crédito rotativo pré-aprovado de até R\$ 2 milhões; e implantou o serviço saque sem cartão para pessoa física.

Esse esforço de gestão para fazer um banco cada vez melhor, com a participação dos funcionários comprometidos com a eficiência, a eficácia, a efetividade e a ética, foi reconhecido. O Banco recebeu, em 2016, o Prêmio Mérito Brasil de Governança e Gestão Públicas, concedido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), e venceu o Prêmio Gestão para Resultados do Desenvolvimento, na categoria Planejamento Estratégico/Nível Nacional, promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e o Prêmio Agrobanco, da Associação Latinoamericana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide).

O mais importante, porém, é o compromisso permanente de todos os que fazem o BNB como o Banco de Desenvolvimento da Região, um banco capaz de fazer a diferença na vida das pessoas.

Marcos Costa Holanda
Presidente

Destaques:

Apresentamos a seguir os destaques em resultados, premiações, produtos e serviços alcançados pelo Banco do Nordeste em 2016.

- Contratações de mais de 5 milhões de operações, atingindo o valor global de R\$ 22,2 bilhões, sendo R\$ 11,2 bilhões com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE);
- Contratações de R\$ 8 bilhões no Crediamigo, alcançando mais de 4,2 milhões de operações de crédito realizadas, atendendo a 2.287.455 clientes;
- Contratação de R\$ 1,97 bilhão no Agroamigo, em 481,6 mil operações.
- Crescimento de 139,5% do Lucro Líquido, atingindo R\$ 732,1 milhões;
- Regularização de 127.641 operações, totalizando R\$ 2,38 bilhões auferidos em recuperação de crédito;
- Redução expressiva das despesas com provisionamento de crédito no valor de R\$ 422 milhões;
- Melhoria de 7,8% no Índice de Eficiência Operacional, comparando-o ao exercício de 2015;
- Melhoria no Índice de Basileia, encerrou 2016 em 15% (no ano de 2015: 13,61%), o que garante ao BNB uma boa margem para continuar expandindo os seus negócios em 2017;
- Evolução na utilização de canais digitais para transações bancárias, com 50% do volume total de transações do Banco sendo realizadas via *Internet Banking* e *Mobile Banking*;
- Criação da função técnica de “Economista-Chefe” para assessorar o Banco no gerenciamento de questões econômicas e de desenvolvimento, conduzindo pesquisas e análises sobre tendências macro e microeconômicas;
- Lançamento do Hub Inovação Nordeste (Hubine), como espaço de apoio a iniciativas inovadoras, que criem soluções capazes de contribuir com a dinamização da economia regional;
- Lançamento do FNE Sol - linha de financiamento destinada à aquisição de sistemas de micro e minigeração distribuída de energia, a partir de fontes renováveis;
- Lançamento do FNE Água - linha de financiamento destinada à gestão sustentável da água;
- Criação do FNE – Semente – Previsto na Programação FNE para 2017, cujo objetivo é o apoio à implantação de Startups fomentando o empreendedorismo e projetos com alto potencial de crescimento.

Produtos

- Lançamento do Cartão BNB – inovação que agiliza o financiamento às empresas de todos os portes dos setores industrial, comercial, de serviços e de turismo na aquisição

isolada de veículos, móveis, utensílios, máquinas, equipamentos, matéria-prima e insumos;

- Lançamento do Cartão BNB Agro - destinado a produtores rurais e utilizado para a contratação e desembolso de operações de crédito, de forma automática, por meio de crédito rotativo pré-aprovado de até R\$ 2 milhões, destinado a financiar a aquisição isolada de bens novos (máquinas, equipamentos, tratores, microtratores, colheitadeiras e veículos);
- Saque sem Cartão – serviço que permite ao cliente pessoa física realizar saques sem o cartão de débito nos terminais de autoatendimento do Banco do Nordeste;
- Criação, em projeto-piloto, do “Crediamigo Mais”, voltado exclusivamente para clientes com CNPJ e contempla empréstimos destinados a investimento fixo e capacitações, disponível inicialmente em unidades de Sergipe e Ceará.

Prêmios/Reconhecimentos

- O Banco do Nordeste foi laureado com o Prêmio Agrobanco, promovido pela Associação Latinoamericana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide) e patrocinado pelo Banco Agropecuário do Peru (Agrobanco), como reconhecimento ao apoio dado ao Setor Florestal;
- O Banco do Nordeste foi o vencedor do II Prêmio Gestão para Resultados do Desenvolvimento 2016, na categoria "Planejamento Estratégico (Nível Nacional)" promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- As Práticas de gestão de pessoas do Banco do Nordeste foram reconhecidas como exemplos pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) no Caderno de Boas Práticas de Gestão de Pessoas das Empresas Estatais Federais;
- O Banco do Nordeste recebeu o Prêmio Mérito Brasil de Governança e Gestão Públicas, concedido pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O prêmio é um incentivo para que os gestores públicos possam adotar as melhores práticas e devolver os impostos pagos pela sociedade em bons serviços públicos;
- De acordo com o Banco Central, o Banco do Nordeste é a empresa com menor número de reclamações entre os bancos com mais de 4 milhões de clientes. O ranking é formado a partir das demandas registradas pelo público e considera bancos comerciais, múltiplos, cooperativos, de investimento, filiais dos bancos estrangeiros, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento (SCFI) e administradoras de consórcio.

2. MODELO DE NEGÓCIOS

O Banco do Nordeste (BNB) aplica recursos na Região por meio das operações de empréstimos e financiamentos e oferece produtos e serviços financeiros aos agentes econômicos, visando produzir resultados que garantam tanto a sua sustentabilidade quanto os interesses da sociedade. O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é a principal fonte de recursos utilizada pelo Banco.

A solução das grandes questões regionais, a transformação do Nordeste e sua participação mais efetiva no cenário sócioeconômico nacional caracterizam o desafio maior e alvo principal

das ações do Banco do Nordeste, como o Banco de desenvolvimento da Região, que atua ampliando oportunidades, fortalecendo os agentes produtivos, produzindo impactos de interesse da sociedade nordestina, gerando empregos, proporcionando melhoria da renda das famílias, promovendo a inclusão social e financeira e atuando em área de grande carência econômica, como o semiárido.

Para alcançar melhor cobertura geográfica e atendimento de sua missão, o Banco tem atuado desde 2012 na política de readequação, reforma e ampliação de seus pontos de atendimento (unidades de microcrédito e agências). Assim sendo, em 2016, com a instalação de 19 novas agências, ampliou-se a capilaridade da rede para 316 unidades, chegando-se ao total de 775 pontos de atendimento físico, incluindo as unidades de microcrédito (Tabela 1).

Tabela 1 – Pontos de Atendimento Físico

Posição: dez/2016

UF	Agências	Unidades de Microcrédito	Total de Pontos	Municípios Atendidos
Alagoas	19	23	42	102
Bahia	65	74	139	417
Ceará	49	133	182	184
Espírito Santo	5	0	5	28
Maranhão	30	41	71	217
Minas Gerais	20	24	44	168
Paraíba	21	38	59	223
Pernambuco	42	36	78	185
Piauí	25	42	67	224
Rio Grande do Norte	22	26	48	167
Sergipe	18	22	40	75
Total	316	459	775	1990

Fonte: Marketing/Banco do Nordeste.

No cumprimento de sua missão, o Banco do Nordeste contribui de maneira efetiva para transformação da realidade regional e para redução das desigualdades. Isso pode ser constatado pela liderança assumida pelo Banco do Nordeste nas aplicações de recursos de longo prazo e de crédito rural na sua área de atuação. Com apenas 8% da rede bancária, o Banco lidera a aplicação de recursos de longo prazo e crédito rural, detendo 61% do total de recursos aplicados na sua área de atuação (Tabela 2).

Tabela 2 – Participação do Banco do Nordeste nos Financiamentos - 2016

Unidades Geográficas ⁽¹⁾	Agências Bancárias		Banco do Nordeste/ Rede Bancária (%)	Participação Financiamentos ⁽²⁾	
	UF	Total		Banco do Nordeste	Longo Prazo ⁽³⁾
Alagoas	202	19	9,4%	71,1%	58,0%
Bahia	1094	65	5,9%	51,2%	47,7%
Ceará	503	49	9,7%	74,4%	79,1%
Espírito Santo	94	5	5,3%	21,9%	12,2%
Maranhão	359	30	8,4%	64,1%	60,6%
Minas Gerais	227	20	8,8%	55,4%	43,9%
Paraíba	245	21	8,6%	75,1%	75,9%
Pernambuco	602	42	7,0%	65,2%	60,8%
Piauí	181	25	13,8%	67,4%	82,5%
Rio Grande do Norte	209	22	10,5%	69,5%	76,4%
Sergipe	215	18	8,4%	73,5%	72,9%
Total	3931	316	8,0%	61,6%	56,3%

Fontes: Sisbacen e Sistema BNB S400.

Notas: ⁽¹⁾ Região Nordeste, norte de MG e ES. ⁽²⁾ Os dados Sisbacen contemplam bancos comerciais e múltiplos com carteira comercial. Financiamentos FNE foram acrescidos aos dados do Sisbacen e do Banco do Nordeste. ⁽³⁾ Inclui crédito rural (financiamentos rurais e agroindustriais).

A importância do Banco para a região Nordeste pode ser observada pela expressiva participação no Crédito Rural. Com base nas informações constantes na Matriz de Dados do Crédito Rural (MDCR), do Banco Central do Brasil (Bacen), relativas às operações realizadas durante os Planos Safra de 2013-2014 a 2015-2016, verifica-se que foram contratados R\$ 39,4 bilhões no Nordeste. Desse montante, o Banco do Nordeste foi responsável por R\$ 15,5 bilhões, que corresponde a 39,4% de participação no mercado, constituindo-se o Banco que mais aplica no segmento rural na região Nordeste, conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Região Nordeste - Planos Safra (1) 2013-2014 a 2015-2016

(R\$ milhões)

Plano Safra	Nordeste	Banco do Nordeste	% Banco do Nordeste/NE
2013-2014	12.637	4.264	33,7%
2014-2015	13.492	5.752	42,6%
2015-2016	13.246	5.510	41,6%
Total	39.375	15.526	39,4%

Fonte: Matriz de Dados do Crédito Rural - MDCR/Banco Central do Brasil (Bacen).

Nota 1: Cada Plano Safra compreende o período entre os meses de julho do ano em que o plano é lançado e junho do ano subsequente.

2.1 Desenvolvimento Regional

Para promoção do desenvolvimento regional e para avaliação e implantação de políticas de desenvolvimento regional, o Banco dispõe do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), com atuação destacada na elaboração, promoção e difusão de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas, na avaliação de políticas e programas e na realização de estudos, produzindo e publicando, também, obras técnicas e outros trabalhos de interesse do Banco, em parceria com instituições ligadas ao desenvolvimento regional.

O “Economista-Chefe” foi a função técnica criada para assessorar o Banco no gerenciamento de questões econômicas e de desenvolvimento, conduzindo pesquisas e análises sobre tendências macro e microeconômicas, fato este que consolidou o Etene como uma unidade de consultoria econômica para a Instituição, incrementando a disponibilização de análises prospectivas e a identificação de tendências, apoiando a agenda de atuação do Banco.

Em 2016, foram desenvolvidos pelo Etene diversos modelos econométricos para previsão de comportamento de variáveis, tais como a aplicação e o desempenho das metas do FNE, a inadimplência na Região e a demanda por crédito nos municípios nordestinos. Merece destaque, ainda, o lançamento do Diário Econômico do Etene, informativo com análises breves sobre os principais temas e indicadores econômicos regionais e nacionais.

Em estudos e pesquisas setoriais foram realizadas 34 análises sobre atividades econômicas de interesse do Banco e, a partir do 2º semestre, passaram a ser reunidas no Caderno Setorial, publicação mensal do Etene com detalhes sobre a evolução recente dos principais indicadores, fatores de risco e tendências esperadas para os setores, segmentos e atividades mais importantes da economia regional. Destacam-se os seguintes trabalhos do Etene em 2016, sob a condução do Economista-Chefe:

- Publicação dos “Relatórios de Informações Socioeconômicas Municipais” - retratos consolidados de cada uma dessas unidades administrativas a partir de dados e informações atualizadas periodicamente;

- Divulgação de dois novos índices econômicos – Inflação Nordeste (IPCA-NE) e Cesta Básica Regional, ambos desenvolvidos pelo Etene (metodologia própria);
- Avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com o objetivo de analisar o sistema de planejamento e operacionalização do Programa, bem como seus resultados e impactos micro e macroeconômicos;
- Avaliação de Impacto do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – Segunda Fase (Prodetur/NE-II);
- Construção da Linha de Base do Novo Modelo Agentes de Desenvolvimento;
- Realização do 22º Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento, com o tema “Inovação para o Desenvolvimento”;
- Realização do XXI Encontro Regional de Economia, evento promovido pela Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec) com o apoio do Banco do Nordeste.

2.2 Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento

Como parte de seu papel de indutor do desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste apoia estudos técnicos, projetos de pesquisa, difusão e inovação tecnológica por meio da concessão de recursos não reembolsáveis do Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (Fundeci) e do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR).

No exercício de 2016, o Banco do Nordeste apoiou com recursos do Fundeci 16 (dezesseis) convênios, totalizando R\$ 1,98 milhão, destacando-se as seguintes pesquisas: a) “Produção de Antígenos Recombinantes de Leptospiras e Padronização de Teste Rápido para o Diagnóstico da Leptospirose”; b) “Nanocompósitos Contendo Própolis Vermelha para a Regeneração da Medula Celular”; e c) “Purificação de Bioativos de Palma Forrageira (*opuntia ficus-indica*) Utilizando Sistemas Aquosos Bifásicos para Aplicações Contra o Câncer”.

2.3 Sustentabilidade

Desde 2010, o Banco do Nordeste elabora anualmente o Relatório de Sustentabilidade, visando compartilhar suas ações de responsabilidade socioambiental e suas práticas de governança corporativa com seus públicos de relacionamento. A elaboração desse relatório é realizada alinhada às diretrizes da *Global Report Initiative (GRI)*. Em 2016, o Banco do Nordeste desenvolveu diversas ações de responsabilidade socioambiental relacionadas tanto à sua atividade de Banco de Desenvolvimento, ou seja, tanto à concessão de financiamentos para o desenvolvimento sustentável da Região onde atua quanto às atividades relacionadas ao funcionamento da empresa em si. As principais ações são destacadas a seguir:

- Implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco do Nordeste, por meio do desenvolvimento de ações constantes em seu respectivo Plano de Ação, em cumprimento à Resolução BACEN nº 4.327, de 25.04.2014 e ao Normativo FEBRABAN SARB nº 14, de 28.08.2014. A PRSA do Banco do Nordeste encontra-se disponível na página eletrônica do BNB na internet, no endereço: <http://www.bnb.gov.br/politica-de-responsabilidade-socioambiental>;
- Destinação de recursos de incentivos fiscais a projetos sociais no âmbito do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA), da Lei de Incentivo ao Esporte e do Fundo dos Direitos do Idoso. Em 2016, foram destinados recursos financeiros no valor de R\$ 1,09 milhão em favor do FIA atendendo 16 projetos que beneficiarão 1.901 crianças e adolescentes de baixa renda;
- Contratação de 9.575 operações de financiamento relacionadas ao meio ambiente e à inovação, alcançando o montante de R\$ 445,4 milhões por meio dos

programas ambientais FNE Verde, Pronaf Semiárido, Pronaf Floresta, Pronaf Eco e Pronaf Agroecologia, além de R\$ 590,3 milhões aplicados com recursos do programa FNE Inovação (Tabela 4).

Tabela 4 - FNE – Programas Ambientais e de Inovação

(Em R\$ milhões)

Programa	2015		2016		Variação Valor
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	
FNE Verde	52	38,9	128	289,5	644,1%
PRONAF	9.574	155,3	9.424	155,9	0,4%
FNE Inovação	14	347,0	23	590,3	70,1%
Total	9.640	541,3	9.575	1.035,7	91,3%

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito

Ainda em 2016, diante da crescente preocupação com o uso consciente dos recursos naturais, o Banco lançou as linhas de créditos FNE Sol e FNE Água.

O FNE Sol é uma linha de financiamento destinada à aquisição de sistemas de micro e minigeração distribuída de energia, a partir de fontes renováveis; enquanto o FNE Água é uma linha de financiamento destinada à gestão sustentável da água, compreendendo investimentos nos seguintes eixos:

- Acesso: disponibilidade e uso de fontes alternativas ao sistema público;
- Eficiência: diminuição de consumo e/ou reutilização;
- Recuperação de mananciais: reflorestamento de matas ciliares e nascentes e
- Saneamento: serviços de oferta de água potável, coleta e tratamento de esgotos.

2.4 Política de Desenvolvimento Territorial

O objetivo da Política de Desenvolvimento Territorial é fortalecer as cadeias produtivas das atividades prioritizadas, incorporar inovações tecnológicas em atividades produtivas, potencializar a participação dos agentes econômicos locais no processo de desenvolvimento e melhorar as condições de vida da população regional.

O Banco do Nordeste implantou em 2016 os projetos-piloto dos Planos de Ação Territorial, instrumento que embasa a ação local no âmbito da sua Política de Desenvolvimento Territorial. Os projetos marcam também o início em campo do modelo atualizado de ação dos Agentes de Desenvolvimento do Banco. Assim, foram elaborados em 2016, como projeto-piloto, 21 Planos de Ação Territorial, em 21 territórios da área básica de atuação do BNB, de 11 estados (Região Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo), contemplando 11 atividades produtivas: Agroecologia, Apicultura, Avicultura, Bovinocultura de Leite e Mista, Caprinocultura, Caprinovinocultura de Leite, Fruticultura, Grãos, Milho, Mandiocultura e Piscicultura.

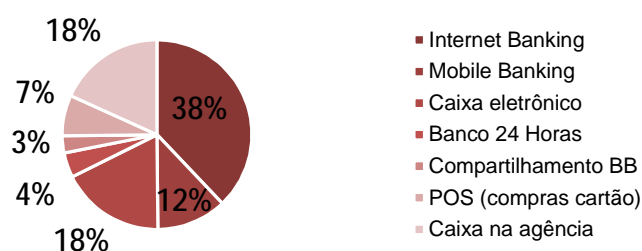
O Programa Cisternas Rurais foi operacionalizado pelo Banco do Nordeste por meio de contrato de prestação de serviços com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para a construção de 30.133 cisternas sendo 28.483 para o consumo humano (primeira água) e 1.650 de produção (segunda água) – em 37 municípios dos estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais e Paraíba.

2.5 Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) tem importante papel no modelo de negócio do Banco do Nordeste, sendo o elo entre a estratégia corporativa e os produtos e serviços disponibilizados aos clientes. O montante aplicado em 2016 em TI totalizou R\$ 226,8 milhões.

A modernização realizada por meio de investimento em TI tem levado o Banco a constante melhoria e expansão em seus canais de atendimento digital com a implantação de novos e mais modernos canais de relacionamento. Assim sendo, em 2016, do volume total de transações do Banco, 50% foram realizadas em canais digitais *internet* e *mobile* e 25% no auto-atendimento (próprio e compartilhado), sendo apenas 18% das transações efetuadas nos caixas das agências (Figura 1).

Figura 1 – Transações Bancárias por Canal



Houve sensível evolução na utilização dos canais digitais quando comparado os resultados de 2016 com os de 2015, quando 39% das transações totais foram realizadas por *internet/mobile* e 24% haviam sido nos terminais de caixa das agências.

Outras ações e projetos executados pela TI em 2016 de destaque são: aquisição de terminais de caixa, visando à substituição de 1.180 equipamentos obsoletos ao longo do ano de 2017; renovação dos serviços de telefonia *VoIP*, *Contact Center* e Mesas de Operações Financeiras; conclusão do Plano de Estabilização de Sistemas e Infraestrutura de TI (Pesi); modernização dos *DataCenters*; a reestruturação da Plataforma de *Site Secundário* e a revisão do modelo de Gestão de Projetos e Portfólios de TI.

3. ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

3.1 Objetivos ODS

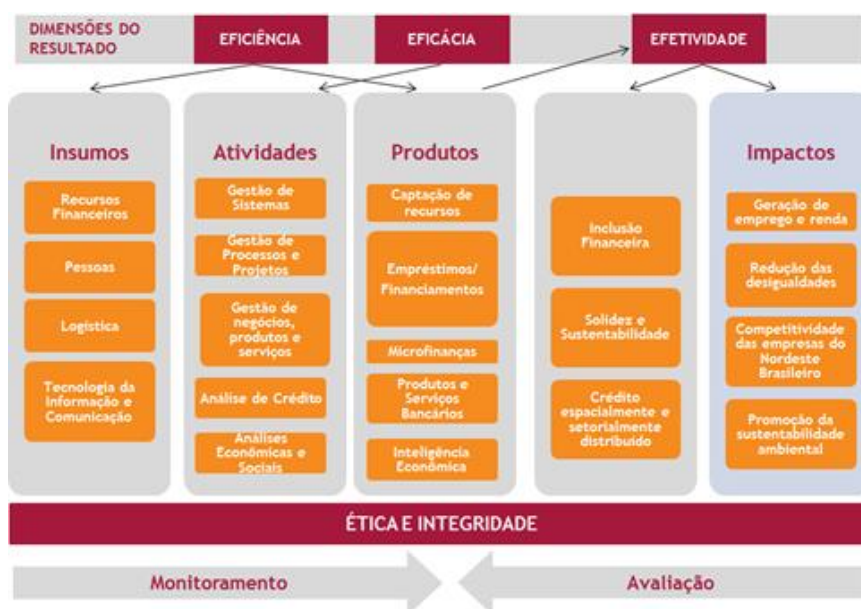
Em 2016, o processo de planejamento empresarial do Banco ocorreu em um contexto econômico mais restritivo do que nos anos anteriores e de baixo crescimento na produção da Região devido ao agravamento das condições climáticas do polígono das secas. Referenciado por essa pauta, o Banco do Nordeste implementou um processo de planejamento empresarial com base no modelo de Gestão para Resultados (GpR), focando suas ações na promoção do desenvolvimento sustentável da Região.

A motivação maior de um modelo de Gestão para Resultados deve ser um ideal transformador: a construção de um futuro baseado em novas possibilidades de desenvolvimento e de uma cultura orientada a resultados, baseada no aprendizado contínuo.

O Banco adotou a Gestão para Resultados com o objetivo de levar a organização a atuar direcionada para os seus resultados e impactos. Foi definido o direcionamento estratégico do Banco que reforça o compromisso desenvolvimentista, traduzido em: Princípios Estratégicos: Foco no Cliente e Resultados, Meritocracia, Inovação e Integridade; na Visão de "Ser o Banco preferido do Nordeste, reconhecido pela sua capacidade de promover o bem-estar das famílias e a competitividade das empresas da Região"; na Missão de "Atuar como o Banco de desenvolvimento da região Nordeste"; e nos Valores Organizacionais - justiça, governança, transparência, honestidade, sustentabilidade, igualdade, democracia, compromisso, respeito, cooperação, confiança, disciplina e civilidade.

Em seguida, foi construído um Mapa Estratégico onde estão propostas três Dimensões de Resultado: Eficiência, Eficácia e Efetividade. Tais dimensões direcionam e se constituem balizas de avaliação de desempenho das ações de toda a empresa.

Figura 2 - Mapa Estratégico



Para continuar avançando na direção apontada pelo direcionamento estratégico, construiu-se um plano estratégico quadrienal, indicando os principais compromissos para o período 2016 a 2019, definindo-se as escolhas estratégicas para atender às novas demandas do mercado bancário e da Região. Os planos táticos e operacionais elaborados, anualmente, reforçam a estratégia e lhe dão consequência. Além disso, o portfólio de projetos estratégicos corporativos é composto por ações qualitativas, representadas por melhorias de processos, suprimento de recursos, melhoria dos produtos existentes, além de inovações em produtos, serviços ou processos e complementam os planos operacionais, contribuindo diretamente para a viabilização dos resultados e impactos propostos.

A agenda formulada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em setembro de 2015, foi composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram construídos em um processo de negociação mundial, que teve início em 2013 e contou com a participação do Brasil em suas discussões, tendo se posicionado de forma firme em favor de contemplar a erradicação da pobreza como prioridade entre as iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável. No Mapa Estratégico do Banco do Nordeste, que foi construído com base nos fundamentos Gestão para Resultados (GpR), o modelo de atuação do Banco apresenta alinhamento com os ODS em seus resultados e impactos da seguinte forma:

Quadro 1 - Alinhamento dos Resultados e Impactos aos ODS

Resultado / Impacto	Objetivos ODS
Inclusão Financeira	Erradicação da pobreza
Solidez e Sustentabilidade	Parcerias em prol das metas
Crédito Espacialmente e setorialmente distribuído	Emprego digno e crescimento econômico
Geração de Emprego e Renda	Emprego digno e crescimento econômico
Redução de Desigualdades	Redução das desigualdades
Competitividade das Empresas Nordestinas	Indústria, Inovação e Infraestrutura
Sustentabilidade Ambiental	Cidades e comunidades sustentáveis

Fonte: Diretoria de Planejamento - Superintendência de Estratégia e Organização

Como reconhecimento do Planejamento Corporativo do Banco em 2016, o Banco do Nordeste foi o vencedor do II Prêmio Gestão para Resultados do Desenvolvimento 2016, na categoria "Planejamento Estratégico (Nível Nacional)". O prêmio é uma promoção do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em parceria com o Governo de Jalisco (México) e tem por objetivo identificar as melhores práticas de aplicação da metodologia de Gestão para Resultados voltada para o desenvolvimento nos países da América Latina e do Caribe.

3.2 Resultados 2016

Em 2016, conforme estabelecido no planejamento empresarial, foram alcançados resultados de efetividade medidos pelos seguintes aspectos:

- Inclusão Financeira: promover a inclusão financeira com 1,72 milhão de operações realizadas com clientes pelo Pronaf; 1,1 milhão de clientes ativos no Programa Agroamigo e 2,1 milhões de clientes atendidos pelo Crediamigo;
- Crédito espacialmente e setorialmente distribuído: distribuir o crédito conforme programação do FNE aprovada pelo Conselho Deliberativo da Sudene (Condel);
- Solidez e Sustentabilidade: direcionar os esforços para ganhos de eficiência e retorno sobre seu patrimônio líquido, monitorando como está seu posicionamento em relação a outros bancos públicos.
 - i. Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido Médio (IRPL): 24,3%. O IRPL fechou o ano de 2016 em 24,3%,
 - ii. Índice de Eficiência (IEF): 84,0%. Foi alcançado, no ano de 2016, um IEF de 84,0%.
 - iii. Índice de Eficiência em relação ao Índice de Eficiência dos Bancos Públicos: 85,6%. Atingiu-se, no terceiro trimestre, um nível de eficiência, em comparação com o conjunto dos Bancos Públicos, de 85,6%.

O Banco exerce ainda o trabalho de atração de investimentos, apoia a realização de estudos e pesquisas com recursos não reembolsáveis e estrutura o desenvolvimento por meio de projetos de grande impacto. Mais que um agente de intermediação financeira, o Banco se propõe a prestar atendimento integrado a quem decide investir em sua área de atuação, disponibilizando uma base de conhecimentos sobre o Nordeste e as melhores oportunidades de investimento na Região.

3.3 Desafios 2017

Para 2017, o Plano de Aplicações do FNE, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Sudene (Condel/Sudene) prevê recursos da ordem de R\$ 14,7 bilhões na programação padrão e R\$ 6,3 bilhões como programação específica para projetos de infraestrutura, estruturantes para o desenvolvimento regional, com a projeção de financiamento por estado e setor de atividade apresentada na tabela 5.

Tabela 5 - FNE 2017: Projeção de Financiamento por Estado e Setor de Atividade
(R\$ milhões)

UF/ SETOR	Agricultur a (1) (2)	Pecuária (2) (3)	Indústria (1)	Agroin- dústria (2) (4)	Turismo	Com. & Serv. (1)	Infraes- trutura (4)	TOTAL	[%] UF
AL	130,0	120,0	190,0	20,0	100,0	140,0	-	700,0	4,8
BA	1.180,0	525,0	600,0	30,0	140,0	850,0	-	3.325,0	22,6
CE	200,0	365,0	770,0	15,0	110,0	760,0	-	2.220,0	15,1
ES	65,0	50,0	170,0	15,0	10,0	60,0	-	370,0	2,5
MA	440,0	435,0	245,0	20,0	25,0	290,0	-	1.455,0	9,9
MG	200,0	250,0	100,0	5,0	5,0	230,0	-	790,0	5,4
PB	50,0	190,0	200,0	20,0	95,0	275,0	-	830,0	5,7
PE	255,0	300,0	450,0	100,0	170,0	505,0	310,0	2.090,0	14,2
PI	590,0	205,0	30,0	15,0	115,0	325,0	-	1.280,0	8,7
RN	75,0	170,0	140,0	15,0	55,0	300,0	220,0	975,0	6,6
SE	110,0	125,0	130,0	20,0	30,0	200,0	50,0	665,0	4,5
SUB TOTAL	3.295,0	2.735,0	3.025,0	275,0	855,0	3.935,0	580,0	14.700,0	100,0
[%] Setor	22,4	18,6	20,6	1,9	5,8	26,8	3,9	100,0	
SUB TOTAL PROGRAMAÇÃO PROJETOS ESTRUTURANTES								6.300,0	
TOTAL DA PROGRAMAÇÃO FNE								21.000,0	

Fonte: Programação do FNE para 2017 – Banco do Nordeste 2016.

O cenário de 2017 continua desafiador, renovando a necessidade de ações cooperadas com as demais entidades que participam da promoção do desenvolvimento regional para criação de condições favoráveis para nova dinâmica das atividades produtivas.

4. GOVERNANÇA CORPORATIVA

4.1 Estrutura Estatutária

Na estrutura de governança corporativa do Banco do Nordeste estão presentes a Assembleia Geral, o Conselho de Administração - composto por seis membros, assessorado pelos Comitês de Auditoria e pela Auditoria Interna - e a Diretoria Executiva, composta pelo Presidente e por seis diretores estatutários. O Banco do Nordeste mantém, ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal. (Figura 3)

Além do próprio Estatuto Social, o Banco dispõe dos Regimentos Internos da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, como balizadores das ações e práticas de seus Colegiados Estatutários. Esses documentos estão em harmonia com os demais normativos e leis vigentes e são importantes instrumentos da Governança

Corporativa, na medida em que fortalecem o processo decisório e a dinâmica administrativa e operacional do Banco.

Figura 3 – Estrutura de Governança Corporativa do Banco do Nordeste



Fonte: Diretoria de Planejamento – Superintendência de Estratégia e Organização

A Superintendência de Auditoria do Banco do Nordeste tem como propósito a avaliação dos processos de gerenciamento de riscos, controles e governança, visando adicionar valor à organização e reportando à alta administração a eficácia do sistema de controle interno. Utiliza a metodologia de auditoria de processos com foco em riscos, por meio da qual vem aprofundando o conhecimento dos processos do Banco e, conseqüentemente, aumentando a sua capacidade de avaliar os riscos desses processos e sua respectiva estrutura de controles, de forma independente e objetiva. Em 2016, a Auditoria realizou trabalhos de avaliação, com destaque para: (a) sistema de controles internos; (b) objetos de natureza mandatária, a exemplo de Contabilidade, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Convênios, Acordos e Ajustes, Microcrédito Produtivo Orientado, Indicadores de Desempenho Empresarial, Folha de Pagamento e Licitação e Contratos; e (c) objetos do processo de crédito (cadastro, concessão, administração e recuperação de crédito).

Nas relações institucionais estabelecidas pelo Banco, é observado o Código de Conduta Ética do Banco do Nordeste, disponibilizado na Internet para todos os interessados. Esse código se destaca como sendo o principal instrumento orientador da ética empresarial na Instituição. Em consonância com dois valores básicos da Instituição, acesso e transparência das informações, também está normalizada a arquitetura organizacional do Banco, compreendendo suas unidades organizacionais, subordinação, atribuições, organograma e distribuição do quantitativo de vagas. O Banco possui mecanismos de gestão que adotam as melhores práticas de Governança Corporativa, garantindo efetividade e independência na gestão dos riscos e controles internos.

Por demonstrar ter os elementos de um processo de gestão de risco e controles em bom grau de maturidade e responsabilidades bem definidas e manter um plano de continuidade em implementação, o Banco do Nordeste recebeu o Prêmio Mérito Brasil de Governança e Gestão Públicas, concedido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o prêmio é um incentivo para que os gestores públicos possam adotar as melhores práticas e devolver os impostos pagos pela sociedade em bons serviços públicos.

4.2 Comitês e Comissões

Há que se destacar que, em alinhamento às práticas adotadas no mercado e com o propósito de envolver todos os gestores na definição de estratégias e na aprovação de propostas para os diferentes negócios, o Banco do Nordeste tem normalizadas as definições relativas às

alçadas administrativas e às atribuições, assim como a composição e as regras de funcionamento de todos os seus colegiados não estatutários, responsáveis por decisões administrativas, mantendo as seguintes instâncias decisórias colegiadas:

- a) Comitês Corporativos: colegiados multidisciplinares responsáveis pela deliberação de assuntos estratégicos;
- b) Comissões Estratégicas: colegiados criados com finalidade específica e com prazo de funcionamento definido, com encerramento após a consecução do objetivo que motivou sua criação;
- c) Subcomitês: colegiados com composição multidisciplinar, criados para fornecer suporte e acompanhar a implementação das diretrizes estabelecidas pelos Comitês Corporativos a que são vinculados;
- d) Comitês Gestores de Unidades: colegiados existentes em todas as unidades do Banco, compostos por administradores (presidente e diretores) e por gestores dos eixos de gestão principal e de gestão intermediária, conforme normativo em vigor, responsáveis pela administração das unidades e pelo exercício das atribuições e decisões relacionados à sua área de atuação.

4.3 Controles Internos

A Estrutura de Controles Internos do Banco do Nordeste tem como pilares as boas práticas de governança corporativa; a integridade das pessoas e seus valores éticos; compromisso de seus empregados em atuar com competência e com ampla transparência; estrutura organizacional que garante a segregação de funções e que possibilita à adequada delegação de autoridade e atribuições; além das políticas e práticas de gestão de riscos.

Os objetivos da Estrutura de Controles Internos no BNB são: a) manter os riscos inerentes aos processos, produtos, serviços e sistemas do Banco dentro dos limites compatíveis com as políticas de gestão de riscos vigentes; b) atestar a conformidade legal normativa dos processos, produtos, serviços e sistemas; c) monitorar o fluxo de informações para garantir a qualidade requerida pelo processo de tomada de decisão, de desenvolvimento das atividades internas, de acompanhamento dos resultados organizacionais, de fiscalização e de prestação de contas; e d) contribuir para a melhoria do desempenho operacional das equipes de trabalho.

A Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração, auxiliado pelo Comitê de Auditoria e pela Auditoria Interna, juntamente com o Conselho Fiscal, constituem a esfera superior da Governança do Banco do Nordeste (BNB). No plano diretivo, a Diretoria Colegiada é o órgão gestor da Estrutura de Controles Internos, tendo o Diretor de Controle e Risco, como responsável perante a autoridade monetária nacional, pela gestão de riscos e de controles internos. Os comitês de decisão e ou avaliação são também componentes essenciais da estrutura de gestão de controles e riscos, especializados que são para diversas naturezas de assuntos.

Acrescenta-se aos diversos comitês especializados, a Comissão de Ética do Banco do Nordeste, que tem como atribuição promover o Código de Conduta Ética e de representar o cidadão (cliente) dentro do ambiente empresarial, inclusive mediando conflitos e atuando para a melhoria dos processos internos da empresa.

A segregação de funções também é aplicada com o intuito de atender aos princípios e boas práticas de governança corporativa e às exigências da regulação, sem prejuízo da integração dos processos, cabendo, nesse sentido, destacar que: a) a gestão dos recursos de terceiros encontra-se totalmente apartada das ações de gerenciamento dos recursos do Banco; b) as atividades de controle de operações de crédito são desenvolvidas em ambiente distinto e

independente da área de negócios; c) as funções de avaliação de risco são segregadas daquelas afetas à concessão do crédito; d) a elaboração / renovação dos cadastros dos clientes, instrução das propostas de concessão e de renegociação de créditos são apartadas da área de negócios; e) as atividades de tesouraria do Banco estão separadas das atividades de gestão de Fundos de Investimento; e f) as atividades de criação de modelos e métodos para gestão dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional estão separadas das atividades de gestão dos negócios.

As atividades de controladoria e de contabilidade também estão segregadas, possibilitando melhor definição quanto ao exercício das funções de controladoria, planejamento tributário e orçamento, bem como melhor adequação das atividades referentes à gestão contábil-financeira dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Integra, ainda, a Estrutura de Controles Internos do Banco do Nordeste (BNB), o conjunto de políticas, normas e procedimentos que servem à formalização de decisões e atos administrativos, como também de orientação para a execução das atividades nos diferentes níveis da organização e que estão disponíveis ao amplo acesso dos empregados da Instituição.

O Banco do Nordeste também se diferencia das demais instituições financeiras do País pela missão que tem a cumprir: "atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste". Para isso, entende ser fundamental difundir seus princípios de integridade, ética e de transparência entre nossos clientes, fornecedores, parceiros e demais públicos de relacionamento.

Como entidade gestora de recursos públicos, o Banco do Nordeste tem também o compromisso com a sociedade de pautar a sua atuação no mercado de forma social e ambientalmente responsável, evitando a ocorrência de fraude e corrupção. Para isso, o Banco desenvolve ações de Integridade e Ética, que funcionam como instrumentos da boa governança, envolvendo: postura ética, prática vigilante dos controles internos, sustentabilidade, transparência e integridade da organização, de seus colaboradores e parceiros.

Ao elaborar em 2016 a Política Interna de Integridade e Ética, o Banco do Nordeste reforçou ainda mais o compromisso com a ética e a integridade junto ao seu corpo de empregados, às autoridades constituídas, aos seus clientes e com a sociedade em geral.

Neste sentido, foi criado, em conformidade com a Lei Federal nº 12.846, de 01/08/2013, o Comitê de Integridade e Ética Empresarial. Trata-se de um colegiado específico, a nível institucional, responsável pela verificação da implementação e cumprimento dos padrões do programa e da política de integridade e ética empresarial. Possui as seguintes atribuições:

- Emitir parecer e submeter à Diretoria Executiva, para deliberação, o Programa e a Política de Integridade e Ética Empresarial e as mudanças propostas, aplicáveis a todos os empregados e administradores;
- Submeter à Diretoria Executiva as fragilidades e as oportunidades de melhoria, quando identificadas e encaminhadas a esse comitê, bem como as ações necessárias ao aprimoramento dos mecanismos de integridade e ética;
- Apreçar os relatórios elaborados pelas unidades competentes concernentes ao cumprimento, fiscalização e divulgação do programa e da política de integridade e ética empresarial, determinando a adoção de providências pelas unidades competentes visando à efetividade das medidas alusivas ao Programa e à Política de Integridade e Ética Empresarial;
- Atuar, em conjunto com a Superintendência de Marketing e Comunicação, sobre as estratégias de comunicação relacionados ao Programa e a Política de Integridade e Ética Empresarial de forma a alcançar todos os funcionários do Banco, bem como

sobre a divulgação de ações que reforcem a postura ética, íntegra e a prevenção de situações de conflito de interesse, de corrupção e de fraude;

- Consultar, quando julgar conveniente, à Comissão de Ética do Banco do Nordeste, sobre assuntos que remetam às questões de Integridade e Ética Empresarial.

A Estrutura de Controles Internos do Banco oferece, portanto, segurança à Alta Administração do Banco do Nordeste de que os objetivos relacionados à eficiência e à eficácia operacional, à confiabilidade das informações financeiras e operacionais, ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis e à proteção dos ativos do Banco estão sendo atingidos, contemplando, as boas práticas e requisitos de Governança Corporativa adotados pelo mercado e indicados por órgãos reguladores e fiscalizadores.

O conjunto de todas as políticas e diretrizes orientam, portanto, a empresa Banco do Nordeste pela busca da transparência com os acionistas, o mercado e a sociedade, pelo cumprimento das leis, normas e regulamentos do sistema financeiro nacional e pela gestão institucional efetivada em modelos que garantam o cumprimento da missão, a continuidade da organização e a geração de resultados favoráveis e sustentáveis.

4.4 Relacionamentos

Relacionamento com cliente

O Banco do Nordeste prima pela qualidade do relacionamento com seus clientes, disponibilizando diversos canais de relacionamento como informado a seguir:

O **Serviço de Informação ao Cidadão - SIC**, criado pela Lei de Acesso à Informação, presta atendimento por transparência ativa, disponível em <http://www.bnb.gov.br/aceso-a-informacao>, e por transparência passiva, disponível em <http://www.bnb.gov.br/aceso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic>.

O **Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão** realizou 1.840.017 atendimentos em 2016, referentes aos mais variados serviços sendo: a) 371.915 demandas de atendimentos prestadas aos cidadãos e clientes por telefone (SAC e CAC) e 65.135 por canais multimeios (SIC, web redes sociais, consumidor.gov, sítios de reclamações); b) 91.071 boletos emitidos atendendo solicitação de emissão de boletos aos clientes com e c) realizou 1.377.031 atendimentos ativos juntos aos clientes prestando os seguintes serviços: orientação empresarial voltada para negócios, cobranças de administração de crédito e seguros, monitoramento de oportunidades de relacionamentos e negócios, monitoramento da segurança bancária, renovação de seguros e gestão do atendimento eletrônico.

Ouvidoria - atua como última instância às demandas dos clientes e usuários de seus produtos e serviços. É o canal de comunicação entre esse público e a Instituição, mediando conflitos e emitindo Recomendações de Ouvidoria às demais áreas do Banco, objetivando a melhoria ou a correção de deficiências em processos, produtos e serviços, com base na análise das manifestações recebidas de nossa clientela, em conformidade com o disposto na Resolução nº 4433, do Banco Central do Brasil.

De acordo com o Banco Central, o Banco do Nordeste é a empresa com menor número de reclamações entre os bancos com mais de 4 milhões de clientes. O ranking é formado a partir das demandas registradas pelo público e considera bancos comerciais, múltiplos, cooperativos, de investimento, filiais dos bancos estrangeiros, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento (SCFI) e administradoras de consórcio.

Relacionamento com sociedade

Patrocínios - As ações de patrocínio do Banco, pautadas pela transparência e boas práticas de gestão, conciliaram diretrizes do Governo Federal com interesses institucionais e mercadológicos, visando a ampliar relacionamentos, divulgar produtos, ampliar negócios e fortalecer sua marca. Do total de recursos destinados aos projetos patrocinados em 2016, 79% foram provenientes de recursos orçamentários e 21% tiveram fontes em leis de incentivo fiscal. Pela modalidade escolha direta foram liberados recursos para 102 projetos, no valor de R\$ 1.874.929,50. Por chamada pública, foram liberados R\$ 1.738.211,62, referentes a 87 projetos (Tabela 6).

Tabela 6 – Patrocínio - 2016

Modalidade	Fonte	Projetos	Patrocínio (R\$)
Cultura e Audiovisual		13	745.374,04
Edital Cultural	Lei Rouanet	9	470.374,04
Escolha Direta	Lei do Audiovisual	1	50.000,00
Escolha Direta	Lei Rouanet	3	225.000,00
Institucional-mercadológico e Cultura		176	2.867.767,08
Edital Mercadológico	Rec. Orçamentários	78	1.267.837,58
Escolha Direta	Rec. Orçamentários	98	1.599.929,50
Total geral		189	3.613.141,12

Fonte: Marketing/Banco do Nordeste

Cultura - O Banco do Nordeste apoia a Cultura como vetor de desenvolvimento, tendo como diretrizes a democratização do acesso às manifestações artístico-culturais, o apoio à produção, fruição, circulação e formação artístico-cultural e a concessão de crédito às atividades econômicas da cultura. Seus três centros culturais (Fortaleza e Cariri, no Ceará, e Sousa, na Paraíba) oferecem à comunidade um espaço democrático de acessibilidade às diversas áreas das artes, mediante realização de programação artístico-cultural gratuita, promovendo a formação de plateias e o desenvolvimento profissional de agentes culturais locais e regionais. Em 2016, os eventos culturais alcançaram público estimado de 160 mil pessoas, nas áreas de artes cênicas (teatro), artes visuais, cinema, literatura, música, oficina de formação, atividades infantis e tradição cultural.

Relacionamento com empregados

O Banco do Nordeste encerrou 2016 com 7.214 empregados, 375 Bolsistas de Nível Médio, 749 Bolsistas de Nível Superior e 231 Jovens Aprendizes em seu quadro. Foram ofertadas 40.865 oportunidades de capacitação, entre programas de educação a distância, cursos presenciais e educação formal.

Em 2016, destaca-se a atualização da Política de Concorrência Interna primando-se pela transparência e igualdade de oportunidades, tendo sido criado o Sistema de Concorrências, disponível na *Intranet* do Banco e a instituição de um modelo meritocrático de reclassificação de Agências, que consiste na redistribuição das categorias das unidades e da sua relação com a remuneração dos empregados vinculando sua classificação por critérios de responsabilidade de gestão, mercado e performance, visando estimular o desempenho.

Práticas de gestão de pessoas do Banco do Nordeste foram reconhecidas como exemplos para as demais empresas controladas pelo Departamento de Coordenação de Governança

das Empresas Estatais (DEST), no Caderno de Boas Práticas de Gestão de Pessoas das Empresas Estatais Federais. A publicação é organizada pelo próprio Dest e destaca bons exemplos de culturas organizacionais, que prezam pela qualidade dos resultados. Uma das boas práticas reconhecida é a realização dos Bancos de Sucessão, que no ano de 2016, aconteceu para Gerentes de Agência, Gerente de Ambiente e Superintendente.

Foi assinado em 29/11/2016, juntamente com as entidades representativas dos empregados (Contraf e Contec), acordo coletivo específico tratando da implantação do ponto eletrônico que automatiza o controle de jornada dos empregados do Banco.

5. GESTÃO DE RISCOS

A Política Corporativa de Gestão de Riscos do Banco do Nordeste incorpora, como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais da instituição. Nesse sentido, disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais. Para isso, estabeleceu-se regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos, controles internos e segurança corporativa apresenta-se unificada no nível estratégico e específica quanto às suas unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação das atividades. As unidades e suas responsabilidades básicas referentes à gestão de riscos, controles internos e segurança corporativa encontram-se descritas a seguir:

- Conselho de Administração - Aprovar políticas de riscos, controles internos e segurança corporativa;
- Diretoria Executiva - Definir políticas de riscos, controles internos e segurança corporativa e submetê-las ao Conselho de Administração; aprovar limites operacionais e metodologias de gestão de riscos;
- Diretoria de Controle e Risco - Coordenar a implementação das políticas de risco, controles internos e segurança corporativa; monitorar o desempenho das áreas gestoras de riscos, controles internos e segurança corporativa;
- Comitê de Gestão de Riscos - Apreciar e encaminhar à instâncias superiores matérias relacionadas à gestão de riscos;
- Subcomitê Tático-Operacional de Gestão de Riscos - Tomar decisões de caráter tático-operacional que ofereça subsídios para o Comitê de Gestão de Riscos;
- Superintendência de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos - Coordenar a gestão operacional dos riscos, controles internos e segurança corporativa e monitorar os seus resultados;
- Ambiente de Gestão de Riscos - Gerenciar, em nível corporativo, os riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional; propor a definição de metodologias e modelos de gestão de riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional; promover a disseminação da cultura de gestão de riscos no Banco;
- Unidades gestoras dos produtos, serviços, sistemas e processos expostos aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional - Gerenciar os riscos relacionados aos

produtos, serviços, sistemas e processos que administram, e respectivos controles, de acordo com as metodologias e modelos definidos.

Na gestão do risco de crédito, destacam-se os seguintes procedimentos: a) Utilização de modelo próprio de gestão de risco de crédito; b) Estabelecimento e monitoramento de limites máximos de exposição por cliente/grupo econômico; c) Monitoramento do risco de concentração da Carteira de Crédito; d) Realização de teste de estresse da carteira de crédito; e) Aplicação do modelo de mensuração de perdas em conformidade com o *International Financial Reporting Standards (IFRS)*; f) Atualização do Índice de Reajuste para Bens Imóveis (IRBI); g) Monitoramento das operações aprovadas pelos Comitês Estaduais especificamente quanto ao objetivo de manter no mínimo 80% da carteira de crédito nos níveis de risco de “AA” até “C”; h) Monitoramento da movimentação entre classes de *rating* da carteira de crédito (índices de mobilidade e estabilidade); e i) Monitoramento do risco de crédito da carteira dos fundos de investimentos sob gestão do Banco.

No tocante à gestão do risco operacional, destacam-se as seguintes atividades: a) Identificação de riscos operacionais nos processos da instituição e solicitação de implementação de ações mitigadoras; b) Aplicação da Autoavaliação de Riscos e Controles nos Processos de negócios e de suporte da Instituição; c) Qualificação de eventos de perdas operacionais observando a Arquitetura Organizacional vigente; d) Realização do cálculo da Parcela de Alocação de Capital – Modelo Básico BIA; e e) Acompanhamento da Implementação do Plano de Providências - Ações Mitigadoras de riscos operacionais nos processos da Instituição.

Na gestão do risco de mercado e de liquidez, destacam-se as seguintes ações:

- a) Controle diário das exposições e limites dos recursos gerenciados pela tesouraria;
- b) Elaboração dos ajustes prudenciais ao apreçamento de ativos do BNB, conforme regulamentação do Banco Central; e
- c) Monitoramento dos riscos de mercado e liquidez das carteiras de fundos de investimentos sob a gestão do Banco do Nordeste.

A área de gestão de riscos também elabora o cálculo de indicadores periódicos e elaboração de relatórios para a Alta Administração do Banco do Nordeste e para o Banco Central, e que abordam os seguintes aspectos: a) Valor das exposições ao risco de mercado no Banco; b) Parcelas de risco de mercado referentes aos ativos ponderados pelo risco (RWA) e do risco das taxas de juros da carteira bancária (RBAN), utilizadas no cálculo do requerimento mínimo de capital; c) Indicadores de liquidez do Banco; e d) Testes de estresse, análises de sensibilidade e testes de aderência dos modelos utilizados na gestão de riscos de mercado e liquidez.

O processo de gestão de riscos do Banco do Nordeste fundamenta-se, portanto, na observação da legislação vigente, na adoção das boas práticas de mercado e no uso de modelos metodológicos definidos e documentados, passíveis de serem testados quanto à consistência, confiabilidade e transparência dos resultados.

6. DESEMPENHO

6.1 Desempenho econômico-financeiro

Ativos Totais

Ao término de 2016, os ativos globais do Banco do Nordeste apresentaram um acréscimo de 11,8% em relação ao final de 2015, atingindo o volume de R\$ 46,3 bilhões. Nos ativos da Instituição também estão os recursos disponíveis do FNE (R\$ 11,3 bilhões) e os recursos

comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos (R\$ 5,4 bilhões). O crescimento dos saldos de ativos do Banco de dezembro de 2015 para dezembro de 2016 está representado, preponderantemente, pelo acréscimo observado no conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários, conforme Tabela 6. Destaca-se que a redução no saldo de operações de crédito de 2016 foi reflexo de mais um exercício consecutivo de retração no nível da atividade econômica na região Nordeste.

Em 2016, os saldos totais de ativos do FNE cresceram 12,6%. Durante o exercício de 2016, ingressou no patrimônio do FNE um total de R\$ 7,3 bilhões, contra R\$ 6,4 bilhões ingressados em 2015. Ao serem comparadas as posições de 31.12.2015 e 31.12.2016, percebe-se um acréscimo de 4,2% nos saldos de aplicações em operações de crédito do FNE (retificados por provisões) e de 47,2% no conjunto das disponibilidades e recursos comprometidos.

Tabela 7 – Ativos Globais (R\$ milhões)

Especificação	BNB		FNE	
	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016
Disponibilidades, ^(*) Aplicações Interfinanceiras e TVM.....	24.982,4	30.498,7	5.231,5	11.295,8
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito.....	0,0	0,0	6.092,8	5.369,5
Relações Interfinanceiras	223,6	287,2	1.998,6	2.222,9
Operações de Crédito (Retificado por Provisões).....	12.199,9	11.138,4	46.560,7	48.530,3
Outros Créditos (Retificado por Provisões).....	3.749,5	4.150,4	8,4	9,2
Outros Valores e Bens.....	32,0	31,8	1,2	0,9
Permanente	234,5	214,6		
Total	41.421,9	46.321,1	59.893,2	67.428,6

^(*) Nas disponibilidades do BNB estão incluídos os recursos disponíveis e os comprometidos com operações de crédito do FNE

Títulos e Valores Mobiliários

O saldo da carteira de Títulos e Valores Mobiliários, na posição 31.12.2016, corresponde a R\$ 20,4 bilhões.

Em atendimento à Circular nº 3.068, de 08.11.2002, editada pelo Banco Central, o Banco do Nordeste elaborou fluxo de caixa projetado para fins de classificação da carteira de Títulos e Valores Mobiliários. Esse fluxo de caixa demonstra que há disponibilidade de recursos suficientes para o cumprimento de todas as obrigações e políticas de concessão de créditos sem a necessidade de alienação dos títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos Até o Vencimento”. Dessa forma, a Alta Administração do Banco declara que a instituição tem a capacidade financeira e a intenção de manter os títulos classificados nessa categoria até o vencimento.

Disponibilidades do FNE

O saldo das disponibilidades do FNE cresceu de R\$ 5,2 bilhões em 2015 para R\$ 11,3 bilhões ao término de 2016. O saldo dos recursos comprometidos com operações de crédito teve redução de 11,9%, saindo de R\$ 6,1 bilhões em 2015 para R\$ 5,4 bilhões em 2016. O aumento das disponibilidades decorre do fato de o ritmo das aplicações, por conta da redução

da atividade econômica, ser menor que o dos novos ingressos e reembolsos. Estes últimos, no ano de 2016, alcançaram a cifra de R\$ 10,2 bilhões e foram superiores em 7,0% aos valores reembolsados em 2015, que foram de R\$ 9,5 bilhões.

Captação de recursos

O Banco do Nordeste apresentou, em 31.12.2016, um saldo de captação de recursos de R\$ 8.800,0 milhões representando um decréscimo de 1,1 % (R\$ 98,1 milhões) em relação ao mesmo período em 2015, em linha com a sua estratégia de melhor ajustar seus níveis de captações às suas necessidades de recursos, buscando redução nos custos de captação. Destaque para a *performance* de produtos com menor custo de captação, como a Poupança, com incremento de 13,9%, variação de R\$ 258,4 milhões (R\$ 2.113,30 milhões em dezembro/16 contra R\$ 1.854,9 milhões em dezembro/15) e LCA (Letras de Crédito do Agronegócio) que apresentou acréscimo de 40,53%, variação de R\$ 87,3 milhões (R\$ 302,7 milhões em dezembro/16 contra R\$ 215,4 milhões em dezembro/15).

Gestão de Fundos de Investimento

No final de 2016, o patrimônio líquido dos fundos de investimento alcançou o saldo de R\$ 5.421,8 milhões, um crescimento de 4,8% em relação ao final de 2015. Na mesma posição, o Banco do Nordeste executava a gestão de 24 fundos de investimento, com 65.778 cotistas, uma evolução de 1,9% em relação ao ano anterior. A receita com taxa de administração dos fundos de investimento totalizou R\$ 30,3 milhões no ano de 2016, um incremento de 1,4% em relação a 2015.

Patrimônio Líquido e Resultados

O Banco do Nordeste apresentou, em 31.12.2016, um Patrimônio Líquido de R\$ 3,4 bilhões. O Capital Social importava em R\$ 2,8 bilhões representado por 86.371.464 ações escriturais ordinárias, sem valor nominal, integralizadas. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio, no ano de 2016, foi de 24,3% a.a.

O Lucro Líquido de 2016, no valor de R\$ 732,1 milhões, foi 139,5% superior ao montante de 2015, representando um resultado de R\$ 8,48 por ação. O excelente desempenho é fruto, preponderantemente, do aprimoramento da gestão do risco de crédito, representado pela redução das despesas com provisionamento de crédito no valor de R\$ 422 milhões e pelo crescimento das receitas de prestação de serviços. O FNE apresentou um Patrimônio Líquido de R\$ 67,4 bilhões em 2016.

Índice de Adequação Patrimonial

Destaca-se no exercício de 2016 que o Banco Central do Brasil autorizou o Banco do Nordeste a considerar o Contrato de Novação e Confissão de Dívida, no valor de R\$ 1 bilhão, firmado entre o Banco e a União, seja classificado no Nível I do Patrimônio de Referência, na qualidade de Capital Principal. Com isso, o houve uma melhora significativa com relação ao cumprimento dos requerimentos mínimos de capital estipulados no Basileia III, o que garante ao Banco uma boa margem para continuar expandindo os seus negócios. A situação do Banco frente a esses requerimentos, na posição de 31.12.2016, pode ser apreciada na Tabela 8.

Tabela 8 – Requerimentos Mínimos de Capital (R\$ milhões)

Especificação	31.12.2015	31.12.2016
Patrimônio de Referência (PR)	5.270	6.100
. Nível I	2.689	4.109
. Nível II	2.581	1.991
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	37.111	38.049
Valor do RBAN	1.622	2.625
Margem sobre o ACP Requerido	462	1.588
Índices de Basileia:		

. Índice de Capital Principal (Mínimo de 4,5%)	7,25%	10,80%
. Índice de Nível I (Mínimo de 6,0%)	7,25%	10,80%
. Índice de Basileia (Mínimo de 9,875%)	14,20%	16,03%
. Índice de Basileia incluindo RBAN	13,61%	15,00%

Fonte: Diretoria de Controle e Risco – Superintendência de Controle Financeiro

6.2 Desempenho Operacional

Volume de Contratações

O Banco do Nordeste contratou em 2016 mais de 5,0 milhões de operações, atingindo o montante de R\$ 22,2 bilhões, representando decréscimo de 8,2% em relação ao ano de 2015. Desse valor, R\$ 12,2 bilhões (54,9%) destinaram-se a financiamentos de longo prazo, que englobam investimentos rurais, industriais, agroindustriais, infraestrutura, comércio e serviços; e R\$ 10,0 bilhões (45,1%) a empréstimos de curto prazo, abrangendo os produtos: Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro, Cartão de Crédito, Conta Garantida, Câmbio, e Desconto, bem como o programa Crediamigo.

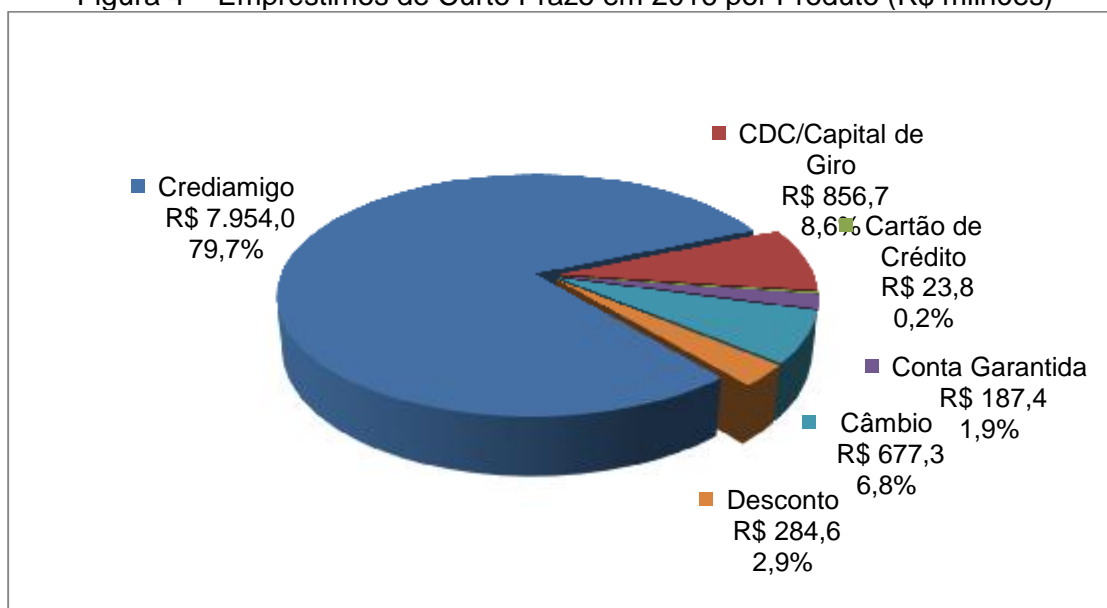
Tabela 9 - Contratações de Operações de Crédito (R\$ milhões)

Tipo	2015		2016		Variação Valor
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	
Longo Prazo	525.016	12.579,7	558.595	12.174,5	-3,2%
Curto Prazo	4.544.462	11.549,4	4.452.423	9.983,8	-13,6%
Total	5.069.478	24.129,1	5.011.018	22.158,3	-8,2%

Fonte: Diretoria de Controle e Risco – Superintendência de Controle Financeiro

Em relação aos empréstimos de curto prazo (Figura 4), que totalizaram cerca de R\$ 10,0 bilhões no ano de 2016, o programa de microcrédito urbano do BNB, Crediamigo, foi responsável por 79,7% das contratações, com volume de quase R\$ 8,0 bilhões. Outros destaques foram as operações de Crédito Direto ao Consumidor (R\$ 856,7 milhões) e Câmbio (R\$ 677,3 milhões).

Figura 4 – Empréstimos de Curto Prazo em 2016 por Produto (R\$ milhões)



Fonte: Diretoria de Controle e Risco – Superintendência de Controle Financeiro

Do valor total de operações de crédito de Longo Prazo contratadas em 2016, o montante de R\$ 11,2 bilhões foram oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que representa 92,3% dos financiamentos. Desses recursos, R\$ 6,9 bilhões foram contratados por clientes de pequeno porte, o que corresponde a 61,0% do total aplicado com recursos do Fundo e crescimento de 0,8% em relação ao ano anterior. Os clientes de médio e grande porte contrataram R\$ 1,4 bilhão e R\$ 3,0 bilhões, respectivamente.

Tabela 10 - FNE - Contratações por porte (R\$ milhões)

Porte	2015		2016		Variação Valor
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	
Pequeno	504.727	6.801,4	536.629	6.858,4	0,8%
Médio	1.172	1.738,5	1.486	1.387,1	-20,2%
Grande	218	2.955,3	408	2.995,0	1,3%
Total	506.117	11.495,2	538.523	11.240,5	-2,2%

Fonte: Diretoria de Controle e Risco – Superintendência de Controle Financeiro

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que é o principal *funding* do Banco, possui previsão constitucional no art. 159, I, "c", e no art. 34 dos ADCT (Constituição Federal) e é regulamentado pela lei nº 7.827, de 27/09/1989. Destina-se ao financiamento de atividades produtivas e tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Nordeste e do Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, sua área básica de atuação. Como instituição financeira administradora do FNE, o Banco do Nordeste consolida sua atuação enquanto banco de desenvolvimento da região Nordeste, apoiando empreendimentos produtivos e políticas públicas que impactam as comunidades urbanas e rurais nordestinas, por meio de sua ação creditícia e de fomento.

A aplicação dos recursos do FNE é norteada por regulamentação específica, direcionando o apoio a prioridades para o desenvolvimento regional e constitui política pública de financiamento, com programação anual de aplicação elaborada pelo Banco do Nordeste em processo que envolve a participação dos setores produtivos, órgãos de apoio e entidades governamentais nos estados. Assim, a alocação dos recursos em termos de público, área e setor econômico vincula-se ao alcance dos objetivos do Fundo, às demandas dos estados e aos resultados esperados da ação do Banco enquanto operador e administrador dessa fonte de recursos.

A concretização dos financiamentos é também condicionada pela conjuntura econômica que, em 2016, impactou negativamente a demanda por crédito, com os efeitos do prolongado período de estiagem na região Nordeste, da retração da atividade econômica observada no país, com postergação de investimentos refletindo em diferentes modos nas diversas abordagens de resultados na Região. Nesse contexto, baseado na Programação Anual do FNE, o Banco do Nordeste teve financiamentos em 2016 no montante de R\$ 11,2 bilhões, com ligeira redução comparativamente ao exercício anterior, R\$ 11,5 bilhões.

Apesar de o valor total representar involução de 2,2% em relação a 2015, com alcance de 79,7% do programado, em quantidade de operações houve crescimento de 6,4% no exercício, com 538.523 financiamentos contratados em 2016, resultado das ações para ampliação do crédito à atividade produtiva.

As contratações contemplaram financiamentos a produtores rurais, empreendedores individuais e empresas de todos os 1.990 municípios da área financiável pelo FNE, uma cobertura de 100% da área regional de atuação, com valor médio por operação de R\$ 20.872,84 e distribuição por estado, conforme apresentado na Tabela 11.

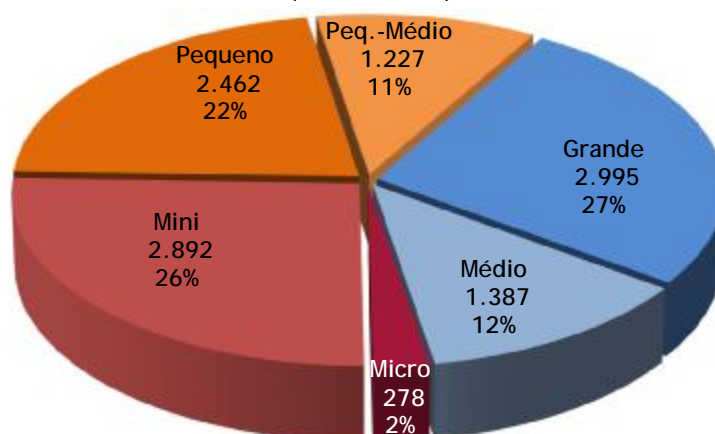
Tabela 11 - BNB/FNE 2016: Financiamentos, Total e por Estado (R\$ milhões)

UF	Valor Contratado	%
AL	384,3	3,4
BA	3.581,9	31,9
CE	1.290,8	11,5
ES	203,7	1,8
MA	1.277,4	11,4
MG	769,4	6,8
PB	574,4	5,1
PE	1.288,6	11,5
PI	911,8	8,1
RN	585,1	5,2
SE	372,4	3,3
Total geral	11.240,5	100,0

Fontes: Diretoria de Controle e Risco - Superintendência de Controle Financeiro / Diretoria de Planejamento – Superintendência de Políticas de Desenvolvimento.

Os empreendimentos dos portes mini, micro, pequeno e pequeno-médio, rurais e urbanos, mobilizaram 61% do valor total dos financiamentos contratados no exercício, conforme apresentado na Figura 5. Nesse grupamento, destaca-se com maior volume de recursos a participação de agricultores familiares (pronafianos) e micro e pequenas empresas (MPEs), expressando a importância desses segmentos na dinâmica econômica regional. Merece destaque também o crescimento nominal de 3,3% das contratações com os portes Mini e de 0,3% do total contratado com Pequeno-Médio, em relação a 2015.

Figura 5 - BNB/FNE 2015: Financiamentos por Porte de Beneficiário (R\$ milhões)



Fonte: Diretoria de Planejamento – Superintendência de Políticas de Desenvolvimento

A distribuição setorial do FNE em 2016 destaca o volume de recursos contratados no setor Rural (soma de agricultura e pecuária, inclusive agricultura familiar) e Comércio e Serviços, que mobilizaram 80% do volume de financiamentos, verificando-se severos efeitos restritores

do contexto econômico no conjunto de setores, em especial na Indústria, Infraestrutura e Turismo.

Em relação ao exercício anterior, o desempenho dos setores registrou variação negativa com decréscimo no total contratado dos setores Comércio & Serviços, Industrial, Turismo e Infraestrutura, em que pese ter sido contratada quantidade superior de operações, exceto nos dois últimos mencionados, como pode ser visualizado na tabela 12.

Tabela 12 - FNE: Contratações por Setor Econômico (R\$ milhões)

Setor	2015		2016		Variação 2016/2015
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	
Rural	477.921	5.635,4	508.757	6.067,7	7,66%
Comércio e Serviços	24.399	3.363,2	25.963	2.960,8	-11,96%
Industrial	3.213	1.482,1	3.230	1.468,6	-0,91%
Turismo	578	525,9	571	345,8	-34,24%
Infraestrutura	6	488,6	2	397,6	-18,62%
Total	506.117	11.495,2	538.533	11.240,5	-2,21%

Fonte: Diretoria de Controle e Risco - Superintendência Controle Financeiro
Elaboração: Diretoria de Planejamento/Superintendência de Políticas de Desenvolvimento

Dentre os segmentos rurais se destaca o volume contratado com agricultores familiares do programa Pronaf (R\$ 2,5 bilhões), público atendido com a metodologia de microcrédito produtivo orientado; e as contratações relativas à pecuária, que registraram aumento de 2,3% em relação ao valor contratado em 2015, resultado especialmente de preços favoráveis no mercado de carne bovina.

Em termos de desconcentração dos financiamentos do FNE em 2016, pelo Banco do Nordeste, destacam-se não apenas os resultados expressivos no apoio aos menores portes e o crédito na totalidade dos municípios da área de abrangência do Fundo, mas também a abordagem de espaços prioritários, o apoio a espaços sub-regionais, definidos na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), objetivando a redução das desigualdades regionais e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento.

Nesse sentido, se destaca a contratação no montante de R\$ 4,19 bilhões para empreendimentos do Semiárido, o que representa 114,6% da meta anual definida para essa sub-região, montante 3,12% superior ao realizado em 2015, crescimento gerado principalmente por elevação nos financiamentos a agricultores familiares, produtores rurais empresariais e MPEs, nessa ordem.

O volume de financiamentos nas microrregiões prioritárias (Baixa Renda, Estagnada, Dinâmica) da PNDR atingiu um total de R\$ 9.505,1 milhões, 84,6% dos financiamentos totais do FNE no ano. As Mesorregiões Diferenciadas e as Regiões Integradas de Desenvolvimento (Rides) são também espaços de atenção especial na PNDR e objeto da política de financiamento do FNE, com contratações de financiamentos de R\$ 2.513,9 milhões, superando o projetado de R\$ 1.830,0 milhões.

O Banco realiza o FNE Itinerante, série de encontros de divulgação, promoção e atendimento negocial às micro e pequenas empresas (MPEs) e aos microempreendedores individuais (MEIs) priorizando municípios interioranos alinhados aos critérios da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Participam também desses encontros, o Ministério da Integração Nacional (MI) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), como parceiros institucionais, além do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae), as Prefeituras e, conforme a realidade de cada localidade, outras entidades, tais como a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

Desde a sua primeira edição, em 2010, foram realizados 750 eventos FNE Itinerante nos onze estados financiáveis, atendendo a aproximadamente 49 mil participantes. Em 2016, foram realizados 217 eventos em municípios marcadamente interioranos e de deficiente atendimento creditício ao setor produtivo.

Eficiência Operacional

Registra-se que o Banco do Nordeste apresentou melhoria em sua eficiência operacional caracterizada pela gestão conjunta da margem da intermediação financeira e das receitas prestação de serviços, em contraponto à gestão das despesas administrativas. A análise dos resultados aponta uma melhoria em 7,8 pontos percentuais nesse indicador, comparando o exercício de 2015, com 91,8%, contra 84,0% em 2016.

Com relação à gestão da margem financeira, destaca-se em 2016 uma redução significativa nas despesas com provisionamento de crédito no valor R\$ 422,0 milhões, significando uma melhoria na qualidade de risco das operações de crédito, com reflexo direto na elevação da margem da intermediação financeira. O Banco também apresentou resultado positivo em receitas de prestação de serviços, as quais atingiram o montante de R\$ 2.243,3 milhões no exercício de 2016, com um acréscimo de R\$ 246,8 milhões em relação ao exercício de 2015.

As despesas administrativas no exercício de 2016 apresentaram um acréscimo de 16,7% em relação ao mesmo período de 2015. Ressalta-se que esse aumento é decorrente: do reajuste anual de salários, caracterizado pela recomposição da inflação com acréscimos de ganhos de produtividade; do incremento médio de 161 novos funcionários no período, comparativamente ao exercício de 2015; e pelo provimento de funções gerenciais nas agências abertas nos últimos 03 anos, em face da expansão da rede de atendimento do Banco, o qual saiu de 232 unidades em 2013 para 316 unidades ao final de 2016.

6.3 Desempenho por Segmento

Agricultura Familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é o programa do Governo Federal para apoiar o segmento econômico da agricultura familiar. O Banco do Nordeste é o principal agente financeiro do Pronaf no Nordeste, contando com uma carteira ativa no valor de R\$ 8,33 bilhões, o que corresponde a 1,72 milhão de operações.

No ano de 2016, o Banco contratou 501,7 mil financiamentos com agricultores familiares, envolvendo recursos da ordem de R\$ 2,46 bilhões, alcançando 102,7% da meta estabelecida para o período. Do total dos recursos, 67,3% foram destinados a financiamentos na região semiárida. Estão incluídas nessas informações as operações realizadas pela metodologia Agroamigo (Programa de Microcrédito Rural - Agroamigo). Comparando o resultado obtido em 2016 com o de 2015, houve aumento de 6% no volume de recursos aplicados no segmento e 7% na quantidade de operações contratadas.

O Banco do Nordeste foi vencedor do Prêmio Agrobanco, promovido pela Associação Latinoamericana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide) e patrocinado pelo Banco Agropecuário do Peru (Agrobanco) como reconhecimento ao apoio dado ao Setor Florestal. Essa premiação deveu-se à operacionalização da linha de crédito Pronaf Floresta, que financia sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente em reserva legal e recuperação de áreas degradadas, entre outras atividades. Em 2016, o Banco financiou 152 projetos por essa linha de crédito, envolvendo recursos da ordem de R\$ 3 milhões.

Programa de Crédito Fundiário

O Banco do Nordeste atua como agente financeiro da União no financiamento da aquisição de imóveis rurais para agricultores familiares não proprietários ou com acesso precário à terra por meio dos programas Combate à Pobreza Rural (CPR) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), ambos integrantes do Programa Nacional de Crédito Fundiário, gerido pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), ligada à Caso Civil da Presidência da República.

O programa Combate à Pobreza Rural é composto de dois subprojetos: Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT), que financia a aquisição de imóvel rural, e o Subprojeto de Investimentos Comunitários (SIC), que financia, de forma não reembolsável, os investimentos comunitários complementares à associação de agricultores contemplados com o SAT. Por sua vez, o programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) financia aquisição de imóvel rural com as benfeitorias existentes, assim como a realização de investimentos de infraestrutura básica e produtiva.

Em 2016, pelo programa Combate à Pobreza Rural, foram contratadas 358 operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 12,2 milhões do SAT e R\$ 10,5 milhões do SIC. Já no programa de Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), foram contratadas 12 operações, no valor total de R\$ 814,3 mil.

Quadro 2 - Combate à Pobreza Rural (R\$ milhões)

Subprojeto / Programa	Operações	Valores
Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT)	321	12,20
Subprojeto de Investimentos Comunitários (SIC)	37	10,50
Programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF)	12	0,80
TOTAL	370	23,50

Fonte: Diretoria de Negócios – Superintendência de Microfinança e Agricultura Familiar

Pequeno e Miniprodutor Rural

Em 2016, o Segmento de Pequeno e Mini Produtor Rural, que atende os produtores rurais, pessoas físicas, com faturamento bruto anual até R\$ 3,6 milhões, contratou 6.071 operações de crédito, o que representa um acréscimo de 7% em relação às contratações realizadas no ano de 2015. Os recursos aplicados, oriundos do FNE, correspondem a R\$ 1,08 bilhão, superando a meta estabelecida para o período em 6%.

Microempreendedor Rural

O Agroamigo, microcrédito rural do Banco do Nordeste, lançado em 2005, tem como premissa a concessão de crédito orientado e acompanhado aos agricultores familiares, utilizando metodologia própria, específica às condições do meio rural, por meio do Pronaf.

No ano de 2016, o Banco do Nordeste financiou pelo Agroamigo R\$ 1,97 bilhão, o que representa um crescimento de 7,38% em relação aos valores contratados em 2015. O Programa contratou 481,6 mil operações, atingindo uma carteira ativa de R\$ 3,71 bilhões e mais de 1,28 milhão de operações. Do universo de 1,11 milhão de clientes, aproximadamente 94% possuem conta-corrente no Banco. O Agroamigo atende os agricultores familiares por meio de duas modalidades: o Agroamigo Crescer, voltado aos clientes do Pronaf Grupo B e o Agroamigo Mais, para atendimento aos demais grupos do Pronaf, em operações de até R\$ 15 mil, exceto Grupos A e A/C. Aproximadamente, 60% dos clientes atendidos pelo Agroamigo são beneficiários do Programa Bolsa Família.

Os valores e quantitativos realizados pelo Agroamigo estão contidos nas informações relacionadas ao segmento Agricultura Familiar.

Microempreendedor Urbano

O Banco do Nordeste atua no segmento de microfinança urbana por meio do Programa Crediamigo que desembolsou em 2016 o valor de R\$ 8 bilhões. A quantidade de desembolsos alcançou 4,2 milhões de operações. O Crediamigo possuía, ao final de 2016, mais de dois milhões de clientes com empréstimos ativos. A capacidade operacional do Crediamigo manteve a média de 16,7 mil desembolsos ao dia. A inadimplência, representada pelos empréstimos em atraso superiores a 90 dias em relação à carteira ativa, situou-se em 1,9%. Outra importante participação do Crediamigo diz respeito à bancarização, pois o programa abriu 446.952 contas correntes no decorrer do ano de 2016. As contas correntes dos clientes do Crediamigo não estão sujeitas à cobrança de tarifa.

Micro e Pequena Empresa

Composto por empresas com faturamento bruto ano até R\$ 3,6 milhões. Em 2016, foram contratados R\$ 2,5 bilhões com Micro e Pequenas Empresas por meio de suas linhas de crédito de longo e curto prazo sendo R\$ 2,1 bilhões com recursos do FNE, referente às operações de longo prazo e R\$ 424,6 milhões, em operações de crédito de curto prazo utilizando, neste caso, recursos internos. Foram atendidas 23.723 micro e pequenas empresas.

O setor de comércio foi o principal beneficiado, sendo atendido com R\$ 1,3 bilhão em contratações, correspondendo a 63,5% dos recursos do FNE aplicados pelo Banco do Nordeste neste segmento. Na região do Semiárido, que é um dos subespaços prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), foram contratadas, somente com recursos do FNE, 12.682 operações, o que representa 49,0% do total de operações efetivadas.

Em 2016, o Banco do Nordeste inovou lançando o cartão BNB direcionado às MPEs, visando facilitar a aquisição de bens novos (máquinas e equipamentos), insumos e mercadorias, por meio de crédito rotativo e pré-aprovado, financiado com o Fundo Constitucional de Financiamentos do Nordeste – FNE.

Empresarial

O segmento Empresarial é composto por empresas de pequeno-médio, médio e grande portes, abrangendo as pessoas jurídicas com faturamento anual superior a R\$ 3,6 milhões até R\$ 200,0 milhões. Ao final de 2016, com relação aos clientes inseridos nas carteiras Empresariais e Atendimento Clientes Empresariais, o Banco alcançou o quantitativo de 7.679 clientes, apresentando um incremento de 11% em relação à base de clientes existentes ao final de 2015. Em 2016, as carteiras do Segmento Empresarial apresentaram os seguintes resultados: contratações de crédito de curto prazo e comércio exterior no montante de R\$ 1,47 bilhão; contratações de crédito especializado, incluindo operações com recursos do FNE no valor de R\$ 2,55 bilhões e saldo médio de captação de recursos no valor de R\$ 2,6 bilhões.

Corporate

O segmento Corporate é composto por 680 clientes que apresentam faturamento anual superior a R\$ 200 milhões. Em 2016, foram contratadas operações de longo prazo no montante de R\$ 1,78 bilhão, das quais R\$ 1,76 bilhão com recursos oriundos do FNE e R\$ 15,6 milhões com LCA (Letras de Crédito do Agronegócio). No âmbito das operações de crédito de curto prazo (Recursos Internos e Externos) foram contratadas operações num montante de R\$ 649 milhões com clientes deste segmento, tendo sido captados R\$ 2,9 bilhões de captação de recurso (saldo médio).

Agronegócio Pessoa Física

Segundo dados do Banco Central, o Banco do Nordeste é o maior agente financeiro no crédito rural da região Nordeste. Em 2016, o valor total das contratações de operações do Banco no

Segmento Agronegócio, que atende, com recursos do FNE, produtores rurais com faturamento bruto anual acima de R\$ 3,6 milhões, foi de R\$ 1,07 bilhão. Este valor está distribuído em 426 operações. O montante corresponde a 102,6% da meta estabelecida para 2016.

Pessoa Física

O Segmento Pessoa Física obteve em 2016 expansão de 8% na base de clientes e alcançou saldo médio de R\$ 290,6 milhões em operações de Crédito Comercial. O segmento Pessoa Física atingiu a marca de R\$ 1,5 bilhão em saldo médio de aplicações financeiras.

Governo

O Banco do Nordeste, na qualidade de Agente do Governo Federal, atua como depositário de recursos de convênios e como mandatário da União nos contratos de repasse provenientes de transferências voluntárias do Orçamento Geral da União (OGU) para estados, municípios e entidades não governamentais. Assim, os clientes do segmento Governo estão representados pelos entes integrantes da administração pública, direta e indiretas, com todos os seus respectivos órgãos, com exceção das empresas pertencentes à administração pública indireta, as ditas “não dependentes”, conforme legislação vigente.

Em 2016, a carteira de governo, composta por 1.938 clientes, atingiu R\$ 1,4 bilhão em saldo devedor de operações de crédito e saldo médio de R\$ 969,4 milhões em aplicações financeiras.

6.4 Recuperação de Crédito

Os valores auferidos em 2016 com a recuperação de crédito registraram o montante de R\$ 2,38 bilhões, propiciando recebimentos em espécie na ordem de R\$ 472,7 milhões. Foram regularizadas 127.641 operações, sendo 104.565 operações com a fonte FNE e 23.076 com fonte Não FNE.

7. ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA DOS EMPREGADOS

7.1 Camed

A Caixa de Assistência Médica dos Funcionários do Banco do Nordeste (Camed Saude), criada em 1979, é integrante do Grupo Camed, em conjunto com a Camed Administradora e Corretora de Seguros Ltda. e a Creche Paulo VI. A Camed Saúde dispõe de uma carteira de 38.906 beneficiários e está presente nas regiões Nordeste e Sudeste, norte de Minas, além do Distrito Federal. A receita operacional acumulada da Camed Saúde no ano de 2016 foi de R\$ 187 milhões, com crescimento de 10%, quando comparada com o ano de 2015, o que representa um incremento de R\$ 18 milhões.

Já a Camed Corretora, está presente em todo o Brasil, por intermédio das Agências do Banco, encerra o ano de 2016 com cifra recorde de R\$ 34 milhões em receitas de comissões de seguros representando um crescimento de 5,5% em relação ao ano anterior.

7.2 Capef

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Capef) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), criada em 1967, que administra um patrimônio de R\$ 4,14 bilhões na posição de 31/12/2016. A Capef possui 12.046 participantes e beneficiários assistidos. Estes participantes estão agrupados em dois planos previdenciários: um de benefício definido – Plano BD, plano fechado para ingresso de novos participantes e outro de contribuição variável – Plano CV I, criado em 2010.

O Plano BD encerrou 2016 com 1.741 participantes ativos, 3.682 aposentados e 1.192 pensionistas e obteve, nesse ano de 2016, uma rentabilidade de 13,67% equivalente a 109,89% da sua meta atuarial de 12,44% (INPC + 5,50% ao ano).

O Plano CV I é um plano que está em fase de acumulação de reservas. Em 2016, esse plano obteve uma rentabilidade de 13,86% equivalente a 114,17% de sua meta atuarial de 12,14% (IPCA + 5,50% ao ano). Este plano encerrou o ano com 5.315 participantes ativos, 94 aposentados e 22 pensionistas.

8. INFORMAÇÕES LEGAIS

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 381/03, de 14.01.2003, o Banco do Nordeste informa que a *Ernst & Young* Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no segundo semestre de 2016, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

SEDE: AV. DR. SILAS MUNGUBA, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. nº 07.237.373/0001-20

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015

Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

A T I V O

		31.12.2016	31.12.2015 Reapresentado
CIRCULANTE		20.985.048	21.269.638
DISPONIBILIDADES	(Nota 5)	184.575	209.975
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(Nota 6.a)	9.465.283	12.445.108
Aplicações no Mercado Aberto		9.314.933	12.444.473
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....		150.350	635
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7)	4.050.575	253.302
Carteira Própria		2.907.381	227.797
Vinculados a Compromissos de Recompra.....		855.690	-
Vinculados à Prestação de Garantias		287.504	25.505
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		221.155	178.168
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar.....		1.190	1.378
Créditos Vinculados:			
Depósitos no Banco Central	(Nota 8.a)	218.335	173.609
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	(Nota 8.a)	-	102
Repasse Interfinanceiros.....		784	1.885
Correspondentes.....		846	1.194
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		4.774.641	5.476.359
Operações de Crédito	(Nota 9.a)	5.322.670	5.977.524
Setor Público.....		238.571	243.022
Setor Privado		5.084.099	5.734.502
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(Nota 9.a)	(548.029)	(501.165)
OUTROS CRÉDITOS.....		2.257.019	2.674.731
Créditos por Avais e Fianças Honrados	(Nota 10.a)	-	29
Carteira de Câmbio	(Nota 10.b)	612.278	818.089
Rendas a Receber	(Nota 10.c)	13.921	13.075
Negociação e Intermediação de Valores	(Nota 10.d)	12	4
Diversos	(Nota 10.e)	1.826.346	2.049.212
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(Nota 10.f)	(195.538)	(205.678)
OUTROS VALORES E BENS		31.800	31.995
Outros Valores e Bens		14.442	13.996
(Provisões para Desvalorizações)		(613)	(625)
Despesas Antecipadas		17.971	18.624
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		25.121.511	19.917.808
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7)	16.798.301	12.073.969
Carteira Própria.....		16.322.718	9.455.535
Vinculados a Compromissos de Recompra		44.099	1.606.140
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		403.488	610.474
Vinculados à Prestação de Garantias		27.996	401.820
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		66.075	45.493
Créditos Vinculados:			
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	(Nota 8.a)	6	2
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	(Nota 8.a)	66.069	44.549
Repasse Interfinanceiros.....		0	942
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		6.363.766	6.723.551
Operações de Crédito	(Nota 9.a)	7.051.287	7.144.796
Setor Público		1.141.948	1.381.893
Setor Privado		5.909.339	5.762.903
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(Nota 9.a)	(687.521)	(421.245)
OUTROS CRÉDITOS		1.893.369	1.074.795
Créditos por Avais e Fianças Honrados	(Nota 10.a)	-	117
Rendas a Receber	(Nota 10.c)	-	18.049
Diversos	(Nota 10.e)	1.922.193	1.103.218
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(Nota 10.f)	(28.824)	(46.589)
PERMANENTE	(Nota 12)	214.569	234.489
INVESTIMENTOS		1.909	1.866
Outros Investimentos.....		7.212	7.169
(Provisão para Perdas)		(5.303)	(5.303)
IMOBILIZADO DE USO.....		192.757	215.976
Imóveis de Uso		170.087	168.413
Reavaliações de Imóveis de Uso.....		107.628	107.628
Outras Imobilizações de Uso		273.752	263.840
(Depreciações Acumuladas)		(358.710)	(323.905)
INTANGÍVEL		19.903	16.610
Ativos Intangíveis.....		19.903	16.610
DIFERIDO		-	37
Gastos de Organização e Expansão.....		-	358
(Amortização Acumulada).....		-	(321)
TOTAL DO ATIVO		46.321.128	41.421.935

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.SEDE: AV. DR. SILAS MUNGUBA, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. nº 07.237.373/0001-20**BALANÇOS PATRIMONIAIS**Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)**PASSIVO**

		31.12.2016	31.12.2015
CIRCULANTE		16.536.899	15.931.326
DEPOSITOS.....	(Nota 13.b)	5.949.100	5.720.863
Depósitos a Vista.....		345.990	333.005
Depósitos de Poupança.....		2.113.346	1.854.853
Depósitos Interfinanceiros.....		1.111.078	1.037.769
Depósitos a Prazo.....		2.378.686	2.495.236
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	(Nota 13.c)	966.859	1.541.765
Carteira Própria.....		896.579	1.474.628
Carteira de Terceiros.....		70.280	67.137
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	(Nota 15)	310.611	224.885
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....		302.735	215.449
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		7.876	9.436
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		593	363
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.....		593	363
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		7.181	12.373
Recursos em Trânsito de Terceiros.....		7.170	12.331
Transferências Internas de Recursos.....		11	42
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	(Nota 14.b)	637.742	1.000.882
Empréstimos no Exterior.....		637.742	1.000.882
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	(Nota 14.c)	150.737	150.552
Tesouro Nacional.....		253	426
BNDES		125.251	123.008
FINAME		25.233	27.118
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	(Nota 14.d)	141.564	168.823
Repasses do Exterior.....		141.564	168.823
OUTRAS OBRIGAÇÕES		8.372.512	7.110.820
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados.....	(Nota 16.a)	2.547	2.312
Carteira de Câmbio.....	(Nota 16.b)	4.022	3.977
Sociais e Estatutárias.....	(Nota 16.c)	164.522	46.661
Fiscais e Previdenciárias.....	(Nota 16.d)	618.741	583.927
Negociação e Intermediação de Valores.....	(Nota 16.e)	153	117
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento.....	(Nota 16.f)	4.439.550	4.441.912
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.....	(Nota 17)	-	92.567
Diversas.....	(Nota 16.i)	3.142.977	1.939.347
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		26.421.734	22.647.423
DEPOSITOS.....	(Nota 13.b)	4.658.220	5.029.884
Depósitos Interfinanceiros.....		87.767	171.034
Depósitos a Prazo.....		4.570.453	4.858.850
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	(Nota 13.c)	2.778	129.478
Carteira Própria.....		2.778	129.478
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	(Nota 15)	988.259	1.194.587
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		988.259	1.194.587
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	(Nota 14.c)	1.518.511	1.558.594
Tesouro Nacional.....		198	-
BNDES		1.427.340	1.444.316
FINAME		90.973	114.278
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	(Nota 14.d)	622.712	911.560
Repasses do Exterior.....		622.712	911.560
OUTRAS OBRIGAÇÕES		18.631.254	13.823.320
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento.....	(Nota 16.f)	13.198.250	7.882.272
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.....		-	1.408.609
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital.....	(Nota 18)	2.012.874	1.792.282
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	(Nota 16.h)	1.000.000	-
Diversas.....		2.420.130	2.740.157
PATRIMONIO LIQUIDO	(Nota 19)	3.362.495	2.843.186
CAPITAL		2.844.000	2.844.000
De Domiciliados no País.....		2.844.000	2.844.000
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		14.491	16.621
RESERVAS DE LUCROS		1.157.951	598.429
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		(653.947)	(615.864)
TOTAL DO PASSIVO		46.321.128	41.421.935

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2016

Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

		2º Sem/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		2.893.570	5.438.822	6.493.215
Operações de Crédito.....	(Nota 9.a.2)	1.014.165	2.055.623	2.452.476
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	(Nota 7.b)	1.814.831	3.510.588	2.973.635
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 7.d)	6.028	(249.874)	665.042
Resultado de Operações de Câmbio	(Nota 11.b)	43.846	86.983	400.019
Resultado das Aplicações Compulsórias	(Nota 8.b)	14.700	35.502	2.043
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		(2.185.998)	(4.121.105)	(5.389.168)
Operações de Captação no Mercado.....	(Nota 13.d)	(669.544)	(1.356.044)	(2.171.324)
Operações de Empréstimos e Repasses.....	(Nota 14.e)	(1.083.781)	(1.991.066)	(2.215.124)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(Nota 9.e)	(432.673)	(773.995)	(1.002.720)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		707.572	1.317.717	1.104.047
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(Nota 20)	(602.110)	(875.338)	(866.055)
Receitas de Prestação de Serviços.....		1.175.345	2.248.374	2.023.910
Rendas de Tarifas Bancárias.....		31.639	60.984	52.363
Despesas de Pessoal:		(947.343)	(1.804.945)	(1.565.754)
Despesas de Pessoal.....		(846.531)	(1.610.890)	(1.409.007)
Benefícios Pós-Emprego.....		(100.812)	(194.055)	(156.747)
Outras Despesas Administrativas.....		(610.960)	(1.145.621)	(995.362)
Despesas Tributárias.....		(145.724)	(288.492)	(267.365)
Outras Receitas Operacionais.....		839.855	2.160.642	1.601.787
Outras Despesas Operacionais.....		(944.922)	(2.106.280)	(1.715.634)
RESULTADO OPERACIONAL		105.462	442.379	237.992
RESULTADO NAO OPERACIONAL.....		(513)	(308)	1.369
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES.....		104.949	442.071	239.361
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 21)	431.817	335.450	119.196
Provisão para Imposto de Renda.....		(93.938)	(182.362)	(233.158)
Provisão para Contribuição Social		(80.027)	(149.895)	(172.153)
Ativo Fiscal Diferido.....		605.782	667.707	524.507
PARTICIPAÇÕES ESTATUTARIAS NO LUCRO.....		(30.259)	(45.450)	(52.834)
LUCRO LIQUIDO.....		506.507	732.071	305.723
JUROS SOBRE O CAPITAL PROPRIO.....	(Nota 19.d)	(121.036)	(175.048)	(73.370)
Nº de Ações (em mil)		86.371	86.371	86.371
Lucro Líquido por Ação Básico/Diluído (em R\$).....		5,86	8,48	3,54

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO
 Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2016
 Direção Geral e Agências no País
 (Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO			RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIAS	TOTAL
	CAPITAL	AUMENTO DE CAPITAL	CAPITAL A REALIZAR	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	OUTRAS				
SALDOS EM 31.12.2014	2.437.000	407.000	0	0	19.394	185.439	462.009	40.463	(183.496)	-	-	3.367.809
REVERSÕES DE RESERVAS												
Reservas de Lucros.....							(283.648)			283.648		-
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:												
Ajustes de TVM.....									(249.211)			(249.211)
Ganhos ou Perdas Atuariais.....									(183.157)			(183.157)
AUMENTO DE CAPITAL:												
Proveniente de Reservas-Homologação.....	407.000	(407.000)										-
OUTROS EVENTOS:												
Reavaliação de Ativos:												
Realização da Reserva (Líquido dos efeitos tributários).....					(2.773)					2.275		(498)
Provisão para Dividendos/JCP-Exercício 2014								(40.463)		(283.648)		(324.111)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....										305.723		305.723
Destinações:												
Reservas.....						15.287	219.342			(234.629)		-
JCP antecipados atualizados monetariamente.....										(55.591)		(55.591)
Provisão de JCP complementares do exercício.....										(17.778)		(17.778)
SALDOS EM 31.12.2015	2.844.000	-	0	0	16.621	200.726	397.703	-	(615.864)	-	-	2.843.186
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	407.000	(407.000)	0	0	(2.773)	15.287	(64.306)	(40.463)	(432.368)	-	-	(524.623)
SALDOS EM 31.12.2015	2.844.000	-	0	0	16.621	200.726	397.703	-	(615.864)	-	-	2.843.186
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:												
Ajuste de TVM.....									134.788			134.788
Ganhos ou Perdas Atuariais.....									(172.871)			(172.871)
OUTROS EVENTOS:												
Reavaliação de Ativos:												
Realização de Reservas (Líquido dos Efeitos Tributários).....					(2.130)					2.130		-
Reversão de Despesas de Exercícios Anteriores (Líquido dos Efeitos Tributários).....										369		369
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....										732.071		732.071
Destinações:												
Reservas.....						36.603	522.919			(559.522)		-
JCP antecipados atualizados monetariamente.....										(56.472)		(56.472)
Provisão de JCP complementares do exercício.....										(118.576)		(118.576)
SALDOS EM 31.12.2016	2.844.000	-	0	0	14.491	237.329	920.622	-	(653.947)	-	-	3.362.495
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	-	-	0	0	(2.130)	36.603	522.919	-	(38.083)	-	-	519.309
SALDOS EM 30.06.2016	2.844.000	-	0	0	15.556	212.004	559.042	-	(595.407)	-	-	3.035.195
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:												
Ajuste de TVM.....									17.404			17.404
Ganhos ou Perdas Atuariais.....									(75.944)			(75.944)
OUTROS EVENTOS:												
Reavaliação de Ativos:												
Realização de Reservas (Líquido dos Efeitos Tributários).....					(1.065)					1.065		-
Reversão de Despesas de Exercícios Anteriores Líquido dos Efeitos Tributário.....										369		369
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....										506.507		506.507
Destinações:												
Reservas.....						25.325	361.580			(386.905)		-
Atualização monetária de JCP pagos antecipadamente.....										(2.460)		(2.460)
Provisão de JCP complementares do exercício.....										(118.576)		(118.576)
SALDOS EM 31.12.2016	2.844.000	-	0	0	14.491	237.329	920.622	-	(653.947)	-	-	3.362.495
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	-	0	0	(1.065)	25.325	361.580	-	(58.540)	-	-	327.300

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2016
 Direção Geral e Agências no País
 (Valores em R\$ Mil)

	2º Sem /2016	Exercício/2016	Exercício/2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Período.....	506.507	732.071	305.723
Ajustes ao Lucro Líquido:			
Despesas de Depreciação e Amortização.....	20.596	41.993	40.689
Reversão para Desvalorização de Outros Valores e Bens.....	(2)	(12)	(12)
Provisão líquida para Créditos de Liquidação Duvidosa	423.808	762.641	809.836
Provisão líquida para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	8.865	11.354	192.884
Provisão líquida para Passivos Contingentes (Riscos do FNE)	540.751	969.562	1.141.764
Provisão líquida para Passivos Contingentes (Riscos do FDNE)	(67)	(50)	(411)
Provisão líquida para Passivos Contingentes.....	33.792	112.365	17.976
Provisão líquida (Benefícios pós-emprego)	100.257	193.070	155.907
Provisão Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	204.864	277.379	-
Reversão de Provisão Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	(72.515)	(72.515)	-
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	29.603	63.759	89.946
Atlvo Fiscal Diferido.....	605.782	667.707	524.507
Provisão/(Reversão) para Perdas em Créditos Vinculados-SFH.....	8.458	23.002	(14.990)
Constituição/(Reversão) de Outras Provisões Operacionais	5.343	18.625	(4.444)
Lucro Líquido Ajustado.....	2.416.042	3.800.951	3.259.375
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(147.374)	(152.858)	8.728
Relações Interfinanceiras e Interdependências	(32.706)	(91.534)	196.403
Operações de Crédito.....	(148.555)	298.863	(1.273.449)
Outros Créditos.....	(1.121.511)	(823.853)	(1.172.693)
Outros Valores e Bens.....	3.378	342	(941)
Depósitos.....	483.425	(207.186)	(1.264.626)
Captações no Mercado Aberto	(234.500)	(701.606)	(85.104)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	67.018	(120.602)	(266.490)
Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	(74.651)	(719.146)	245.458
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(29.035)	206.986	(103.187)
Outras Obrigações.....	2.174.569	4.772.497	3.707.154
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos.....	(128.051)	(340.158)	(257.500)
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda.....	(2.377.556)	(8.593.803)	1.833.623
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	850.493	(2.671.107)	4.826.751
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Inversões em Investimentos.....	(68)	(100)	(27)
Inversões em Imobilizado de Uso.....	(2.197)	(22.860)	(53.817)
Inversões em Intangível.....	(2.847)	(3.293)	(204)
Inversões em Bens Não de Uso Próprio.....	(164)	(317)	(3.854)
Alienação de Investimentos.....	57	57	40
Alienação(Baixa) de Imobilizado de Uso.....	220	4.123	13.034
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	118	181	486
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO.....	(4.881)	(22.209)	(44.342)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos.....	(53.654)	(71.376)	(473.317)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.....	-	(393.390)	(87.242)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	(53.654)	(464.766)	(560.559)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	791.958	(3.158.082)	4.221.850
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No Início do Período.....	8.637.271	12.587.311	8.365.461
No Fim do Período.....	9.429.229	9.429.229	12.587.311
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	791.958	(3.158.082)	4.221.850

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2016

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/2016	%	31.12.2016	%	31.12.2015	%
RECEITAS	3.562.301		7.028.239		7.454.290	
Intermediação Financeira	2.893.570		5.438.822		6.493.215	
Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias	1.206.984		2.309.358		2.076.273	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(432.673)		(773.995)		(1.002.720)	
Outras Receitas/Despesas	(105.580)		54.054		(112.478)	
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.753.325)		(3.347.110)		(4.386.448)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(569.919)		(1.064.500)		(922.799)	
Materiais, Energia e Outros	(41.982)		(84.032)		(76.415)	
Serviços de Terceiros	(283.374)		(541.345)		(480.355)	
Outras	(244.563)		(439.123)		(366.029)	
Processamento de Dados e Telecomunicações	(141.782)		(253.034)		(191.433)	
Propaganda, Promoções e Publicações	(19.162)		(25.874)		(35.194)	
Transportes	(13.984)		(27.343)		(24.883)	
Segurança	(29.367)		(56.146)		(46.351)	
Viagens	(6.614)		(13.324)		(11.490)	
Outras	(33.654)		(63.402)		(56.678)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.239.057		2.616.629		2.145.043	
RETENÇÕES	(20.596)		(41.993)		(40.689)	
Depreciação, amortização e exaustão	(20.596)		(41.993)		(40.689)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.218.461		2.574.636		2.104.354	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.218.461		2.574.636		2.104.354	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.218.461		2.574.636		2.104.354	
PESSOAL	847.224	69,53	1.600.801	62,18	1.394.112	66,2
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	601.366	49,35	1.129.295	43,86	989.826	47,0
Proventos	571.107		1.083.845		936.992	
Participação nos lucros	30.259		45.450		52.834	
BENEFÍCIOS	203.450	16,70	390.106	15,15	332.587	15,8
Provisões (Benefícios pós-emprego)	100.811		194.054		156.747	
Benefícios - Outros	102.639		196.052		175.840	
FGTS	42.408	3,48	81.400	3,16	71.699	3,4
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	(155.715)	(12,78)	202.636	7,87	372.645	17,7
Federais	(169.850)		174.585		344.645	
Estaduais	35		53		34	
Municipais	14.100		27.998		27.966	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	20.445	1,68	39.128	1,52	31.874	1,5
Aluguéis	20.445		39.128		31.874	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	506.507	41,57	732.071	28,43	305.723	14,5
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	121.036	9,93	175.048	6,80	73.370	3,5
União	61.728		89.275		37.419	
Outros	59.308		85.773		35.951	
LUCROS RETIDOS NO PERÍODO	385.471	31,64	557.023	21,64	232.353	11,0

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida/Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22- Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 24- Participação nos Lucros e Resultados
Nota 10- Outros Créditos	Nota 25- Benefícios Pós-Emprego
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 26- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE
Nota 12- Permanente	
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida/Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas	Nota 27- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
	Nota 28- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 29 - Partes Relacionadas
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	Nota 30- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 16- Outras Obrigações	Nota 31- Outras Informações

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: "Atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de, respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);

- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Deliberação CVM nº 640, de 07.10.2010);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 760, de 22.12.2016);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo o regime de competência, e considerando o critério "pro rata temporis".

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do FNE classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Os TVM estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos para Negociação: são aqueles adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela BM&FBovespa.

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos IFD designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção e o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* (registrado como parte do seu valor contábil), são reconhecidos no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Reapresentação de Saldos Comparativos

O Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2015, apresentado para fins de comparação, foi ajustado no subgrupo "OUTROS CRÉDITOS/Diversos" dos Grupos "CIRCULANTE" e "REALIZÁVEL A LONGO PRAZO", do Ativo, em função da reclassificação do saldo de "Devedores por Depósitos em Garantia" que passou a compor o Longo Prazo, conforme abaixo:

BALANÇOS PATRIMONIAIS	31 de Dezembro de 2015		
	Original	Ajuste	Reapresentado
ATIVO CIRCULANTE	21.939.440	(669.802)	21.269.638
OUTROS CRÉDITOS	3.344.533	(669.802)	2.674.731
Diversos	2.719.014	(669.802)	2.049.212
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	19.248.006	669.802	19.917.808
OUTROS CRÉDITOS	404.993	669.802	1.074.795
Diversos	433.416	669.802	1.103.218

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

j) Permanente

Investimentos: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso: está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Intangível: composto pelos desembolsos para aquisição de direitos de *software* que, no momento, encontra-se em fase de implantação, com vida útil estimada em 10 anos, a partir da data de sua disponibilidade para uso, e terá amortização linear. Quando aplicável, será ajustado por perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Diferido: contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008, e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

k) Tributos

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) à alíquota de 20% (até 31.08.2015 a alíquota era de 15%, a partir de 01.09.2015 passa a ser de 20% até 31.12.2018, em conformidade com o estabelecido na MP nº 675 de 21.05.2015, convertida na Lei nº 13.169 de 06.10.2015) depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego e ajustes aos valores de mercado de TVM, de IFD, de item objeto de hedge.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, plano de assistência médica, do tipo “benefício definido” e seguro de vida em grupo, do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério "*pro-rata-die*".

n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

o) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Exceto se obrigação legal, para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os ativos e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

p) Dívidas Subordinadas

As dívidas subordinadas estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extramercado divulgada pelo Bacen quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

q) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

r) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

s) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os exercícios findos em 31.12.2016 e 31.12.2015.

A tabela a seguir apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna "Total":

Especificação	2º Sem/2016			01.01 a 31.12.2016			01.01 a 31.12.2015		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	2.926.166	806.746	3.732.912	5.264.818	2.334.339	7.599.157	5.518.524	2.577.848	8.096.372
Receitas de Operações de Crédito	1.014.165	-	1.014.165	2.055.623	-	2.055.623	2.452.476	-	2.452.476
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.641.548	173.283	1.814.831	2.430.958	1.079.630	3.510.588	1.602.751	1.370.884	2.973.635
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros									
Derivativos	6.028	-	6.028	(249.874)	-	(249.874)	665.042	-	665.042
Resultado de Operações de Câmbio	43.846	-	43.846	86.983	-	86.983	400.019	-	400.019
Resultado de Aplicações Compulsórias	14.700	-	14.700	35.502	-	35.502	2.043	-	2.043
Outras Receitas	205.879	633.463	839.342	905.626	1.254.709	2.160.335	396.193	1.206.964	1.603.157
Despesas	(1.127.264)	(1.599.648)	(2.726.912)	(2.168.062)	(2.924.363)	(5.092.425)	(4.103.637)	(2.451.772)	(6.555.409)
Despesas de Captação no Mercado	(669.544)	-	(669.544)	(1.356.044)	-	(1.356.044)	(2.171.324)	-	(2.171.324)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(25.047)	(1.058.734)	(1.083.781)	(38.023)	(1.953.043)	(1.991.066)	(905.931)	(1.309.193)	(2.215.124)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9)	(432.673)	(540.751)	(973.424)	(773.995)	(969.562)	(1.743.557)	(1.002.720)	(1.141.764)	(2.144.484)
Outros Passivos Contingentes (Nota 20.g)	-	-	-	-	(947)	(947)	(23.662)	-	(23.662)
Provisão Proagro a Receber	-	(163)	(163)	-	(811)	(811)	-	(815)	(815)
Margem Financeira	1.798.902	(792.902)	1.006.000	3.096.756	(590.024)	2.506.732	1.414.887	126.076	1.540.963
Rendas de Prestação de Serviços	226.002	949.343	1.175.345	431.851	1.816.523	2.248.374	423.926	1.599.984	2.023.910
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	31.639	-	31.639	60.984	-	60.984	52.363	-	52.363
Pasep e Cofins	(93.375)	(36.970)	(130.345)	(147.789)	(110.840)	(258.629)	(97.525)	(140.291)	(237.816)
Resultado após Tarifas e Comissões	1.963.168	119.471	2.082.639	3.441.802	1.115.659	4.557.461	1.793.651	1.585.769	3.379.420
Despesas Administrativas			(1.558.303)			(2.950.566)			(2.561.118)
Despesas de Pessoal			(947.343)			(1.804.945)			(1.565.754)
Depreciação e Amortização			(20.596)			(41.993)			(40.689)
Outras Despesas Administrativas			(590.364)			(1.103.628)			(954.675)
Outras Despesas			(376.763)			(1.026.756)			(495.747)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(42.624)			(138.067)			(83.194)
Lucro antes da Tributação e Participações			104.949			442.072			239.361
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			431.817			335.449			119.196
Participações no Lucro			(30.259)			(45.450)			(52.834)
Lucro Líquido			506.507			732.071			305.723

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
Disponibilidades em Moeda Nacional	127.664	151.549
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	56.911	58.426
Total da Disponibilidade de Caixa	184.575	209.975
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	9.244.654	12.377.336
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	9.429.229	12.587.311

⁽¹⁾ Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
a) Aplicações no Mercado Aberto	9.314.933	12.444.473
Revendas a Liquidar-Posição Bancada	9.244.654	12.377.336
Revendas a Liquidar-Posição Financiada	70.279	67.137
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	150.350	635
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	150.350	635
Total	9.465.283	12.445.108
Saldo de Curto Prazo	9.465.283	12.445.108

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	2º Sem/2016	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2015
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	542.840	1.175.179	1.236.692
Posição Bancada	537.876	1.165.753	1.229.340
Posição Financiada	4.964	9.426	7.352
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	350	350	2.419
Total	543.190	1.175.529	1.239.111

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
Títulos Disponíveis para Venda	20.259.164	11.543.732
Títulos Mantidos até o Vencimento	186.224	173.065
Diferencial a Receber <i>Swap</i>	403.488	610.474
Total	20.848.876	12.327.271
Saldo de Curto Prazo	4.050.575	253.302
Saldo de Longo Prazo	16.798.301	12.073.969

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	31.12.2016								
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
Títulos de Renda Fixa	-	-	2.113.406	1.606.186	16.191.268	20.574.867	19.910.860	(664.007)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.975.238	1.468.599	12.997.447	16.474.904	16.441.284	(33.620)	2017 a 2022
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.561.353	1.532.143	1.561.353	29.210	2050
Letras Financeiras	-	-	138.060	137.564	1.528.758	1.858.041	1.804.382	(53.659)	2017 a 2019
Debêntures	-	-	-	-	98.278	670.579	98.278	(572.301)	2018 a 2041
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	5.133	5.116	5.133	17	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	33.507	-	(33.507)	1993
Títulos da Dívida Agrária	-	-	108	23	299	577	430	(147)	2017 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	327	-	-	-	-	1.895	327	(1.568)	
Fundos de Desenvolvimento Social (FDS)	-	-	-	-	-	1.568	-	(1.568)	Sem Vencimento
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	313	-	-	-	-	313	313	-	Sem Vencimento
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	14	-	-	-	-	14	14	-	Sem Vencimento
Títulos de Renda Variável	32.477	-	-	-	-	13.025	32.477	19.452	
Outros Incentivos Fiscais – Finor	109	-	-	-	-	109	109	-	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	32.368	-	-	-	-	12.916	32.368	19.452	Sem Vencimento
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	287.504	-	27.996	316.390	315.500	(890)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	287.504	-	7.439	295.107	294.943	(164)	2017 a 2022
Títulos Públicos Federais – Nuclebrás	-	-	-	-	-	848	-	(848)	1993
Debêntures	-	-	-	-	20.557	20.435	20.557	122	2019
Total da Categoria	32.804	-	2.400.910	1.606.186	16.219.264	20.906.177	20.259.164	(647.013)	
Crédito Tributário (Nota 21.b)								284.811	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								(20.670)	
Total do Ajuste a Valor de Mercado								(382.872)	

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 230.402 (R\$ 202.078 em 31.12.2015); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 2.617 (R\$ 2.295 em 31.12.2015); Garantias em Processos Judiciais R\$ 58.733 (R\$ 202.124 em 31.12.2015); e Demais Garantias R\$ 23.748 (R\$ 20.828 em 31.12.2015).

Especificação	31.12.2015								
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
Títulos de Renda Fixa	-	-	85.314	132.584	10.889.990	11.984.335	11.107.888	(876.447)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	1.792	7.978.725	7.979.876	7.980.517	641	2016 a 2021
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.199.577	1.437.494	1.199.577	(237.917)	2050
Letras Financeiras	-	-	85.303	130.767	1.570.136	1.827.555	1.786.206	(41.349)	2016 a 2019
Debêntures	-	-	-	-	135.847	702.235	135.847	(566.388)	2016 a 2035
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	5.553	5.534	5.553	19	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	31.383	-	(31.383)	1993
Títulos da Dívida Agrária	-	-	11	25	152	258	188	(70)	2016 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	253	-	-	-	-	1.741	253	(1.488)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	-	-	-	-	-	1.488	-	(1.488)	Sem Vencimento
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	246	-	-	-	-	246	246	-	Sem Vencimento
Fundo de Garantia de Operações - FGO	7	-	-	-	-	7	7	-	Sem Vencimento
Títulos de Renda Variável	8.266	-	-	-	-	8.745	8.266	(479)	
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	124	-	-	-	-	163	124	(39)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	8.142	-	-	-	-	8.582	8.142	(440)	Sem Vencimento
Títulos Dados em Garantia	-	-	-	25.491	401.834	440.216	427.325	(12.891)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	376.244	376.229	376.244	15	2017 a 2020
Títulos Públicos Federais - Nuclebrás	-	-	-	-	-	794	-	(794)	1993
Debêntures	-	-	-	-	25.590	37.886	25.590	(12.296)	2019 a 2035
Letras Financeiras	-	-	-	25.491	-	25.307	25.491	184	2016
Total da Categoria	8.519	-	85.314	158.075	11.291.824	12.435.037	11.543.732	(891.305)	
Crédito Tributário (Nota 21.b)								375.256	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								(1.614)	
Total do Ajuste a Valor de Mercado								(517.663)	

A rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros" dos itens Títulos de Renda Fixa e Títulos Dados em Garantia registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801 e CVSB970101, com vencimento em 31.08.1993 e 01.01.2027, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria "Títulos Disponíveis para Venda", encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes a Valor de Mercado", o valor de (R\$ 647.013) ((R\$891.305) em 31.12.2015). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a (R\$ 382.872) ((R\$ 517.663) em 31.12.2015).

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	31.12.2016							
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Títulos de Renda Fixa	-	-	-	10.676	175.548	186.224	144.981	
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	-	156.328	156.328	115.085	2030
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	-	10.676	-	10.676	10.676	2017
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	-	8.366	8.366	8.366	2023
Cotas Fundo Investimento Criatec III	-	-	-	-	438	438	438	2025
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	-	10.237	10.237	10.237	2018
Nordeste III FIP	-	-	-	-	179	179	179	2022
Total da Categoria	-	-	-	10.676	175.548	186.224	144.981	

Especificação	31.12.2015							
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Títulos de Renda Fixa	-	-	480	-	172.585	173.065	85.545	
Cotas Fundo de Investimento-Ne Empreendedor	-	-	480	-	-	480	480	2016
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	-	144.415	144.415	56.895	2030
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	-	-	10.312	10.312	10.312	2017
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	-	4.416	4.416	4.416	2023
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	-	13.371	13.371	13.371	2018
Nordeste III FIP	-	-	-	-	71	71	71	2022
Total da Categoria	-	-	480	-	172.585	173.065	85.545	

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

a.4) No Exercício de 2016 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5) Para obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

- 1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e BM&FBovespa;
- 2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na Cetip S.A. – Mercados Organizados; e
- 3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.

a.6) A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até às datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	2º Sem/2016	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2015
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 6.b)	542.840	1.175.179	1.236.692
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	350	350	2.419
Títulos de Renda Fixa	1.271.120	2.334.030	1.733.511
Títulos de Renda Variável	521	1.029	1.013
Total	1.814.831	3.510.588	2.973.635

c) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 31.12.2016, o Banco possui operações de “swap”, que se encontram registradas na Cetip S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nocional) e o correspondente valor patrimonial nas contas “Diferencial a Pagar” e “Diferencial a Receber”, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Composição em 31.12.2016								
Especificação	Valor Nocional	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	578.615	403.488	-	392.844	-	10.644	-	10.644
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	578.615	403.488	-	392.844	-	10.644	-	10.644
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								4.258

Composição em 31.12.2015								
Especificação	Valor Nocional	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	578.615	610.474	-	587.348	-	23.126	-	23.126
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	578.615	610.474	-	587.348	-	23.126	-	23.126
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								9.250

Especificação	31.12.2016		31.12.2015	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
1 a 3 anos	403.488	-	-	-
3 a 5 anos	-	-	610.474	-
Total	403.488	-	610.474	-

c.1) IFD classificados como Hedge de Risco de Mercado (Hedge Accounting)

Especificação	31.12.2016				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de Hedge	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	984.503	591.659	995.147	591.659	10.644
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
Eurobonds – Senior Unsecured Notes	984.622		995.151		10.529
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)					4.211

⁽¹⁾Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 984, sobre os juros da operação.

Especificação	31.12.2015				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de Hedge	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.179.697	592.349	1.202.823	592.349	23.126
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
Eurobonds – Senior Unsecured Notes (Nota 15.a)	1.179.697		1.202.843		23.146
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)					9.258

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 1.180, sobre os juros da operação.

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior por meio de *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, o Banco contratou operações de *swap* para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em *hedge* de risco de mercado. O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida no resultado do exercício.

Tendo em vista que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de *Hedge (Eurobonds – Senior Unsecured Notes)* e os fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (*swaps*) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

As operações foram avaliadas como efetiva na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge, Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

d) Resultado com IFD

Especificação	2º Sem/2016	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2015
Swap	6.028	(249.874)	665.042
Total	6.028	(249.874)	665.042

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	31.12.2016			31.12.2015		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios	122.735	-	122.735	91.341	-	91.341
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	95.600	-	95.600	82.268	-	82.268
Sistema Financeiro da Habitação (SFH)	70.580	(4.511)	66.069	72.062	(27.513)	44.549
Tesouro Nacional - Crédito Rural	651	(645)	6	692	(588)	104
Total	289.566	(5.156)	284.410	246.363	(28.101)	218.262
Saldo de Curto Prazo	218.341	(6)	218.335	174.298	(587)	173.711
Saldo de Longo Prazo	71.225	(5.150)	66.075	72.065	(27.514)	44.551

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	2º Sem/2016	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2015
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	3.665	7.220	12.115
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	2.546	5.125	4.829
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	30	68	60
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	8.459	23.089	(14.961)
Total	14.700	35.502	2.043

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	31.12.2016		31.12.2015	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	12.373.957	(1.235.550)	13.122.320	(922.410)
Curto Prazo	5.322.670	(548.029)	5.977.524	(501.165)
Longo Prazo	7.051.287	(687.521)	7.144.796	(421.245)
Outras Rubricas com Características de Crédito (Nota 10.f)	619.979	(195.538)	715.953	(205.463)
Curto Prazo	616.758	(195.538)	506.014	(205.463)
Longo Prazo	3.221	-	209.939	-
Total	12.993.936	(1.431.088)	13.838.273	(1.127.873)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
Adiantamentos a Depositantes	441	431
Empréstimos	5.313.172	5.761.392
Títulos Descontados	49.836	61.821
Financiamentos	2.412.656	2.303.910
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	62.423	226.222
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 29.a.1)	552.221	478.527
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.872.488	1.767.956
Financiamentos Imobiliários ⁽¹⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	2.110.477	2.521.818
Subtotal de Operações de Crédito	12.373.957	13.122.320
Avais e Fianças Honorados	-	146
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	38.950	28.298
Devedores por Compra de Valores e Bens	3.172	4.363
Títulos e Créditos a Receber	70.841	108.054
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾ (Nota 11.a)	507.016	575.092
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	619.979	715.953
Total	12.993.936	13.838.273

⁽¹⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽²⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	2º Sem/2016	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2015
Empréstimos e Títulos Descontados	555.479	1.122.500	913.350
Financiamentos	342.740	636.931	1.040.112
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	62.045	196.465	241.505
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	53.861	99.599	256.402
Outros Valores	40	128	1.107
Total	1.014.165	2.055.623	2.452.476

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2016	Total em 31.12.2015
Rural	1.968	1.435	749	22.611	11.321	1.742.044	1.780.128	1.679.835
Indústria	77.201	71.508	68.823	198.470	268.027	1.969.105	2.653.134	2.758.683
Governo	21.240	22.313	30.782	47.632	116.604	1.141.948	1.380.519	1.624.916
Outros Serviços	200.734	182.496	124.257	315.076	313.776	1.334.806	2.471.145	2.319.861
Comércio	712.549	607.110	505.599	953.245	414.299	580.792	3.773.594	4.401.314
Intermediários Financeiros	53	10	9	25	38	72	207	479
Habituação	171	22	19	34	38	388	672	757
Pessoas Físicas	26.899	11.177	7.143	16.141	16.990	16.443	94.793	104.541
Total	1.040.815	896.071	737.381	1.553.234	1.141.093	6.785.598	12.154.192	12.890.386

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas						Total em 31.12.2016	Total em 31.12.2015
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	1.801	577	583	3.065	4.737	25.846	36.609	29.108
Indústria	3.434	3.701	3.588	9.817	18.481	79.210	118.231	81.414
Outros Serviços	7.021	7.311	6.846	18.268	31.711	66.370	137.527	223.173
Comércio	17.365	15.985	13.030	30.436	48.459	95.403	220.678	185.359
Intermediários Financeiros	1	1	1	2	4	10	19	21
Pessoas Físicas	253	205	221	846	1.004	1.106	3.635	4.716
Total	29.875	27.780	24.269	62.434	104.396	267.945	516.699	523.791

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas							Total em 31.12.2016	Total em 31.12.2015
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	434	803	499	2.088	2.281	1.150	45.416	52.671	53.382
Indústria	1.346	2.430	4.337	5.351	11.213	11.279	154	36.110	50.825
Outros Serviços	2.930	4.226	7.387	6.841	26.979	25.034	95	73.492	182.454
Comércio	3.527	11.979	22.556	15.578	40.663	48.775	340	143.418	122.980
Intermediários Financeiros	1	-	1	-	-	-	-	2	7
Habitação	-	-	42	-	278	76	-	396	267
Pessoas Físicas	74	1.164	1.296	996	4.715	8.561	150	16.956	14.181
Total	8.312	20.602	36.118	30.854	86.129	94.875	46.155	323.045	424.096

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	31.12.2016				31.12.2015			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	5.269.455	-	5.269.455	-	5.218.780	-	5.218.780	-
A	3.796.590	-	3.796.590	(18.983)	4.554.399	-	4.554.399	(22.772)
B	792.390	45.384	837.774	(8.378)	2.358.464	56.382	2.414.846	(24.148)
C	657.005	51.108	708.113	(21.243)	79.931	116.073	196.004	(5.880)
D	712.588	43.742	756.330	(75.633)	90.151	91.298	181.449	(18.145)
E	185.810	92.886	278.696	(83.609)	61.303	106.863	168.166	(50.450)
F	22.255	118.838	141.093	(70.546)	26.978	75.339	102.317	(51.158)
G	110.218	67.075	177.293	(124.104)	18.055	138.587	156.642	(109.650)
H	607.881	420.711	1.028.592	(1.028.592) ⁽²⁾	482.325	363.345	845.670	(845.670)
Total	12.154.192	839.744	12.993.936	(1.431.088)	12.890.386	947.887	13.838.273	(1.127.873)

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

⁽²⁾ Incluem as provisões para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito com indícios de irregularidades no importe de R\$ 3.367

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
Saldo Inicial da Provisão para Perdas da Carteira de Crédito	1.127.873	890.703
(+) Constituição de Provisão no Período	791.974	1.002.375
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(488.759)	(765.205)
(=) Provisão Líquida para Perdas da Carteira de Crédito	1.431.088	1.127.873
Saldo Inicial da Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	46.804	46.458
(+) Constituição de Provisão no Período	230	570
(+) Reversão de Provisão no Período	(18.210)	(225)
(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.f)	28.824	46.804
(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.459.912	1.174.677

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	2º Sem/2016	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2015
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	423.808	762.641	809.836
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	27.000	46.501	192.539
(+) Reversão de Provisões Operacionais	-	(17.168)	-
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	450.808	791.974	1.002.375
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	38	231	570
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(18.173)	(18.210)	(225)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 4)	432.673	773.995	1.002.720

f) Concentração de Crédito

Especificação	31.12.2016		31.12.2015	
	Saldo	% da Carteira	Saldo	% da Carteira
10 Maiores devedores	2.643.611	20,34	2.780.430	20,09
50 maiores devedores	4.948.296	38,08	5.276.281	38,13
100 maiores devedores	5.729.029	44,09	6.154.478	44,47

g) No exercício de 2016 foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 99.599 (R\$ 256.403 em 31.12.2015) e as renegociações importaram em R\$ 1.282.081 (R\$ 392.898 em 31.12.2015).

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
a) Crédito por Avais e Fianças Honrados	-	146
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	612.278	818.089
c) Rendas a Receber	13.921	31.124
d) Negociação e Intermediação de Valores	12	4
e) Diversos	3.748.539	3.152.430
Créditos Tributários sobre Provisões (Nota 21.b)	2.132.416	1.459.663
Créditos Tributários sobre TVM, IFD e item objeto de Hedge (Notas 7.a.2 e 21.b)	289.022	384.514
Devedores por Depósitos em Garantia	692.167	669.802
Impostos e Contribuições a Compensar	303.112	278.553
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	70.841	108.054
Adiantamentos e Antecipações Salariais	2.446	2.473
Pagamentos a Ressarcir	17.802	10.876
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	-	12
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	-	18
Outros Valores	213.985	211.717
f) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(224.362)	(252.267)
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(195.538)	(205.463)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(28.824)	(46.804)
Total	4.150.388	3.749.526
Saldo de Curto Prazo	2.257.019	2.674.731
Saldo de Longo Prazo	1.893.369	1.074.795

NOTA 11 – Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio Comprado a Liquidar	570.689	786.236
Direitos sobre Vendas de Câmbio	2.639	4.009
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	-	(454)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	38.950	28.298
Ativo Circulante (Nota 10.b)	612.278	818.089
Passivo – Outras Obrigações		
Obrigações por Compras de Câmbio	508.389	575.092
Câmbio Vendido a Liquidar	2.649	3.977
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(507.016)	(575.092)
Passivo Circulante (Nota 16.b)	4.022	3.977

b) Resultado de Câmbio

Especificação	2º Sem/2016	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2015
Rendas de Câmbio	44.399	88.307	403.704
Despesas de Câmbio	(553)	(1.324)	(3.685)
Total	43.846	86.983	400.019

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2015	01.01.2016 a 31.12.2016			31.12.2016	
	Saldo Contábil	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões			
Ações e Cotas	652	-	-	652	652	652
Bens Artísticos e Valiosos	1.214	100	(57)	1.257	1.257	1.257
Total	1.866	100	(57)	1.909	1.909	1.909

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2015	01.01.2016 a 31.12.2016			31.12.2016			
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Depreciação				
Edificações	91.421	1.673	-	(10.235)	82.859	260.083	(177.224)	82.859
Sistema de Processamento de Dados	60.804	12.374	(4.447)	(21.974)	46.757	144.002	(97.245)	46.757
Móveis e Equipamentos de Uso	28.000	9.439	(2.823)	(5.490)	29.126	75.525	(46.399)	29.126
Terrenos	17.631	-	-	-	17.631	17.631	-	17.631
Instalações	4.933	1.935	(43)	(1.289)	5.536	20.723	(15.187)	5.536
Sistema de Comunicação	49	16	(8)	(14)	43	286	(243)	43
Sistema de Segurança	8.689	1.351	(730)	(1.550)	7.760	18.852	(11.092)	7.760
Sistema de Transporte	4.449	5	(5)	(1.404)	3.045	14.365	(11.320)	3.045
Total	215.976	26.793	(8.056)	(41.956)	192.757	551.467	(358.710)	192.757

c) Diferido

Especificação	31.12.2015	01.01.2016 a 31.12.2016			31.12.2016			
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização				
Gastos em Imóveis de Terceiros	37	-	-	(37)	-	37	(37)	-
Total	37	-	-	(37)	-	37	(37)	-

d) Intangível

Especificação	31.12.2015	01.01.2016 a 31.12.2016			31.12.2016		
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização			
Gastos com Intangíveis em Elaboração	16.610	3.292	-	-	19.902	19.902	19.902
Total	16.610	3.292	-	-	19.902	19.902	19.902

e) No exercício, não há registro de impairment sobre o Ativo Permanente.

NOTA 13 – Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida/Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas

a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida/Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2016	Total em 31.12.2015
Depósitos a Vista	345.990	-	-	-	-	-	345.990	333.005
Depósitos a Vista	345.990	-	-	-	-	-	345.990	333.005
Depósitos de Poupança	2.113.346	-	-	-	-	-	2.113.346	1.854.853
Depósitos Interfinanceiros	377.082	733.995	87.768	-	-	-	1.198.845	1.208.803
Depósitos a Prazo	1.655.693	722.994	2.396.601	909.159	1.240.489	24.203	6.949.139	7.354.086
Depósitos a Prazo	969.542	688.742	1.928.612	782.459	1.124.070	24.203	5.517.628	5.606.108
Depósitos Judiciais com Remuneração	520.393	-	-	-	-	-	520.393	888.708
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	152.744	-	396.600	53.117	53.117	-	655.578	526.143
FAT- Recursos Disponíveis	2.214	5.787	6.759	6.797	6.722	-	28.279	37.932
FAT- Recursos Aplicados	10.800	28.159	64.376	66.786	56.580	-	226.701	294.431
Outros	-	306	254	-	-	-	560	764
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	74.613	235.998	-	988.259	-	-	1.298.870	1.419.472
Eurobonds	-	7.876	-	988.259	-	-	996.135	1.204.023
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	74.613	228.122	-	-	-	-	302.735	215.449
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-	-	-	-	-	-	-	1.501.176
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	1.000.000	1.000.000	-
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	2.012.874	2.012.874	1.792.282
Total	4.566.724	1.692.987	2.484.369	1.897.418	1.240.489	3.037.077	14.919.064	15.463.677
Saldo de Curto Prazo							6.259.711	6.038.315
Saldo de Longo Prazo							8.659.353	9.425.362

b) Depósitos

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
Depósitos a Vista	345.990	333.005
Depósitos de Governos	13.196	4.772
Depósitos Vinculados	180.732	166.320
Pessoas Jurídicas	114.855	120.821
Pessoas Físicas	35.462	40.376
Outros Valores	1.745	716
Depósitos de Poupança	2.113.346	1.854.853
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.359.437	1.280.523
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	753.097	573.630
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	812	700
Depósitos Interfinanceiros	1.198.845	1.208.803
Depósitos a Prazo	6.949.139	7.354.086
Depósitos a Prazo	5.517.628	5.606.108
Depósitos Judiciais com Remuneração	520.393	888.708
Outros Depósitos a Prazo	911.118	859.270
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Nota 27 e Nota 29)	254.980	332.363
Recursos Disponíveis (Nota 27)	28.279	37.932
Proger Urbano	1.709	2.945
Protrabalho	709	1.282
Infraestrutura	22.297	25.820
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	3.564	7.885
Recursos Aplicados (Nota 27)	226.701	294.431
Proger Urbano	12.717	17.575
Protrabalho	63.802	75.188
Infraestrutura	60.055	98.068
PNMPO	90.127	103.600
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	655.578	526.143
Outros Valores	560	764
Total	10.607.320	10.750.747
Saldo de Curto Prazo	5.949.100	5.720.863
Saldo de Longo Prazo	4.658.220	5.029.884

c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
Carteira Própria	899.357	1.604.106
Letras Financeiras do Tesouro	899.357	1.604.106
Carteira de Terceiros	70.280	67.137
Notas do Tesouro Nacional	70.280	67.137
Total	969.638	1.671.243
Saldo de Curto Prazo	966.859	1.541.765
Saldo de Longo Prazo	2.778	129.478

d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	2º Sem/2016	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2015
Despesas de Captações	(601.706)	(1.177.787)	(1.951.877)
Depósitos a Prazo	(362.975)	(714.003)	(743.485)
Depósitos de Poupança	(57.583)	(112.991)	(107.720)
Depósitos Judiciais	(29.603)	(63.759)	(89.946)
Depósitos Interfinanceiros	(25.074)	(52.142)	(58.086)
Depósitos Especiais	(42.450)	(87.340)	(86.914)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(78.009)	(135.608)	(853.011)
Outros Depósitos	(6.012)	(11.944)	(12.715)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(67.838)	(178.257)	(219.447)
Carteira de Terceiros	(4.963)	(9.425)	(7.334)
Carteira Própria	(62.875)	(168.832)	(212.113)
Total	(669.544)	(1.356.044)	(2.171.324)

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2016	Total em 31.12.2015
Empréstimos no Exterior	286.117	351.625	-	-	-	-	637.742	1.000.882
Repasses do País	40.893	109.844	334.920	375.396	623.279	184.916	1.669.248	1.709.146
Repasses do Exterior	24.588	116.976	236.245	241.914	144.553	-	764.276	1.080.383
Total	351.598	578.445	571.165	617.310	767.832	184.916	3.071.266	3.790.411
Saldo de Curto Prazo							930.043	1.320.257
Saldo de Longo Prazo							2.141.223	2.470.154

b) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2016	31.12.2015
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	637.742	1.000.882
Total		637.742	1.000.882
Saldo de Curto Prazo		637.742	1.000.882
Saldo de Longo Prazo		-	-

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2016	31.12.2015
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,00	451	426
BNDES		1.552.591	1.567.324
Programa de Operações Conjuntas (POC)	Pré 1,5 a 7,00/TJLP + 0,00 a 4,00/IPCA + 9,41/Varição Cambial + 2,00 a 4,00	1.158.948	1.199.931
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola		393.643	367.393
Finame		116.206	141.396
Programa Automático	Pré 1,5 a 7,00/TJLP + 0,00 a 4,00/Varição Cambial + 2,00 a 4,00	94.315	120.862
Programa Agrícola		21.891	20.534
Total (Nota 29.a.1)		1.669.248	1.709.146
Saldo de Curto Prazo		150.737	150.552
Saldo de Longo Prazo		1.518.511	1.558.594

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2016	31.12.2015
BID-Prodetur I	USD + 4,92	283.715	452.848
BID-Prodetur II	USD + 2,14	473.742	618.220
BID-Outros Programas	USD + 2,14	6.819	9.315
Total		764.276	1.080.383
Saldo de Curto Prazo		141.564	168.823
Saldo de Longo Prazo		622.712	911.560

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	2º Sem/2016	01.01. a 31.12.2016	01.01. a 31.12.2015
Despesas de Obrigações por Repasses	(107.830)	(203.232)	(561.192)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(73.156)	(155.168)	(156.056)
Tesouro Nacional	(8)	(24)	(78)
BNDES	(70.778)	(149.829)	(149.641)
Finame	(2.370)	(5.315)	(6.337)
Despesas de Repasses do Exterior	(34.674)	(48.064)	(405.136)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(17.630)	(28.424)	(483.945)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(958.321)	(1.759.410)	(1.169.987)
Total	(1.083.781)	(1.991.066)	(2.215.124)

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 31.12.2016 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.12.2016 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.12.2015 ⁽²⁾
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	985.606	996.135	1.204.023
Total				300.000	985.606	996.135	1.204.023
Saldo de Curto Prazo						7.876	9.436
Saldo de Longo Prazo						988.259	1.194.587

⁽¹⁾ As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

⁽²⁾ Considerando os efeitos tributários.

Na forma da Nota 7.c.1 as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

b) Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) Emitidas

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	31.12.2016	31.12.2015
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) ⁽¹⁾	83,99 CDI	285.107	302.735	215.449
Saldo de Curto Prazo			302.735	215.449

⁽¹⁾ Título com prazo médio de vencimento de 184 dias.

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.547	2.312
Recursos do Proagro	313	119
Recebimento de Tributos Federais	361	-
IOF a Recolher	1.439	1.912
Outros Tributos e Assemelhados	434	281
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	4.022	3.977
c) Sociais e Estatutárias	164.522	46.661
Dividendos e Bonificações a Pagar	118.810	18.296
Participações nos Lucros	45.712	28.365
d) Fiscais e Previdenciárias	618.741	583.927
Provisão para Riscos Fiscais	64.902	47.584
Impostos e Contribuições	812	1.069
Causas Fiscais (Nota 22.h.1)	64.090	46.515
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	129.346	113.426
TVM e IFD (Nota 21.c)	24.928	10.864
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos (Nota 21.c)	2.305	4.048
Decorrentes de Créditos Recuperados e Item Objeto de <i>Hedge</i> (Nota 21.c)	102.113	98.514
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a.2)	335.687	339.231
Imposto de Renda	181.602	197.057
Contribuição Social ⁽¹⁾	154.085	142.174
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	88.806	83.686
e) Negociação e Intermediação de Valores	153	117
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	17.637.800	12.324.184
FNE (Nota 29.a.1)	16.674.513	11.332.783
Outros Valores	963.287	991.401
g) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17 e Nota 29.a.1)	-	1.501.176
h) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 17 e Nota 29.a.1)	1.000.000	-
i) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18 e Nota 29.a.1)	2.012.874	1.792.282
j) Diversas	5.563.107	4.679.504
Provisão para Passivos Contingentes	3.581.564	3.226.238
Causas Trabalhistas (Nota 22.h.1.iv)	172.866	249.461
Causas Cíveis (Nota 22.h.1.v)	166.126	142.592
Outras Causas (Nota 22.h.1.vi)	899	720
FNE (Nota 22.h.2.i)	3.229.308	2.792.367
Repases	1.128	999
Risco Integral BNB	145.238	133.088
Risco Compartilhado	3.082.942	2.658.280
FDNE (Nota 22.h.2.ii)	604	654
Proagro (Nota 22.h.2.iii)	1.088	2.644
Outros Passivos Contingentes (Nota 22.h.2.iv)	10.673	37.800
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.729.014	1.263.375
Benefícios a Empregados	1.287.567	1.064.959
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Notas 25.b, 25.f e 29.a.2)	363.118	235.477
Plano de Assistência Médica (Notas 25.b, 25.f e 29.a.2)	807.550	772.977
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Notas 25.b e 29.a.2)	116.899	56.505
Despesa de Pessoal	181.576	161.263
Outros Valores	55.007	37.153
Encargos Remuneratórios de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 20.g)	204.864	-
Outros Valores	252.529	189.891
Total	27.003.766	20.934.140
Saldo de Curto Prazo	8.372.512	7.110.820
Saldo de Longo Prazo	18.631.254	13.823.320

NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida/Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.12.2016	31.12.2015
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Notas 16.g e 29.a.1)	1.000.000	IPCA + 6,5715% a.a	22.12.2010	-	1.501.176
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Notas 16.h e 29.a.1)	1.000.000	Rentabilidade sobre PL	19.01.2016	1.000.000	-
Saldo de Curto Prazo				-	92.567
Saldo de Longo Prazo				1.000.000	1.408.609

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) ⁽¹⁾	2.012.874	1.792.282
Recursos disponíveis	1.459.779	1.181.091
Recursos aplicados	553.095	611.191
Total (Notas 16.i e 29.a.1)	2.012.874	1.792.282

⁽¹⁾ São constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R\$ 600.000 e R\$ 400.000 de, respectivamente, 20.07.2009 e 01.03.2010.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 2.844.000 (R\$ 2.844.000 em 31.12.2015), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Composição em 31.12.2016		
Acionistas	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.212.068	34,98
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.225.200	7,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	3.846.968	4,45
Outros	2.037.781	2,36
Total	86.371.464	100,00

Composição em 31.12.2015		
Acionistas	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.216.368	34,98
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.229.500	7,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	3.846.968	4,45
Outros	2.029.181	2,36
Total	86.371.464	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 14.491 (R\$ 16.621 em 31.12.2015) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008, do CMN. No exercício houve transferência da reserva no valor de R\$ 2.130 (R\$ 2.275 em 31.12.2015) para Lucros ou Prejuízos Acumulados e compôs a base de distribuição do resultado.

c) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) do Exercício

O Estatuto do Banco assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido apurado no exercício, ajustado conforme definido em Lei.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) de R\$ 175.048, sendo R\$ 174.520 imputados ao valor do dividendo, correspondente a 25% sobre o lucro líquido ajustado, base de cálculo dos Dividendos e JCP do exercício. Por conta dessa proposição, e considerando o pagamento antecipado de JCP do 1º semestre, atualizado monetariamente, no valor de R\$ 56.472, foi contabilizado, em conta de Provisão, o montante de R\$ 118.576, para pagamento de JCP complementares do exercício.

Os JCP foram contabilizados em despesas, mas, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificados para a conta de "Lucros ou Prejuízos Acumulados". O total dos JCP no exercício proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 77.721 (R\$ 30.325 em 31.12.2015).

d) Pagamento de JCP do exercício de 2015

Por meio da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária realizada em 31.03.2016, foi aprovada a distribuição de JCP complementares, referentes ao exercício findo em 31.12.2015, de R\$ 17.778. O pagamento dos JCP ocorreu em 22.04.2016.

e) Demonstrativo de cálculo dos JCP referentes ao período:

Especificação	01.01. a 31.12.2016	01.01. a 31.12.2015
1. Lucro Líquido do Exercício	732.071	305.723
2. Ajustes de Exercícios Anteriores	369	-
3. Reserva de Reavaliação transferida para Lucros ou Prejuízos Acumulados	2.130	2.275
4. Lucro Líquido Ajustado	734.570	307.998
5. Reserva Legal Constituída	(36.604)	(15.286)
6. Base de Cálculo dos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	697.966	292.712
7. JCP Propostos no Exercício de R\$ 2,026683991 por ação (R\$ 0,849469923 em 31.12.2015)	175.048	73.370
8. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(528)	(216)
9. JCP imputados aos dividendos (item 7 - item 8)	174.520	73.154
10. JCP antecipados e corrigidos pela Selic	(56.472)	(55.592)
11. JCP complementares brutos de R\$ 1,372858491 por ação (R\$ 0,205831030 em 31.12.2015) (item 7 - item 10)	118.576	17.778
12. JCP complementares líquidos de R\$ 1,368654093 por ação (R\$ 0,205205066 em 31.12.2015)	118.213	17.724
13. Valor bruto dos JCP do Exercício (item 7) – 25,0797% (25,0656 % em 31.12.2015)	175.048	73.370
14. Valor Líquido dos JCP do Exercício (item 9) – 25,0000% (25,0000% em 31.12.2015)	174.520	73.154

f) Reserva Legal

A Reserva Legal corresponde a 5% sobre o lucro líquido apurado no exercício e importa em R\$ 36.604 (R\$ 15.286 em 31.12.2015).

g) Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária representa o saldo remanescente do lucro líquido apurado no exercício após a constituição da Reserva Legal e a distribuição de JCP/Dividendos e corresponde a R\$ 522.919 (R\$ 219.342 em 31.12.2015).

h) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para a Venda	134.788	(249.211)
Ganhos e Perdas Atuariais (Benefícios Pós-Emprego)	(172.871)	(183.157)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(38.083)	(432.368)

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	2º Sem/2016	01.01. a 31.12.2016	01.01. a 31.12.2015
a) Receitas de Prestação de Serviços	1.175.345	2.248.374	2.023.910
Administração de Fundos de Investimentos	15.245	30.327	29.907
Administração de Fundos e Programas	959.283	1.835.429	1.620.077
Prestação de Serviços	200.817	382.618	373.926
b) Rendas de Tarifas Bancárias	31.639	60.984	52.363
c) Despesas de Pessoal	(947.343)	(1.804.945)	(1.565.754)
Proventos	(563.774)	(1.070.120)	(923.725)
Encargos Sociais	(203.635)	(388.723)	(341.563)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I	(48.902)	(90.737)	(72.699)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(48.876)	(97.910)	(81.531)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(3.033)	(5.407)	(2.517)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(79.123)	(152.048)	(143.719)
d) Outras Despesas Administrativas	(610.960)	(1.145.621)	(995.362)
Processamento de Dados	(125.769)	(222.299)	(161.494)
Propaganda e Publicidade	(14.556)	(17.457)	(23.765)
Serviços de Terceiros	(249.316)	(478.110)	(419.620)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(40.074)	(77.725)	(67.323)
Viagens	(6.614)	(13.324)	(11.490)
Comunicações	(16.013)	(30.735)	(29.939)
Depreciação e Amortização	(20.596)	(41.993)	(40.689)
Manutenção e Conservação de Bens	(22.353)	(45.435)	(40.966)
Vigilância, Segurança e Transporte	(43.351)	(83.489)	(71.234)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(4.606)	(8.417)	(11.429)
Serviços do Sistema Financeiro	(16.637)	(31.492)	(28.376)
Serviços Técnicos Especializados	(17.421)	(31.743)	(32.359)
Seguros	(1.059)	(2.628)	(2.412)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(17.988)	(39.202)	(22.830)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(764)	(2.088)	(2.067)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(2.830)	(5.613)	(4.986)
Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci)	(3.783)	(3.783)	(9.000)
Outros Valores	(7.230)	(10.088)	(15.383)
e) Despesas Tributárias (Nota 21.d)	(145.724)	(288.492)	(267.365)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(130.345)	(258.652)	(237.859)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(13.829)	(26.841)	(26.926)
Outros Valores	(1.550)	(2.999)	(2.580)
f) Outras Receitas Operacionais	839.855	2.160.642	1.601.787
"Del credere" de Fundos Administrados	637.272	1.262.176	1.213.672
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	11.826	356.575	12.281
Variação Cambial Negativa Despesa de Captação	8.610	239.550	-
Variação Cambial Negativa Obrigação do Fundo Financeiro de Desenvolvimento	473	12.587	-
Reversão de Provisões Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	-	1	74
Reversão de Provisões Operacionais/Riscos c/Op. do FDNE	67	67	437
Recuperação de Encargos e Despesas	5.199	8.329	11.482
Reversão de Provisões de CSLL e IR	-	299	-
Reversão de Provisões Operacionais	85.823	112.271	123.045
Juros e Comissões	6.451	10.061	14.342
Correção Monetária	500	2.781	1.646
Resultado da Marcação a Mercado	-	22.138	-
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	20.181	48.430	91.292
Outros Valores	63.453	85.377	133.516
g) Outras Despesas Operacionais	(944.922)	(2.106.280)	(1.715.634)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(682)	(682)	(8.361)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(19.962)	(385.478)	(4.421)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(102)	(141)	(77)
Descontos Concedidos em Renegociações	(499)	(1.402)	(1.461)
Encargos de Operações de Crédito	(1.241)	(2.929)	(1.953)
Riscos Fiscais	(5.856)	(19.335)	(11.175)
Riscos com Operações do FNE	(540.751)	(969.562)	(1.141.764)
Riscos com Operações do FDNE	-	(17)	(26)
Causas Trabalhistas	(13.456)	(74.910)	(29.871)
Causas Cíveis	(23.173)	(43.643)	(42.035)
Outras Causas	(139)	(179)	(112)
Outros Passivos Contingentes (Nota 4)	-	(947)	(23.662)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-	(20.213)	(231.878)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 16.j)	(204.864)	(277.379)	-
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(86.961)	(164.143)	(124.449)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(27.688)	(56.449)	(62.544)
Outros Valores	(19.548)	(88.871)	(31.845)
Total	(602.110)	(875.338)	(866.055)

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) pela estimativa, podendo ser suspenso ou reduzido quando a apuração pelo Lucro Real for mais favorável ao Banco, quando comparada com a forma Estimativa. As despesas de IRPJ e CSLL estão demonstradas no quadro abaixo.

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2015
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	442.071	239.361	442.071	239.361
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	96.401	60.683	-	-
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(45.450)	(52.834)	(45.450)	(52.834)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	(175.048)	(73.370)	(175.048)	(73.370)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos JCP (A)	317.974	173.840	221.573	113.157
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	(96.401)	(60.683)	-	-
Adições/Exclusões Permanentes	(13.852)	(346.259)	(13.523)	(345.932)
Adições/Exclusões Temporárias	562.376	1.085.757	562.374	1.085.757
Resultado Tributável	770.097	852.655	770.424	852.982
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(192.500)	(213.140)	(154.085)	(142.319)
Deduções (Incentivos Fiscais)	10.898	16.083	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	968	968	775	775
Provisão de Tributos sobre Ajustes de LPA	162	-	133	-
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(180.472)	(196.089)	(153.177)	(141.544)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e IFD	(1.890)	(37.069)	3.284	(30.609)
Provisão para IRPJ e CSLL	(182.362)	(233.158)	(149.893)	(172.153)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de Hedge	421.411	258.973	246.296	265.534
Total de IRPJ/CSLL (B)	239.049	25.815	96.403	93.381
Alíquota Efetiva (%) B/A	75,18	14,85	43,51	82,52
a.2) Especificação da Provisão de IRPJ e CSLL	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	180.472	196.089	153.177	141.545
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	968	968	775	775
Provisão de Tributos sobre Ajustes de LPA	162	-	133	-
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 16.d)	181.602	197.057	154.085	142.320
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(162.776)	(171.402)	(127.628)	(89.679)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	18.826	25.655	26.457	52.641

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os Créditos tributários de IRPJ e CSLL oriundos de diferenças temporárias das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) e Provisões para Benefícios Pós-Emprego são registrados conforme disposições das principais normas, quais sejam: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002, Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002 e Instrução Normativa CVM nº 371, de 27.06.2002 e são fundamentados em Estudos Técnicos sobre Constituição de Ativos e Passivos Fiscais Diferidos, realizados semestralmente.

Para o exercício findo em dezembro de 2016, o Banco revisou as bases de apuração dos Créditos Tributários e ajustou os prazos de realização dos Ativos Diferidos para 10 anos, ao invés de 5 (cinco) anos, como vinha procedendo. Essa mudança de estimativa contábil levou em consideração uma nova realidade econômica que se impôs ao país, principalmente nos últimos dois anos, com uma forte elevação da inadimplência e conseqüente aumento das despesas de provisões de créditos de liquidação duvidosa. Além disso, a edição da Lei nº 13.340, de 28.09.2016, que trata de liquidação com descontos e renegociações de dívidas de crédito rural, proporcionou alongamento dos prazos de reembolso das operações de crédito, entre 2021 e 2030, com impacto direto na previsão de realização desses ativos.

A mudança de estimativa gerou aumento no reconhecimento dos créditos tributários, com impacto positivo da ordem de R\$ 413.000 no resultado apurado nas Demonstrações Financeiras de dezembro de 2016.

De acordo com as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado de TVM, relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre IFD.

Especificação	31.12.2016		31.12.2015		31.12.2016	31.12.2015
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões						
Saldo Inicial	843.437	616.226	588.762	353.271	1.459.663	942.033
Constituição	704.980	564.004	494.483	296.704	1.268.984	791.187
Realização/Reversão	(280.416)	(315.815)	(239.808)	(33.749)	(596.231)	(273.557)
Saldo Final (Nota 10.e)	1.268.001	864.415	843.437	616.226	2.132.416	1.459.663
b) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	-	-	2.078	1.247	-	3.325
Constituição	8.919	5.352	47.555	31.062	14.271	78.617
Realização/Reversão	(8.919)	(5.352)	(49.633)	(32.309)	(14.271)	(81.942)
Saldo Final (Nota 7.c)	-	-	-	-	-	-
c) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	5.786	3.472	(590)	(354)	9.258	(944)
Constituição	26.004	15.602	104.824	65.429	41.606	170.253
Realização/Reversão	(29.158)	(17.495)	(98.448)	(61.603)	(46.653)	(160.051)
Saldo Final (Nota 7.c.1)	2.632	1.579	5.786	3.472	4.211	9.258
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	223.773	151.483	112.325	67.396	375.256	179.721
Constituição	495.382	358.110	549.851	368.466	853.492	918.317
Realização/Reversão	(545.090)	(398.847)	(438.403)	(284.379)	(943.937)	(722.782)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	174.065	110.746	223.773	151.483	284.811	375.256

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de IRPJ e CSLL estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
1. Total das Diferenças Temporárias	6.186.088	5.809.498	6.186.088	5.809.498
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.546.522	1.452.374	1.237.218	1.133.207
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	1.268.001	843.437	864.415	616.226
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	176.697	229.559	112.325	154.955
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) ⁽¹⁾	1.444.698	1.072.996	976.740	771.181
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	101.824	379.378	260.478	362.025

⁽¹⁾ Os créditos ativados encontram-se registrados em "Outros Créditos-Diversos"

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006, e considerando estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de provisões, na posição de 31.12.2016, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) ⁽¹⁾	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	10,34	385.472	349.350	308.378	279.479	693.850	628.829
2018	9,82	132.529	109.368	106.023	87.495	238.552	196.863
2019	9,49	90.240	68.017	54.144	40.810	144.384	108.827
2020	9,22	134.568	92.865	80.740	55.719	215.308	148.584
2021	9,08	267.078	168.966	160.246	101.380	427.324	270.346
2022	9,08	57.607	33.411	34.565	20.047	92.172	53.458
2023	9,08	53.201	28.287	31.920	16.972	85.121	45.259
2024	9,08	51.570	25.138	30.943	15.082	82.513	40.220
2025	9,08	51.994	23.236	31.197	13.941	83.191	37.177
2026	9,08	43.742	17.920	26.259	10.758	70.001	28.678
Total		1.268.001	916.558	864.415	641.683	2.132.416	1.558.241

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – Selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.12.2016.

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado de TVM, de IFD e de Item Objeto de Hedge apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	10.128	10.128	8.102	8.102	18.230	18.230
2018	21.407	21.407	17.125	17.125	38.532	38.532
2019	4.279	4.279	2.568	2.568	6.847	6.847
2020	3.149	3.149	1.890	1.890	5.039	5.039
2021	2.560	2.560	1.536	1.536	4.096	4.096
2022	4.717	4.717	2.830	2.830	7.547	7.547
Acima de 2026	130.457	130.457	78.274	78.274	208.731	208.731
Total	176.697	176.697	112.325	112.325	289.022	289.022

Os valores totais previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 31.12.2016 estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil ⁽²⁾	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	395.600	359.478	316.480	287.581	712.080	647.059
2018	153.936	130.775	123.148	104.620	277.084	235.395
2019	94.519	72.296	56.712	43.378	151.231	115.674
2020	137.717	96.014	82.630	57.609	220.347	153.623
2021	269.638	171.526	161.782	102.916	431.420	274.442
2022	62.324	38.128	37.395	22.877	99.719	61.005
2023	53.201	28.287	31.920	16.972	85.121	45.259
2024	51.570	25.138	30.943	15.082	82.513	40.220
2025	51.994	23.236	31.197	13.941	83.191	37.177
2026	43.742	17.920	26.259	10.758	70.001	28.678
Acima de 2026	130.457	130.457	78.274	78.274	208.731	208.731
Total	1.444.698	1.093.255	976.740	754.008	2.421.438	1.847.263

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.12.2016.

⁽²⁾ Considerando a alíquota de 20% até 31.12.2018 e 15% a partir de 01.01.2019.

c) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	31.12.2016		31.12.2015		31.12.2016	31.12.2015
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL		
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)						
Saldo Inicial	5.781	3.469	1.573	944	9.250	2.517
Constituição	14.318	8.591	54.535	32.721	22.909	87.256
Realização/Reversão	(17.438)	(10.463)	(50.327)	(30.196)	(27.901)	(80.523)
Saldo Final (Nota 7.c)	2.661	1.597	5.781	3.469	4.258	9.250
b) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	2.249	1.799	3.217	1.930	4.048	5.147
Constituição	-	-	-	450	-	450
Realização/Reversão	(968)	(775)	(968)	(581)	(1.743)	(1.549)
Saldo Final (Nota 16.d)	1.281	1.024	2.249	1.799	2.305	4.048
c) Decorrentes de Créditos Recuperados⁽¹⁾						
Saldo Inicial	56.342	42.172	23.481	14.088	98.514	37.569
Constituição	5.106	3.349	32.991	28.163	8.455	61.154
Realização/Reversão	(96)	(4.760)	(130)	(79)	(4.856)	(209)
Saldo Final (Nota 16.d)	61.352	40.761	56.342	42.172	102.113	98.514
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	947	667	472	283	1.614	755
Constituição	76.230	47.382	18.307	11.200	123.612	29.507
Realização/Reversão	(64.866)	(39.690)	(17.832)	(10.816)	(104.556)	(28.648)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	12.311	8.359	947	667	20.670	1.614

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, Item Objeto de *Hedge* e Instrumentos Financeiros Derivativos, pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	4.863	4.863	3.890	3.890	8.753	8.753
2019	2.802	2.802	1.682	1.682	4.484	4.484
Acima de 2026	7.307	7.307	4.384	4.384	11.691	11.691
Total	14.972	14.972	9.956	9.956	24.928	24.928

As provisões sobre as Reservas de Reavaliação, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) ⁽¹⁾	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	10,34	968	877	775	702	1.743	1.579
2018	9,82	313	259	249	206	562	465
Total		1.281	1.136	1.024	908	2.305	2.044

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.12.2016.

As provisões sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média ⁽¹⁾	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	10,34	11.272	10.216	9.018	8.173	20.290	18.389
2018	9,82	8.480	6.998	6.784	5.598	15.264	12.596
2019	9,49	7.035	5.302	4.221	3.181	11.256	8.483
2020	9,22	5.622	3.880	3.373	2.328	8.995	6.208
2021	9,08	4.503	2.849	2.702	1.709	7.205	4.558
2022	9,08	4.391	2.547	2.635	1.529	7.026	4.076
2023	9,08	4.429	2.355	2.658	1.413	7.087	3.768
2024	9,08	4.641	2.262	2.784	1.357	7.425	3.619
2025	9,08	4.291	1.917	2.574	1.150	6.865	3.067
2026	9,08	1.114	457	669	274	1.783	731
Acima de 2026	9,08	5.574	2.093	3.343	1.256	8.917	3.349
Total		61.352	40.876	40.761	27.968	102.113	68.844

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.12.2016.

Os valores totais das provisões dos passivos tributários, na posição de 31.12.2016, estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil ⁽²⁾	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	17.103	15.956	13.683	12.765	30.786	28.721
2018	8.793	7.257	7.034	5.804	15.827	13.061
2019	9.837	8.104	5.903	4.863	15.740	12.967
2020	5.622	3.880	3.373	2.328	8.995	6.208
2021	4.503	2.849	2.702	1.709	7.205	4.558
2022	4.391	2.547	2.635	1.529	7.026	4.076
2023	4.429	2.355	2.658	1.413	7.087	3.768
2024	4.641	2.262	2.784	1.357	7.425	3.619
2025	4.291	1.917	2.574	1.150	6.865	3.067
2026	1.114	457	669	274	1.783	731
Acima de 2026	12.881	9.400	7.726	5.640	20.607	15.040
Total	77.605	56.984	51.741	38.832	129.346	95.816

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.12.2016.

⁽²⁾ Considerando a alíquota de 20% até 31.12.2018 e 15% a partir de 01.01.2019.

d) Despesas Tributárias

Especificação	2º Sem/2016	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2015
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(130.345)	(258.652)	(237.859)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(13.829)	(26.841)	(26.926)
Outros Valores	(1.550)	(2.999)	(2.580)
Total (Nota 20.e)	(145.724)	(288.492)	(267.365)

NOTA 22 – Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial.

A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Especificação	31.12.2016		31.12.2015	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a) Provisão para Riscos Fiscais				
a.1) Impostos e Contribuições - Obrigação Legal	812	812	1.069	1.069
a.2) Causas Fiscais (Nota 16.d)	3.034.793	64.090	1.905.981	46.515
i) Obrigação Legal (Nota 22.h.1.ii)	977	977	266	266
ii) Outras Obrigações-Diversas (Nota 22.h.1)	3.033.816	63.113	1.905.715	46.249
Provável	63.113	63.113	46.249	46.249
Possível	2.844.284	-	1.723.467	-
Remota ⁽¹⁾	126.419	-	135.999	-
b) Provisão para Passivos Contingentes				
b.1) Causas Trabalhistas	456.644	172.866	449.384	249.461
Provável (Nota 16.i)	172.866	172.866	249.461	249.461
Possível	145.990	-	99.988	-
Remota	137.788	-	99.935	-
b.2) Causas Cíveis	5.483.090	166.126	4.670.770	142.592
Provável (Nota 16.i)	166.126	166.126	142.592	142.592
Possível	1.256.790	-	1.035.412	-
Remota ⁽²⁾	4.060.174	-	3.492.766	-
b.3) Outras Causas	711.329	899	9.589	720
Provável (Nota 16.i)	899	899	720	720
Possível	9.716	-	8.522	-
Remota ⁽³⁾	700.714	-	347	-

⁽¹⁾ O montante do passivo contingente relacionado às causas fiscais classificadas como risco remoto está concentrado em 01 (um) processo que apresenta saldo do passivo contingente da ordem de R\$ 105.310 na posição 31.12.2016. Na posição de 31.12.2015, o risco estava concentrado em 02 (dois) processos que apresentaram saldo do passivo contingente da ordem de R\$ 107.343.

⁽²⁾ O montante do passivo contingente relacionado às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 05 (cinco) processos que apresentaram saldo de R\$ 2.456.133, na posição 31.12.2016. Na posição de 31.12.2015, o risco estava concentrado em 05 (cinco) processos, que apresentaram saldo do passivo contingente da ordem de R\$ 2.149.031.

⁽³⁾ O montante do passivo contingente relacionado às outras causas classificadas como risco remoto está concentrado em 01 (um) processo que apresenta saldo de R\$ 698.862, na posição 31.12.2016. Na posição de 31.12.2015 esse processo não era contingenciável.

- O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela área jurídica do Banco na forma do item “b”, retromencionado.
- Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados na alínea “c”, subitem a.2.i, têm como objeto de discussão os tributos municipais.
- A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Fiscal

Seis ações que visam desconstituir auto de infração. As estimativas de perdas financeiras perfazem R\$ 2.693.427 na data-base de 31.12.2016. Na posição de 31.12.2015 as estimativa de perdas financeiras para esses processos totalizavam R\$ 1.594.651.

Cível

Ação que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração. A estimativa de valor perfaz, na data-base de 31.12.2016, R\$ 213.841. Na posição de 31.12.2015, a estimativa de valor, para este processo, era de R\$ 176.840.

Ação que visa indenização e lucro cessante. A estimativa de valor perfaz, na data-base de 31.12.2016, R\$ 144.992. Na posição de 31.12.2015, estimativa de valor, para este processo, era de R\$ 119.905.

Ação que visa pagamento de honorários. A estimativa de valor perfaz, na data-base de 31.12.2016, R\$ 83.305. Na posição de 31.12.2015, a estimativa de valor, para este processo, era de R\$ 68.890.

Ação que visa repetição de indébito. A estimativa de valor perfaz, na data-base de 31.12.2016, R\$ 59.656. Na posição de 31.12.2015, a estimativa de valor, para este processo, era de R\$ 49.333.

Ação que visa indenização. A estimativa de valor perfaz, na data-base de 31.12.2016, R\$ 52.748. Na posição de 31.12.2015, a estimativa de valor, para este processo, era de R\$ 43.621.

Ação iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de valor, de risco possível, perfaz, na data-base de 31.12.2016, R\$ 34.026. Na posição de 31.12.2015, R\$ 30.659.

- d) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas, estão assim representados:

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
Demandas Trabalhistas	463.666	449.031
Demandas Fiscais	126.816	114.858
Demandas Cíveis	72.857	77.777
Total	663.339	641.666

e) Movimentação das Provisões

e.1) Causas Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Outras Causas e Obrigação Legal

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
i) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	1.069	90.201
Constituição	257	355
Reversão/Utilização/Baixa	(514)	(89.487)
Saldo Final (Nota 16.d)	812	1.069
ii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Legais)		
Saldo Inicial	266	284
Constituição	711	55
Reversão/Utilização/Baixa	-	(73)
Saldo Final (Nota 22.c)	977	266
iii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	46.249	36.525
Constituição	22.962	12.485
Reversão/Utilização/Baixa	(6.098)	(2.761)
Saldo Final (Nota 22.c)	63.113	46.249
iv) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	249.461	221.610
Constituição	113.406	44.607
Reversão/Utilização/Baixa	(190.001)	(16.756)
Saldo Final (Nota 16.j)	172.866	249.461
v) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	142.592	138.045
Constituição	70.865	51.707
Reversão/Utilização/Baixa	(47.331)	(47.160)
Saldo Final (Nota 16.j)	166.126	142.592
vi) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	720	608
Constituição	594	460
Reversão/Utilização/Baixa	(415)	(348)
Saldo Final (Nota 16.j)	899	720

e.2) Demais Provisões para Passivos Contingentes

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
i) FNE		
Saldo Inicial	2.792.367	2.062.717
Constituição	1.785.737	1.820.699
Reversão/Utilização/Baixa	(1.348.796)	(1.091.049)
Saldo Final (Nota 16.j)	3.229.308	2.792.367
ii) FDNE		
Saldo Inicial	654	1.065
Constituição	33	49
Reversão/Utilização/Baixa	(83)	(460)
Saldo Final (Nota 16.j)	604	654
iii) Proagro		
Saldo Inicial	2.644	2.600
Constituição	668	732
Reversão/Utilização/Baixa	(2.224)	(688)
Saldo Final (Nota 16.j)	1.088	2.644
iv) Outros Passivos Contingentes		
Saldo Inicial	37.800	28.603
Constituição	1.334	26.393
Reversão/Utilização/Baixa	(28.461)	(17.196)
Saldo Final (Nota 16.j)	10.673	37.800

- f) A provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito com indícios de irregularidades importa em R\$ 43.347 e compõe o saldo da rubrica "Passivos Contingentes - FNE" em 31.12.2016. Em 31.12.2015, a provisão de R\$ 24.440 compõe o saldo de "Outros Passivos Contingentes".
- g) Em "Outros Passivos Contingentes", na posição de 31.12.2016, registram-se os valores de: R\$ 10.577 (R\$ 11.244, em 31.12.2015) relativamente ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, e que se encontram registradas em contas de compensação e R\$ 96 (R\$ 2.116, em 31.12.2015) referente à provisão para fazer frente aos riscos de perdas decorrentes do Inventário de Operações de Crédito.

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em R\$ 1,00)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2015
Máxima	39.548,87	36.619,33
Mínima	1.487,83	1.427,35
Média	10.236,57	9.201,87

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual ⁽²⁾	964.628,09	919.814,85	69.911,90	66.419,46	65.626,12	62.347,80
Menor remuneração individual ⁽³⁾	761.833,48	799.389,54	53.572,44	66.419,46	53.572,44	50.896,23
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	913.957,21	970.097,67	51.351,17	54.141,05	57.291,50	55.454,12
Número de membros ⁽⁵⁾	7,75	6,83	6,33	5,42	5,25	5,17

⁽¹⁾ Valores aprovados pela 99ª reunião da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14.12.2016.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período de cada órgão pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 31.12.2016, o número de funcionários do Banco totalizava 7.214 (7.231 em 31.12.2015), registrando-se uma redução de 0,24% no quadro de pessoal.

NOTA 24 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR

A provisão para Participação nos Lucros e Resultados dos empregados, no exercício, corresponde a R\$ 43.762 (R\$ 27.515 em 31.12.2015), composta pelo equivalente a 5,98% do lucro líquido do exercício (6,00% em 31.12.2015) e 25,00% (25,00% em 31.12.2015) dos juros sobre o capital próprio do exercício.

A despesa de PLR do exercício importa em R\$ 45.450, sendo R\$ 43.762 referente aos Empregados e R\$ 1.688 aos Administradores.

NOTA 25 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução nº 4.424, do CMN, que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as informações sobre benefícios pós-emprego. As avaliações atuariais são realizadas por atuário independente habilitado, com base em informações fornecidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Camed) e Banco.

a) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Capef, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social (INSS).

Os planos de previdência patrocinados pelo Banco oferecem aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. Em termos gerais, para os atuais participantes ativos, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano até a data de aposentadoria do participante. Além disso, é descontada do benefício uma taxa equivalente a 21,25%, a título de contribuição extraordinária, resultando, de forma geral, 78,75% do salário de contribuição médio.

O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/Previc/Detec nº 189, de 25.03.2010, iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda certa com prazo certo, na modalidade Contribuição Definida (CD) e a segunda na forma de renda vitalícia na modalidade Benefício Definido (BD). Além disso, o plano oferece cobertura para benefícios não programados, como invalidez e morte em atividade, sendo estes benefícios avaliados pelo Banco como benefício definido.

O plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas e com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, com o objetivo de suprir o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou morte do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos. O Fundo de Solvência Atuarial é formado por valores recebidos mensalmente dos participantes, a partir da aplicação da taxa de solvência atuarial sobre o valor das contribuições de participantes ativos; saldo da conta de patrocinador relativo ao participante ativo que tenha optado pelo instituto do resgate e pelo valor obtido pela recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do participante assistido em virtude de aposentadoria por invalidez, tendo retornado à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora. O Fundo Mutualista para Benefícios de Risco é constituído a partir da aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições recebidas mensalmente dos participantes ativos.

Segundo os estatutos dos Planos BD e CV I, são responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios, sendo formado por representantes do Banco, por participantes ativos e representante dos participantes e beneficiários assistidos.

A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto e nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão.

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

Os planos BD e CV I são regidos pela Resolução MPS/CGPC nº 26 de 29.09.2008, alterada pelas Resoluções CNPC nº 22, de 25.11.2015, nº 16, de 19.11.2014, nº 14, de 24.02.2014, nº 13, de 04.11.2013 e nº 10, de 19.12.2012 que preveem as condições e procedimentos a serem observados

pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário. De acordo com a legislação citada, o superávit do Plano CV I, no âmbito da Capef está integralmente alocado na Reserva de Contingência e para fins de atendimento ao disposto na Resolução nº 4.424, do CMN, que recepcionou o CPC 33 (R1), não é reconhecido pelo Banco, conforme citado no inciso II, do subitem b.1.

a.1.1) Regime Atuarial no âmbito dos Planos Administrados pela Capef

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

a.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.12.2016, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

a.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 31.12.2016, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2015, 1:1).

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Camed, denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

O plano natural está adaptado à Lei nº 9.656 de 03.06.1998, que regulamenta os planos de saúde no Brasil. Encontra-se registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão regulador do setor, sob o número 38.569-7.

A Camed está sujeita à constituição de garantias financeiras estabelecidas pela ANS, para atendimento aos requisitos de Patrimônio Mínimo Ajustado exigido para operação, Margem de Solvência e constituição de Provisões Técnicas no que diz respeito a garantir os pagamentos à rede de prestadores de serviços, mediante vinculação de ativos garantidores na forma estabelecida pela regulamentação.

Em seu estatuto a Camed define seus órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa, sendo formado por representantes do Banco e do Corpo Social. Os representantes do patrocinador são escolhidos pelo presidente do Banco.

A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente em seu Estatuto e nos regulamentos internos.

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, essencialmente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

a.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.12.2016, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

a.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

Em 2016, a Camed iniciou a devolução das contribuições anteriormente antecipadas pelo Banco da seguinte forma: a) em pagamento único: R\$ 22.504; e b) o saldo restante em parcelas mensais de R\$ 407.

a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios aos seus empregados, contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas por faixas etárias, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%, na forma do Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2018. Os aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. A cada semestre, o Banco avalia atuarialmente o benefício que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.

a.3.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.12.2016, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido relativa ao seguro de vida.

a.4) Exposição ao risco

Os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo estão expostos, principalmente, aos seguintes riscos:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/ Natural	Risco Atuarial	O risco atuarial está relacionado à incapacidade do plano de honrar os pagamentos dos benefícios, devido à adoção de tábuas atuariais inadequadas, utilização de premissas atuarias não aderentes ou ainda descasamento entre ativos e passivos. No caso de planos de saúde refere-se à atividade de prestação de serviços por meio de rede credenciada e/ou reembolso de eventos de saúde suplementar. Está relacionado tanto a adequação das bases técnicas utilizadas na precificação como também à adequação do nível de provisionamento. Em algum momento, eventuais desequilíbrios nestas duas variáveis refletem na sinistralidade da Operadora.
BD/ CV I/ Natural	Risco de Liquidez	O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre os ativos negociados e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de dispor de recursos imediatos para pagamento dos benefícios e demais obrigações do plano.
BD/ CV I/ Natural	Risco Operacional/Legal	O risco operacional está associado a perdas resultantes da operação do plano e pode ser subdividido em quatro categorias: risco de pessoas (despreparo, negligência ou fraude); risco de processos (organização ineficiente, fluxo de informações e de processos deficiente, responsabilidades mal definidas, etc.); risco legal (decorrente de procedimentos e rotinas que desrespeitam o ordenamento jurídico); e risco de tecnologia (processamento de dados sujeitos a erros e falhas de equipamentos).
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco de Mercado	O risco de mercado está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios.
BD e CV I	Risco de Crédito	O risco de crédito surge quando as contrapartes não desejam ou não são capazes de cumprir suas obrigações contratuais. Seu efeito é medido pelo custo de reposição de fluxo de caixa em caso de inadimplência da contraparte. O rebaixamento da classificação por agências especializadas também pode gerar a elevação do risco de crédito, tendo em vista que a confiança dos investidores é impactada, podendo gerar redução no valor de mercado das organizações.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Risco de longevidade	O valor presente do passivo dos planos é calculado com a melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Natural	Risco de despesas administrativas	Risco gerado pela possibilidade das despesas administrativas serem superiores às estimadas na avaliação, aumentando o passivo atuarial.
BD/ Natural	Risco de postergação de entrada em aposentadoria	O valor presente do passivo do plano é calculado considerando uma possibilidade de postergação da entrada em aposentadoria, caso essa postergação não se efetive valor do passivo tende a aumentar.
CV I	Risco de entrada em invalidez ou ocorrência de morte e cobertura de capitais complementares	Risco de o participante entrar em invalidez ou no caso de morte, sem a constituição de reserva suficiente para arcar com os benefícios.

a.5) Número de Participantes dos Planos de Benefícios Pós-emprego

Especificação	Ativos	Assistidos	Total
Plano BD	1.718	4.760	6.478
Plano CV I	5.126	105	5.231
Plano Natural	6.828	4.784	11.612
Seguro de Vida em Grupo	5.206	3.434	8.640

a.6) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos

Os riscos atuariais associados ao Plano BD estão relacionados à variação e alterações da base cadastral e aos eventos expressos pelas tábuas atuariais. Não há expectativa de variação nos valores de salário de contribuição ou de benefício além daqueles previstos no regulamento do plano.

Em relação ao Plano CV I, o risco atuarial é reduzido, pois as obrigações relativas a contas individuais de participantes e a benefícios prestados em fase de renda certa a prazo certo apresentam proteção integral contra o surgimento de déficits atuariais, embora que as obrigações previdenciais, de menor dimensão, relativas aos benefícios prestados em fase de renda vitalícia possam eventualmente vir a desenvolver desequilíbrios atuariais. Para essas obrigações existem mecanismos de proteção contra o surgimento de déficits atuariais tais como: i) a constituição de fundos previdenciais; e ii) o reajuste de benefício calculado com base na taxa nominal de rentabilidade dos investimentos obtida, com as limitações previstas no regulamento. Esse plano conta ainda com fundos previdenciais que têm por objetivo restabelecer o equilíbrio atuarial do plano quando ocorrer insuficiência atuarial e ainda prover à cobertura securitária dos benefícios decorrentes de invalidez ou óbito de participante. Além disso, para ambos os planos, são realizadas atualizações cadastrais periódicas, além de estudos técnicos específicos para aferir a aderência e convergência das hipóteses utilizadas nas avaliações atuariais dos planos.

A Capef conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Diariamente, os investimentos são acompanhados de modo a se verificar questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da meta atuarial do plano. São realizadas reuniões mensais do Comitê de Investimento, onde são discutidos os riscos envolvidos nas operações, impactos no plano, questões de enquadramentos e análise de cenário econômico, bem como são elaborados relatórios trimestrais de risco, com simulação da rentabilidade mensal e anual, confrontação dos retornos dos ativos com a meta atuarial ao longo do tempo, liquidez do plano projetada no longo prazo, fronteira eficiente de "Markovitz" para os fundos de renda variável; acompanhamento dos ativos de títulos privados, comentários sobre os investimentos das diversas carteiras de investimentos, o VaR dos segmentos de renda fixa e renda variável. Anualmente é realizado o estudo de *Asset Liability Management* (ALM) que objetiva auxiliar os administradores do plano na escolha do portfólio mais adequado aos seus objetivos, levando em consideração as características e as particularidades dos ativos e da situação financeira do plano. O resultado desse estudo permite que sejam feitos investimentos de longo prazo, sem comprometer as obrigações, bem como o atingimento da meta atuarial.

Com relação ao plano natural, destaca-se o risco atuarial ou de subscrição, associado à atividade de prestação de serviços por meio de rede credenciada e/ou reembolso de eventos de saúde suplementar. Esse risco está relacionado tanto à adequação das bases técnicas utilizadas na precificação como também à adequação do nível de provisionamento. A avaliação dos riscos pela Camed é realizada mediante a elaboração de estudos atuariais, por meio de análise detalhada do plano.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Os critérios para aplicações financeiras consideram os limites de alocação de recursos em conformidade com a regulamentação estabelecida pela ANS e o risco de crédito associado a essas aplicações é atenuado pela restrição de suas operações a instituição financeira considerada de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicos e privados de renda fixa e curto prazo de vencimento. O risco de crédito associado à possibilidade de não recebimento de valores de mensalidades e taxas que é mitigado pela possibilidade de cobrança em folha de pagamento e por meio de autorização de débito em conta corrente, bem como pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência. O gerenciamento de riscos acompanha as alterações nos cenários de exposição a que a Camed está sujeita.

b) Análise da Obrigação Atuarial

Na posição de 31.12.2016, os planos administrados pela Capef e Camed e o Seguro de Vida em Grupo encontram-se registrados, nas demonstrações financeiras do Banco, na seguinte situação:

b.1) Planos de Previdência Privada

i. Plano BD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 3.870.805 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 3.507.687, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 363.118. A obrigação relativa aos participantes assistidos é de R\$ 3.198.339 e aos participantes ativos é de R\$ 672.466;

ii. Plano CV I: para os benefícios não programados (parte BD), que possuem características de plano de benefício definido, o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 12.024 é inferior ao valor justo dos ativos do plano no montante de R\$ 29.299, resultando em um superávit de R\$ 17.275, que não está sendo reconhecido, pois se destina à formação do fundo de solvência e do fundo mutualista do plano.

b.2) Plano de Assistência Médica: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 923.372 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 115.822, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 807.550. A obrigação referente aos participantes assistidos é de R\$ 733.468 e aos participantes ativos é de R\$ 189.904.

b.3) Seguro de vida em grupo: o valor presente das obrigações atuariais descobertas é de R\$ 116.899, inexistindo ativos para esse plano. A obrigação referente aos participantes assistidos é de R\$ 111.717 e aos participantes ativos é de R\$ 35.500, desse total ainda é descontado o subsídio cruzado no valor de R\$ 30.318.

c) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Presente da Obrigação

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Exercício	(3.287.130)	(3.289.131)	(9.502)	(4.398)
2. Custo dos Juros	(411.523)	(381.652)	(1.237)	(527)
3. Custo do Serviço Corrente	(7.674)	(12.790)	(527)	(178)
4. Benefícios Pagos pelo Plano	384.186	348.826	305	135
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(71.517)	(64.360)	-	-
6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	(2.638)	-
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	-	-	97	-
8. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais	(477.147)	111.977	1.478	(4.534)
8.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	(51.570)	(157.726)	3.306	(6.199)
8.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	(425.577)	269.703	(1.828)	1.665
9. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício	(3.870.805)	(3.287.130)	(12.024)	(9.502)

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		31.12.2016	31.12.2015
	31.12.2016	31.12.2015		
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Exercício	(879.202)	(779.433)	(56.505)	(37.660)
2. Custo dos Juros	(113.548)	(90.541)	(7.088)	(4.206)
3. Custo do Serviço Corrente	(13.587)	(12.806)	(764)	(833)
4. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽¹⁾	65.655	48.329	9.837	6.028
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(17.272)	(16.028)	(3.088)	-
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	10.414	11.273	-	-
7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais	24.168	(39.996)	(59.291)	(19.834)
7.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	189.333	(163.542)	(49.296)	(26.546)
7.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Demográficas	(28.311)		17.788	-
7.3. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	(136.854)	123.546	(27.783)	6.712
8. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício	(923.372)	(879.202)	(116.899)	(56.505)

⁽¹⁾ Camed: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados.

d) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Justo dos Ativos dos Planos

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Exercício	3.051.653	3.158.800	31.247	11.991
2. Receita de Juros	385.176	370.016	4.249	1.546
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	71.831	65.249	1.509	990
4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	428	514	1.512	1.018
5. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	71.517	64.360	-	-
6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	2.638	-
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	-	-	(97)	-
8. Benefícios Pagos pelo Plano	(384.186)	(348.826)	(305)	(135)
9. Retorno sobre os Ativos do Plano ⁽²⁾	311.268	(258.460)	(11.454)	15.837
10. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício	3.507.687	3.051.653	29.299	31.247

⁽¹⁾ Capef – Plano BD: contribuições relativas a participantes ativos e assistidos;

⁽²⁾ Exceto receita de juros.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		31.12.2016	31.12.2015
	31.12.2016	31.12.2015		
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Exercício	106.225	68.831	-	-
2. Receita de Juros	14.116	8.457	-	-
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	34.649	34.109	4.313	3.014
4. Devolução das Contribuições do Patrocinador	(26.170)	-	-	-
5. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	15.073	13.320	2.437	3.014
6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	17.272	16.028	3.087	-
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(10.414)	(11.273)	-	-
8. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽²⁾	(65.655)	(48.329)	(9.837)	(6.028)
9. Retorno sobre os Ativos do Plano ⁽³⁾	30.726	25.082	-	-
10. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício	115.822	106.225	-	-

⁽¹⁾ Camed – Plano Natural: contribuições relativas a associados e aposentados/pensionistas;

⁽²⁾ Camed – Plano Natural: líquidos das coparticipações pagas pelos associados; e

⁽³⁾ Exceto receita de juros.

e) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Efeito do Teto do Ativo

Especificação	Capef	
	Plano CV I	
	31.12.2016	31.12.2015
1. Efeito do Teto do Ativo, no Início do Exercício	(21.745)	(7.593)
2. Juros sobre o Efeito do Teto	(3.012)	(1.019)
3. Remensuração do Efeito do Teto do Ativo	7.482	(13.133)
4. Efeito do Teto do Ativo, no Fim do Exercício	(17.275)	(21.745)

f) Conciliação do Valor Presente da Obrigação e do Valor dos Ativos dos Planos, com os Ativos e os Passivos Reconhecidos no Balanço Patrimonial

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício	(3.870.805)	(3.287.130)	(12.024)	(9.502)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício	3.507.687	3.051.653	29.299	31.247
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(363.118)	(235.477)	17.275	21.745
4. Efeito do Teto do Ativo, no Final do Exercício	-	-	(17.275)	(21.745)
5. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial no Final do Exercício (Nota 16.j)	(363.118)	(235.477)	-	-

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Exercício	(923.372)	(879.202)	(116.899)	(56.505)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Exercício	115.822	106.225	-	-
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(807.550)	(772.977)	(116.899)	(56.505)
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial no Final do Exercício (Nota 16.j)	(807.550)	(772.977)	(116.899)	(56.505)

g) Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício

Especificação	Capef					
	Plano BD			Plano CV I		
	2º Sem/2016	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2015	2º Sem/2016	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2015
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	3.640	(7.246)	(12.276)	555	985	840
1.1. Custo do Serviço	(3.837)	(7.674)	(12.790)	(263)	(527)	(178)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	197	428	514	818	1.512	1.018
2. Juros Líquidos	(13.173)	(26.347)	(11.636)	-	-	-
2.1. Custo dos Juros	(205.761)	(411.523)	(381.652)	(618)	(1.237)	(527)
2.2. Receita de Juros	192.588	385.176	370.016	2.124	4.249	1.546
2.3. Juros sobre o Efeito do Teto	-	-	-	(1.506)	(3.012)	(1.019)
3. Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício (item 1 + item 2)⁽¹⁾	(16.813)	(33.593)	(23.912)	555⁽²⁾	985⁽²⁾	840⁽²⁾

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco, Plano BD: 2º Sem/2016: R\$ 3; 01.01 a 31.12.2016: R\$ 7 e 01.01 a 31.12.2015: R\$ 5.

⁽²⁾ Esse valor foi registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais".

Especificação	Camed			Seguro de Vida		
	Plano Natural					
	2º Sem/2016	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2015	2º Sem/2016	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2015
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	825	1.486	514	506	1.673	2.181
1.1. Custo do Serviço	(6.793)	(13.587)	(12.806)	(382)	(764)	(833)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	7.618	15.073	13.320	888	2.437	3.014
2. Juros Líquidos	(49.717)	(99.432)	(82.084)	(3.544)	(7.088)	(4.206)
2.1. Custo dos Juros	(56.775)	(113.548)	(90.541)	(3.544)	(7.088)	(4.206)
2.2. Receita de Juros	7.058	14.116	8.457	-	-	-
3. Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício (item 1 + item 2)⁽¹⁾	(48.892)	(97.946)	(81.570)	(3.038)	(5.415)	(2.025)⁽²⁾

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco, plano Natural: 2º Sem/2016: R\$ 16; 01.01 a 31.12.2016: R\$ 36; 01.01 a 31.12.2015: R\$ 39; e Seguro de Vida: 2º Sem/2016: R\$ 5; 01.01 a 31.12.2016: R\$ 8; 01.01 a 31.12.2015: R\$ 7.

⁽²⁾ Foi registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais" o valor de R\$ 499, referente ao valor do custo do serviço corrente e juros líquidos reconhecidos em despesas no 1º Sem/2015.

As contribuições referentes à parte CD do plano CV I foram contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	2º Sem/2016	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2015
1. Contribuições (Parte CD) ⁽¹⁾	(28.688)	(50.810)	(43.015)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos: 2º Sem/2016 – R\$ 178; 01.01 a 31.12.2016 - R\$ 331; e 01.01 a 31.12.2015 – R\$ 284.

As despesas administrativas do plano BD estão contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo.

Especificação	2º Sem/2016	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2015
1. Despesas Administrativas	(3.582)	(6.672)	(6.061)

h) Valores do Período Reconhecidos no Patrimônio Líquido

As perdas por ajustes de experiência relativas ao plano BD, em 31.12.2016, são decorrentes dos aumentos dos benefícios dos assistidos em 9,56% e do salário médio em 11,21%, em relação ao plano CV I, são decorrentes do aumento no valor do salário médio e do valor do benefício médio dos pensionistas. Já no Seguro de Vida em grupo a perda se explica pela mudança de metodologia, que passou a considerar as indenizações e prêmios pagos. Os ganhos de ajustes de experiências do plano Natural são justificados pela atualização dos custos de saúde.

No que diz respeito ao ganho por ajustes de pressupostos demográficos registrados no período para o Seguro de Vida em grupo é oriundo de alteração da tábua de mortalidade.

As perdas atuariais decorrentes de premissas financeiras, em 31.12.2016, dizem respeito às alterações nas taxas de juros em relação a 31.12.2015, que passaram de 13,12% (31.12.2015) para 10,71% (31.12.2016), nos planos BD e Natural, de 13,12% (31.12.2015) para 10,73% (31.12.2016) no plano CV I e de 13,25% (31.12.2015) para 10,75% (31.12.2016) no Seguro de Vida em Grupo.

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2015	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2015
1. Retorno sobre os Ativos do Plano	311.268	(258.460)	(11.454)	15.837
2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação	(477.147)	111.977	1.478	(4.534)
2.1. Ajustes de Experiência	(51.570)	(157.726)	3.306	(6.199)
2.2. Alterações de Premissas Financeiras	(425.577)	269.703	(1.828)	1.665
3. Efeito do teto do ativo	-	-	7.482	(13.133)
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido no final do Exercício (item 1 + item 2 + item 3) ⁽¹⁾	(165.879)	(146.483)	(2.494)	(1.830)

⁽¹⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano BD: 01.01 a 31.12.2016 R\$ 11; 01.01 a 31.12.2015: R\$ (54) e plano CV I: 01.01 a 31.12.2016: R\$ 87.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2015
	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2015		
1. Retorno sobre os Ativos do Plano	30.726	25.082	-	-
2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação	24.168	(39.996)	(59.291)	(19.834)
2.1. Ajustes de Experiência	189.333	(163.542)	(49.296)	(26.546)
2.2. Alterações de Premissas Demográficas	(28.311)	-	17.788	-
2.3. Alterações de Premissas Financeiras	(136.854)	123.546	(27.783)	6.712
3. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido no final do Exercício (item 1 + item 2 + item 3) ⁽¹⁾	54.894	(14.914)⁽¹⁾	(59.291)	(19.834)

⁽¹⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do Seguro de Vida em grupo: 01.01 a 31.12.2016: R\$ 24 e Natural: 01.01 a 31.12.2015: R\$ (42)

i) Conciliação de movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Exercício

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Início do Exercício	(235.477)	(130.331)	-	-
2. Contribuições do Empregador	71.831	65.249	1.509	990
3. Valores Reconhecidos no Resultado	(33.593)	(23.912)	985	840
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	(165.879)	(146.483)	(2.494)	(1.830)
5. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Final do Exercício (Nota 16.j)	(363.118)	(235.477)	-	-

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Início do Exercício	(772.977)	(710.602)	(56.505)	(37.660)
2. Contribuições do Empregador	34.649	34.109	4.313	3.014
3. Devolução de contribuições do patrocinador	(26.170)	-	-	-
4. Valores Reconhecidos no Resultado	(97.946)	(81.570)	(5.415)	(2.025)
5. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	54.894	(14.914)	(59.291)	(19.834)
6. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Final do Exercício (Nota 16.j)	(807.550)	(772.977)	(116.898)	(56.505)

j) Política de Investimento e Alocação dos Valores Justos dos Planos

As políticas de investimentos, para os planos BD e CV I, são elaboradas anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Capef e têm como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial de cada plano. A meta do plano BD a ser alcançada em seus investimentos é representada por INPC + 5,50% a.a. e do plano CV I, IPCA + 5,50% a.a..

Para formulação da política são analisados os critérios e objetivos de investimento dos recursos do plano de custeio e benefícios, considerando: a) taxa esperada de retorno; b) preservação de capital; c) diversificação; d) tolerância a risco; e) estabilidade; f) liquidez e g) regra de reajuste de benefícios. Com base nesses critérios são definidos mecanismos de investimento e a melhor estratégia na diversificação das carteiras: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes.

Para alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação são consideradas as diretrizes da Resolução nº 3.792, de 24.09.2009 do Conselho Monetário Nacional e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano. A proposta de alocação de recursos é revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas.

As deliberações sobre investimentos do plano natural são aprovadas pela Diretoria Executiva e submetidas ao Conselho Deliberativo da Camed. Para os investimentos que possuem vinculação com garantias financeiras junto ao órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são observados os limites e condições estabelecidos nos normativos da ANS.

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD (%)		Plano CV I (%)		Plano Natural (%)	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Renda Fixa	89,22	86,82	93,62	93,38	76,71	72,21
Renda Variável	0,19	0,42	-	-	22,54	27,38
Investimentos Imobiliários	7,72	9,52	-	-	0,75	0,41
Investimentos Estruturados	0,25	0,22	1,28	1,71	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Participantes	2,60	3,00	5,10	4,91	-	-
Outros	0,02	0,02	-	-	-	-
Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos						
Em instrumentos financeiros no Banco	0,19	0,24	-	-	76,71	72,21
Em propriedades/outras ativos utilizados pelo Banco	1,01	1,23	-	-	0,75	0,41

k) Premissas utilizadas

k.1) Premissas Demográficas

As premissas demográficas utilizadas baseiam-se nas adotadas em avaliações atuariais, no âmbito da Capef e da Camed, embasadas em estudos estatísticos elaborados por consultorias especializadas, contratadas por aquelas entidades. Nos cálculos atuariais, para os planos BD, Natural e Seguro de Vida, o tempo de adiamento da aposentadoria em relação a cada participante ativo foi estimado pelo percentil 50%, em relação ao tempo efetivo de adiamento da aposentadoria verificado para o conjunto dos atuais participantes ativos, que já se encontravam elegíveis para o benefício de aposentadoria programada na data da avaliação atuarial.

Especificação	Plano BD (Capef) e Plano Natural (Camed)	
	31.12.2016	31.12.2015
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP2000 – Suavizada em 15%	RP2000 – Suavizada em 15%
Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas – (A10)	Álvaro Vindas – (A10)

Especificação	Plano CV I (Capef)	
	31.12.2016	31.12.2015
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP 2000 Proj. 2014 Unisex (70%M) (D20)	RP 2000 Proj. 2014 Unisex (70%M) (D20)
Inválidos ⁽¹⁾	Experiência do IAPC-Fraca	Experiência do IAPC-Fraca
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas (suavizada 50%)	Álvaro Vindas (suavizada 50%)

⁽¹⁾ A tábua de mortalidade de invalidez utilizada resulta da aplicação do fator de 0,5 sobre as taxas de mortalidade da tábua IAPC original.

Especificação	Seguro de Vida	
	31.12.2016	31.12.2015
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP 2000 Proj. 2014 Unisex (70%M) (D20)	RP2000 – Suavizada em 15%
Inválidos ⁽¹⁾	Experiência do IAPC-Fraca	Winklevoss
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas (suavizada 50%)	Álvaro Vindas – (A10)

⁽¹⁾ A tábua de mortalidade de invalidez utilizada resulta da aplicação do fator de 0,5 sobre as taxas de mortalidade da tábua IAPC original.

k.2) Premissas Financeiras

Especificação	Capef (% a.a.)			
	Plano BD		Plano CV I	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	10,71	13,12	10,73	13,12
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	5,75	7,22	5,77	7,22
Taxa média de inflação anual	4,69	5,50	4,69	5,50
Taxa nominal de crescimento salarial ⁽¹⁾	5,74	6,56	4,69	5,50
Taxa nominal de aumentos dos benefícios	4,69	5,50	4,69	5,50

⁽¹⁾ Plano BD: a taxa de crescimento salarial real de 1% é aplicada até que o participante atinge a data prevista para aposentadoria (360 contribuições).

Especificação	Camed (% a.a.)		Seguro de Vida	
	Plano Natural		31.12.2016	31.12.2015
	31.12.2016	31.12.2015		
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	10,71	13,12	10,75	13,25
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	5,75	7,22	5,78	7,35
Taxa média de inflação anual	4,69	5,50	4,69	5,50
Taxa nominal de crescimento salarial	5,74	6,56	-	6,56
Taxa nominal de aumentos médio dos benefícios	7,50 ⁽¹⁾	8,12 ⁽²⁾	-	5,50
Taxa de evolução dos custos médicos em decorrência do envelhecimento (<i>Aging Factor</i>)	3,08	3,11	Não se aplica	Não se aplica
Taxas de crescimento dos custos de saúde (HCCTR)	2,69 ⁽¹⁾	2,49 ⁽²⁾	Não se aplica	Não se aplica

⁽¹⁾ Na posição de 31.12.2016, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 8 (oito) anos. A taxa encontrada foi de 2,687%, acima do "aging factor" e da inflação geral de preços de 4,69% a.a., e decresce gradualmente em 7 (sete) anos, a partir de 2017, permanecendo a partir do 8º (oitavo) ano em 1% a.a.

⁽²⁾ Na posição de 31.12.2015, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 7 (sete) anos. A taxa encontrada foi de 2,490%, acima do "aging factor" e da inflação geral de preços de 5,50% a.a., e decresce gradualmente em 9 (nove) anos, a partir de 2016, permanecendo a partir do 10º (décimo) ano em 1% a.a.

k.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do "floating" inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

k.4) É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

k.5) A taxa de desconto equivale à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *duration* dos planos, conforme metodologia prevista no item 83 do Pronunciamento CPC 33 (R1), recepcionado pela Resolução 4.424, do CMN. Na posição de 31.12.2016, foram apuradas as seguintes *durations*: para os planos Capef BD e Camed Natural: 12,52 anos (13,77 anos em 31.12.2015), para o plano Capef CV I: 28,74 anos (24,23 anos em 31.12.2015) e para o Seguro de Vida: 9,81 anos (12,64 anos em 31.12.2015).

I) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

A análise de sensibilidade considera o acréscimo ou decréscimo de 1 (um) ano na idade do participante ou assistido, do aumento ou da redução de 0,25% na taxa de juros, para os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida, bem como da taxa de crescimento dos custos de saúde para o plano Natural. O cálculo foi efetuado com base no método da unidade de crédito projetada, estimando-se o valor presente da obrigação na posição de 31.12.2016.

Capef - Plano BD	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	31.12.2016	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(3.870.805)	(3.773.282)	(3.966.609)	(3.791.612)	(3.953.091)
Valor Justo dos Ativos	3.507.687	3.507.687	3.507.687	3.507.687	3.507.687
Superávit (Déficit) Técnico	(363.118)	(265.595)	(458.922)	(283.925)	(445.404)
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(2,5)	2,5	(2,0)	2,1
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(26,9)	26,4	(21,8)	22,7

Capef - Plano CV I	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	31.12.2016	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(12.024)	(11.972)	(12.069)	(11.663)	(12.408)
Valor Justo dos Ativos	29.299	29.299	29.299	29.299	29.299
Superávit (Déficit) Técnico ⁽¹⁾	17.275	17.327	17.230	17.636	16.891
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(0,4)	0,4	(3,0)	3,2
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		0,3	(0,3)	2,1	(2,2)

⁽¹⁾ Valor não reconhecido tendo em vista efeito do teto do ativo

Camed - Plano Natural	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		HCCTR		Taxa de Juros	
	31.12.2016	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(923.372)	(878.636)	(961.890)	(954.028)	(894.111)	(897.309)	(950.735)
Valor Justo dos Ativos	115.822	115.822	115.822	115.822	115.822	115.822	115.822
Superávit (Déficit) Técnico	(807.550)	(762.814)	(846.068)	(838.206)	(778.289)	(781.487)	(834.913)
Variações:							
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(4,8)	4,2	3,3	(3,2)	(2,8)	3,0
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(5,5)	4,8	3,8	(3,6)	(3,2)	3,4

Seguro de Vida	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	31.12.2016	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(116.899)	(126.609)	(108.109)	(111.724)	(122.409)
Superávit (Déficit) Técnico	(116.899)	(126.609)	(108.109)	(111.724)	(122.409)
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		8,3	(7,5)	(4,4)	4,7
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		8,3	(7,5)	(4,4)	4,7

m) Impactos nos Fluxos de Caixas Futuros

m.1) Contribuições Esperadas para o exercício de 2017

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD ⁽¹⁾	Plano CV I ⁽²⁾	Plano Natural	
1. Contribuições do Empregador	80.141	1.857	39.128	4.424
2. Contribuições de Empregados	393	1.840	13.294	3.445
3. Contribuições de Assistidos	79.748	-	21.895 ⁽³⁾	4.046

⁽¹⁾ Exceto contribuições destinadas ao custeio administrativo: 01.01 a 31.12.2017: Empregador: R\$ 7.445 e Empregados/Assistidos: 7.445;

⁽²⁾ Exceto contribuições destinadas a parte CD do plano: 01.01 a 31.12.2017: Empregador: R\$ 62.094 e Empregados: R\$ 62.111;

⁽³⁾ Exceto coparticipações.

m.2) Pagamentos de Benefícios Esperados

Especificação	Capef ⁽¹⁾		Camed ⁽¹⁾⁽²⁾	Seguro de Vida ⁽¹⁾
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
Até 1 ano	345.290	1.289	77.485	11.915
De 1 ano a 2 anos	344.175	1.143	77.777	13.224
De 2 anos a 3 anos	340.676	1.026	77.301	14.418
De 3 anos a 4 anos	336.838	910	76.639	15.635
Acima de 4 anos	5.683.879	28.151	1.381.743	1.022.313
Total	7.050.858	32.519	1.690.945	1.077.505

⁽¹⁾ Os valores de benefícios esperados foram calculados sem descontar a valor presente.

⁽²⁾ Líquidos de co-participação de assistido.

n) Estimativa de Despesas para o exercício de 2017

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(8.081)	1.652	4.955	2.373
2. Juros Líquidos	(34.583)	-	(83.696)	(12.008)
3. Total da (Despesa)/Receita a Reconhecer	(42.664)	1.652	(78.741)	(9.635)

NOTA 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

- a) O patrimônio do FNE, no montante de R\$ 67.428.548 (R\$ 59.893.111 em 31.12.2015), está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados".
- b) As disponibilidades e os recursos comprometidos com operações de crédito, que representam as disponibilidades do FNE, no valor total de R\$ 16.665.297 (R\$ 11.324.340 em 31.12.2015), registrados no título "Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" são remunerados pela taxa extramercado. No exercício, a despesa com remuneração dessas disponibilidades foi de R\$ 1.732.451 (R\$ 1.122.200 em 31.12.2015).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1)** nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
- c.2)** para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e

c.3) o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 616, de 26.05.2003. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em "Passivos Contingentes" do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 31.12.2016	Provisão em 31.12.2015
AA	10.109.629	-	-
A	10.783.832	27.119	29.476
B	9.653.160	48.565	46.579
C	2.203.556	32.843	32.959
D	1.788.752	89.640	30.288
E	630.916	94.982	102.802
F	399.495	102.062	106.093
G	736.979	258.215	278.590
H ⁽¹⁾	5.084.920	2.575.882	2.165.580
Total	41.391.239	3.229.308	2.792.367

⁽¹⁾ o saldo da Provisão de 31.12.2016 inclui R\$ 43.347 decorrente de operações de crédito com indícios de irregularidades, reclassificadas contabilmente de "Outros Passivos Contingentes" para "Provisão para Passivos Contingentes", referenciadas na Nota 22.i.

d) para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 1.254.708 (R\$ 1.206.890 em 31.12.2015).

e) a taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do FNE, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. No período, a taxa de administração foi de R\$ 1.463.249 (R\$ 1.278.956 em 31.12.2015).

NOTA 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O FAT é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	31.12.2016	31.12.2015
Proger-Urbano Investimento	017/2006	2.526	6.351
FAT - Infraestrutura	018/2006	173.200	197.409
Protrabalho Investimento	004/2007	192.365	180.845
PNMPO	001/2010	96.514	133.780
Total		464.605	518.385

As obrigações contraídas junto ao FAT, registradas em "Depósitos Especiais com Remuneração", da ordem de R\$ 254.980 (R\$ 332.363 em 31.12.2015) têm custo de captação com base na taxa Selic enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 28.279 (R\$ 37.932 em 31.12.2015).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT (Tade), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e

- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2016		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	7.460	304	1.709	12.717	14.426
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	50.250	3.035	22.297	60.055	82.352
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	17.036	42	709	63.802	64.511
PNMPO	01/2010	RA	25.484	753	3.564	90.127	93.691
Total (Nota 13.b e Nota 29.a.1)			100.230	4.134	28.279	226.701	254.980

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2015		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	12.866	464	2.945	17.576	20.521
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	49.508	3.131	25.820	98.068	123.888
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	20.276	31	1.282	75.188	76.470
PNMPO	01/2010	RA	30.093	541	7.885	103.599	111.484
Total (Nota 13.b e Nota 29.a.1)			112.743	4.167	37.932	294.431	332.363

⁽¹⁾ RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo);

⁽²⁾ Recursos remunerados pela Taxa Selic;

⁽³⁾ Recursos remunerados pela TJLP; e

⁽⁴⁾ Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 28 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez. O Comitê de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que gerencia, em nível corporativo, os riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Circular nº 3.678, de 31.10.2013, do Bacen, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br link "Sobre o Banco".

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2017 a 2019, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 30.11.2016. É da responsabilidade da Diretoria de Controle e Riscos, o gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN, em sua Resolução nº 3.988, de 30.06.2011. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no portal www.bnb.gov.br link "Sobre o Banco".

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Especificação	Exposição	
	31.12.2016	31.12.2015
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	32.994.183	34.774.297
Público	1.437.712	1.679.852
Privado	31.556.471	33.094.445
Comércio	3.940.690	4.142.642
Comércio Exterior	439.266	857.483
Habitação	170	170
Indústria	9.374.031	9.700.730
Infraestrutura	2.681.649	3.184.417
Microfinança Urbana	2.867.269	2.993.986
Pessoas Físicas	125.180	226.259
Rural	7.346.517	7.036.781
Outros Serviços	4.781.699	4.951.977
Operações de Mercado	31.830.474	26.957.135
Títulos Públicos Federais	28.744.042	23.756.920
Operações Compromissadas	11.184.789	15.656.753
Outras	17.559.253	8.100.167
Depósitos Interfinanceiros	150.350	-
Outros Títulos e Valores Mobiliários	1.923.756	1.981.588
Outras Operações	1.012.326	1.218.627
Demais Ativos	4.984.341	3.756.309
Total	69.808.998	65.487.741

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de apuração de despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 4.716.104 (R\$ 5.067.776 em 31.12.2015). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 5.425.536 (R\$ 3.957.266 em 31.12.2015).

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		31.12.2016 (%)	31.12.2015 (%)
Índice de Liquidez	Na data-base	537,33	460,38
	Média dos últimos 12 meses	481,00	346,09
	Máximo dos últimos 12 meses	573,00	516,70
	Mínimo dos últimos 12 meses	344,26	249,52

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- Value at Risk (VaR)* de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e bancária, por fator de risco;
- mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> Carteira de Negociação: 1% do valor do Patrimônio de Referência Carteira Bancária: 5% do valor do Patrimônio de Referência 	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	8.388.247	8.381.041	(7.206)	8.374.044	(14.202)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	(113.964)	(117.227)	(3.263)	(120.790)	(6.826)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	79	77	(2)	75	(4)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	1.042.811	989.069	(53.742)	940.091	(102.720)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	1.683.833	1.379.136	(304.697)	1.155.275	(528.558)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	189.819	187.382	(2.437)	185.198	(4.621)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(1.942.311)	(1.965.459)	(23.148)	(1.981.562)	(39.251)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	4.070.353	4.001.498	(68.855)	3.940.339	(130.014)

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na BM&FBovespa. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco mercado considerados, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
Derivativos para Hedge	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Dólar	Swap Dólar x DI	1.016.416	1.034.012	1.052.244
		Passivo em ME	(1.025.368)	(1.043.022)	(1.061.312)
		Exposição Líquida	(8.952)	(9.010)	(9.068)

Foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes de um possível aumento estressado do cupom cambial nas operações em moeda estrangeira.

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de hedge cambial e respectivos títulos consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e das operações de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 3 – neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

e) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas, decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas, e sistemas, ou resultantes de eventos externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo CMN, seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco atua em uma visão de processos e é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações de riscos nos processos de suporte e de negócios da Instituição, tendo como referência maior as Resoluções do Banco Central. Sob o enfoque qualitativo, são utilizadas metodologias de avaliação de riscos em processos, acompanhamento de ações de mitigação e relatórios gerenciais. Outra metodologia utilizada é a de autoavaliação de riscos e de controles em processos – *Risk and Control Self Assessment (RCSA)* –, que permite simular os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter visão ampliada dos riscos em processos e aprimoramento do seu gerenciamento.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 25.470 (R\$ 67.162 em 31.12.2015 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	31.12.2016	31.12.2015	Especificação	31.12.2016	31.12.2015
Disponibilidades	56.911	58.426	Depósitos	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	635	Relações Interdependências	7.170	12.331
Operações de Crédito	734.445	1.033.285	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	76.062	101.491
Outros Créditos	672.061	1.040.756	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	1.760.411	2.284.406
			Outras Obrigações	640.391	1.004.859
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.463.417	2.133.102	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	2.484.034	3.403.087
Operações de Swap	995.147	1.202.823			
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	2.458.564	3.335.925	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	2.484.034	3.403.087

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, (5% do Patrimônio de Referência).

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 31.12.2016, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do RBAN) de 15,00% (13,61% em 31.12.2015) e os índices de Nível I e de Capital Principal ficaram, ambos, em 10,80% (7,25% em 31.12.2015). O PR apurado foi de R\$ 6.099.931 (R\$ 5.270.254 em 31.12.2015), o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 4.109.061 (R\$ 2.689.059 em 31.12.2015), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 38.048.355 (R\$ 37.111.437 em 31.12.2015).

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
Patrimônio de Referência (PR)	6.099.931	5.270.254
. Nível I	4.109.061	2.689.059
. Capital Principal	4.109.061	2.689.059
. Nível II	1.990.870	2.581.195
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	38.048.564	37.111.437
. Parcela RWACPAD	30.634.885	30.704.853
. Parcela RWACAM	257.977	372.978
. Parcela RWAJUR	57.155	80.718
. Parcela RWACOM	5.843	14.146
. Parcela RWAOPAD	7.092.704	5.938.742
Valor do RBAN	2.624.533	1.621.685
Margem sobre o PR Requerido (PR – [RWA * 9,87511%])	2.342.635	1.187.996
Margem sobre o PR Requerido Considerando o RBAN {PR – ([RWA + RBAN] * 9,875%)}	2.083.462	1.009.611
Margem sobre o PR Nível I Requerido (PR Nível I - RWA * 6%)	1.826.147	462.373
Margem sobre o Capital Principal Requerido (Capital Principal - RWA * 4,5%)	2.396.875	1.019.045
Adicional de Capital Requerido-ACP (RWA * 0,625%)	237.804	-
Margem sobre o Adicional de Capital Requerido (menor entre as margens - ACP Requerido)	1.588.343	462.373
Índices de Basileia:		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	10,80%	7,25%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	10,80%	7,25%
. Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 9,875%) ⁽¹⁾	16,03%	14,20%
. Índice de Basileia incluindo RBAN	15,00%	13,61%

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação

ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	6.099.931	5.270.254
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	4.109.061	2.689.059
Capital Principal	4.109.061	2.689.059
Capital Social	2.844.000	2.844.000
Reservas de Lucros	1.157.951	598.429
Reservas de Capital e de Reavaliação	14.491	16.621
Ganhos ou Perdas Não Realizadas – Avaliação Patrimonial e TVM	(653.947)	(615.864)
Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal	1.000.000	-
Ajustes Prudenciais	(253.434)	(154.127)
Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis	(7.144)	(3.446)
Ajuste Prudencial – Ativos Diferidos	-	(37)
Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(235.335)	(135.777)
Ajuste Prudencial – Diferença a Menor – Ajustes da Res. CMN nº 4.277	(10.955)	(14.867)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II	1.990.870	2.581.195
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	2.012.874	2.633.957
Investimento em Outras Entidades, deduzido do Nível II	(22.004)	(52.762)

Os contratos de Dívida Subordinada firmados junto ao FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, do CMN, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização.

Em 21.12.2016, o Bacen autorizou a inclusão no Patrimônio de Referência (PR) de Nível I, do Banco, na condição de Capital Principal, o contrato de novação e confissão de dívida firmado junto à União Federal, denominado Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, que substituiu o contrato de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, que estava registrado no Nível II do PR até 31.12.2015.

iii. Razão de Alavancagem (RA)

O Bacen publicou, em 27.02.2015, a Circular nº 3.748, com vigência a partir da data-base de outubro de 2015, descrevendo a metodologia de apuração da Razão de Alavancagem (RA). O referido cálculo é o resultado da divisão do PR de Nível I, apurado de acordo com a Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, do CMN, pela Exposição Total conforme definido no inciso II do artigo 2º da citada Circular. Na posição de 31.12.2016, a Razão de Alavancagem do Banco ficou em 6,03% (4,25% em 31.12.2015), conforme quadro abaixo:

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
Patrimônio de Referência Nível I	4.109.061	2.689.059
Exposição Total para Razão de Alavancagem	68.182.830	63.250.106
Razão de Alavancagem (%)	6,03	4,25

iv. Índice de Imobilização

A Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro de 2002, para o índice de imobilização. O índice de imobilização do Banco encontra-se conforme demonstrado a seguir:

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	6.099.931	5.270.254
Limite para Imobilização (50% do PR ajustado)	3.049.965	2.635.127
Situação	207.424	231.006
Margem	2.842.541	2.404.121
Índice de imobilização	3,40%	4,38%

NOTA 29 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
Ativos		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	552.221	478.527
Total	552.221	478.527

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.b e Nota 27)	254.980	332.363
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	1.669.248	1.709.146
Tesouro Nacional	451	426
BNDES	1.552.591	1.567.324
Finame	116.206	141.396
Outras Obrigações	19.687.387	14.626.241
FNE (Nota 16.f)	16.674.513	11.332.783
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.g e Nota 17)	-	1.501.176
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 16.h e Nota 17)	1.000.000	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.i e Nota 18)	2.012.874	1.792.282
Total	21.611.615	16.667.750

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários do Banco, Capef e Camed, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
Passivos		
Benefícios Pós-Emprego – Capef Plano BD (Notas 16.j e 25.b)	363.118	235.477
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural (Notas 16.j e 25.b.2)	807.550	772.977
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida (Notas 16.j e 25.b.3)	116.899	56.505
Total	1.287.567	1.064.959

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	2º Sem/2016	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2015
Honorários	2.301	4.166	3.993
Diretoria	1.992	3.580	3.461
Conselho de Administração	161	309	269
Conselho Fiscal	148	277	263
Outros	1.354	2.258	1.960
Participação no Lucro	297	1.067	958
Total dos Benefícios de Curto Prazo	3.952	7.491	6.911
Benefícios Pós-Emprego	116	219	296
Total	4.068	7.710	7.207

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes de Plano de Previdência e de Assistência Médica dos funcionários do Banco.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

NOTA 30 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	2º Sem/2016	01.01 a 31.12.2016	01.01 a 31.12.2015
Lucro Líquido	506.507	732.071	305.723
Outros Resultados Abrangentes	(57.476)	(35.953)	(429.595)
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	48.039	244.289	(443.886)
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(30.636)	(109.502)	194.675
Realização da Reserva de Reavaliação	1.937	3.873	3.872
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(872)	(1.743)	(1.099)
Ganhos ou Perdas Atuariais	(75.944)	(172.870)	(183.157)
Resultado Abrangente	449.031	696.118	(123.872)

NOTA 31 - Outras Informações

a) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
Créditos Abertos para Importação	1.822	8.980
Créditos de Exportação Confirmados	-	58.500
Beneficiários de Garantias Prestadas		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	-	450
- FNE	20.930.819	19.962.828
- FDNE	119.260	111.941
- No Exterior - Outras	699	-
Coobrigações em Cessões de Crédito	18.171	19.910

b) Declaração de Conformidade

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

c) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, por meio de reunião realizada em 13 de fevereiro de 2017.

Fortaleza (Ce), 13 de fevereiro de 2017

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Contingências

Conforme mencionado na nota explicativa 22, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Consideramos um assunto relevante de auditoria devido ao fato de que a expectativa de perda e os montantes atribuídos envolverem julgamentos da Administração e de seus assessores jurídicos, sobre temas muitas vezes complexos.

Abordagem de auditoria:

Dentre outros procedimentos, obtivemos confirmações, quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos do Banco e confrontamos as estimativas de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e

registros contábeis do Banco. Para os processos mais relevantes, testamos o cálculo dos valores registrados e divulgados e analisamos a razoabilidade das estimativas em relação a jurisprudência e teses jurídicas conhecidas. Analisamos, também, as comunicações recebidas dos reguladores relacionadas a processos, autuações das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas.

2. Planos de benefício pós-emprego

O Banco possui passivos relevantes relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa 25, compreendem benefícios de aposentadoria, saúde e seguro de vida. Consideramos um assunto relevante de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação.

Abordagem de auditoria:

Dentre outros procedimentos, analisamos, com o suporte de nossos especialistas, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela Administração na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificando a acurácia matemática do cálculo e analisando a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria, testes das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego.

3. Créditos tributários

O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD (perdas de crédito), despesas de outras provisões contingenciais, ajustes a valor de mercado das operações de TVM, SWAP e EUROBÔNUS.

Consideramos um assunto relevante de auditoria devido ao expressivo montante registrado, e pelo fato do estudo de realização desses ativos envolver um alto grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco, conforme descrito na nota explicativa 21.

Abordagem de auditoria:

Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela administração no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a acuracidade matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

4. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Conforme mencionado na nota explicativa 7, o cálculo do valor justo dos títulos de renda fixa de risco privado considerados de baixa liquidez, classificados como disponíveis para venda, a exemplo das Letras Financeiras e das Debêntures atualmente em carteira, é realizado com base em modelo de precificação próprio do Banco, que considera o spread de risco de crédito do emissor, determinado de acordo com as políticas do Banco e dos fluxos de caixa estimados. Consideramos a determinação do valor justo dos ativos financeiros não cotados em mercado, como um dos principais assuntos de auditoria, em função da relevância dos valores e da subjetividade inerente nas avaliações baseadas em modelos próprios.

Abordagem de auditoria:

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação da metodologia de precificação do Banco, a adequação das principais premissas utilizadas e a acuracidade matemática na aplicação dos modelos. Revisamos, também, a avaliação econômica e financeira feita pelo Banco no momento de classificação do risco dos emissores, os fluxos de caixa esperados, as taxas de desconto utilizadas na precificação dos títulos e a suficiência das divulgações nas notas explicativas.

5. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Conforme mencionado na nota explicativa 9, o Banco classifica o nível de risco das operações de crédito, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682. Consideramos um assunto relevante de auditoria devido à relevância dos montantes, e pelo fato da classificação de nível de risco dos clientes e da avaliação das garantias envolverem julgamento por parte da Administração.

Abordagem de auditoria:

Efetuamos, entre outros testes, análise da avaliação econômica e financeira realizada pelo Banco no momento de classificação de nível de risco dos clientes, por meio de uma amostra selecionada para teste e recalculamos a provisão para crédito de liquidação duvidosa com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682. Analisamos também a suficiência das divulgações em notas explicativas

6. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria.

Abordagem de auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI ("ITGC") implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGC incluiu procedimentos de auditoria para avaliar os controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças e outros

aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos lógicos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pelo Banco.

Nos processos considerados significativos para as demonstrações financeiras, identificamos os principais controles automatizados ou que dependem de TI, para, em bases amostrais, efetuarmos testes com foco no desenho e na efetividade operacional de tais controles.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins de práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras, e incluem a Administração, o Comitê de Auditoria e o Conselho Fiscal do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que

possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen
Contador CRC- 1SP184050/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S., sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis estão em condições de serem encaminhados para deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Fortaleza (CE), 13 de fevereiro de 2017

O CONSELHO FISCAL

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1 - Introdução

O Comitê de Auditoria é um órgão colegiado estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração instituído na forma da Resolução CMN 3198/2004 do Conselho Monetário Nacional. O Regimento Interno e o endereço eletrônico do Comitê de Auditoria do BNB estão disponíveis na internet em www.bnb.gov.br, na área “Sobre o Banco – Relação com os Acionistas”.

Compete ao Comitê de Auditoria avaliar a qualidade e integridade das Demonstrações Contábeis, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos e da Auditoria interna e a qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos.

Os administradores do Banco do Nordeste do Brasil são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

Em conformidade com as normas aplicáveis, compete à Auditoria Externa avaliar a qualidade e a adequação do sistema de controles internos e emitir opinião, sustentada em procedimentos e padrões estabelecidos em normas que regem o exercício da profissão, sobre as Demonstrações Financeiras e à Auditoria Interna monitorar, avaliar e aferir, de forma independente, a qualidade do sistema de controles internos e da gestão de riscos do Banco.

2 – Atividades

O Comitê realizou reuniões regulares em cumprimento às suas atribuições e competências com o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e principais Executivos e gestores das principais áreas de negócio do Banco, Controles Internos, Gestão de Riscos, Contabilidade, Segurança, Jurídica, Governança, Crédito, Finanças, Ouvidoria, ocasiões em que foram abordados os principais assuntos relacionados a cada área, tendo sido quando aplicável feitas recomendações de aprimoramentos. Foram também realizadas reuniões periódicas com as Auditorias Interna e Externa, onde foram apreciados os seus respectivos planejamentos e resultados dos principais trabalhos realizados.

Com base nas atividades desenvolvidas no âmbito das suas competências, o Comitê de Auditoria concluiu que:

- a) O sistema de controles internos do Banco do Nordeste do Brasil mantém-se, de forma geral, capaz de identificar fatores adversos, permitindo a adoção de ações corretivas pela Administração e continua recebendo melhorias a cada ano. As fragilidades detectadas nos processos corporativos e as falhas nas operações não têm afetado significativamente a saúde financeira do Banco. A Administração vem aprovando e implementando medidas importantes visando ao aperfeiçoamento dos controles e correção de deficiências. Diversas

medidas aprovadas e implementadas já tiveram efeito no período, enquanto que outras ainda demandarão tempo adicional para atingir os resultados propostos;

- b) A Auditoria Interna concentrou esforços na realização de trabalhos previstos no Plano Anual de Atividades, ou decorrentes de eventos não previstos e inadiáveis. Medidas adicionais são requeridas e vêm sendo implementadas principalmente relacionadas à otimização e padronização de processos e sistemas que certamente contribuirão para o aprimoramento dos trabalhos e fortalecimento dos controles internos;
- c) Não foram identificados fatos relevantes que pudessem comprometer a efetividade da atuação, objetividade e independência da Ernst & Young Auditores Independentes S/S;
- d) A elaboração das Demonstrações Financeiras ocorreu em conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

Fortaleza (Ce), 13 de fevereiro de 2017

O Comitê de Auditoria



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras

F N E

Em R\$ MIL

POSIÇÃO: 31.12.2016

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

(Lei nº 7.827, de 27.09.1989)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015

(Valores em R\$ Mil)

ATIVO				PASSIVO	
		31.12.2016	31.12.2015		
CIRCULANTE		28.539.332	22.077.536	CIRCULANTE	
DISPONIBILIDADES	(Nota 4.b.1)	11.295.787	5.231.546	Obrigações Diversas	30
RECURSOS COMPROMETIDOS COM OPERAÇÕES DE CREDITO.....		5.369.510	6.092.794	Provisões para Pagamentos a Efetuar	30
VALORES A RECEBER-CEF-EQUALIZ. BONUS ADIMPL-PROFROTA.....		97	65		
CREDITOS VINCULADOS		2.088	7.317		
Crédito Rural - Proagro a Receber		2.088	7.317		
DEVEDORES POR REPASSES.....		54.536	56.998	PATRIMONIO LIQUIDO	(Nota 4.c) 67.428.548
Devedores por Repasses-Outras Instituições		54.536	56.998	TRANSFERENCIAS DA UNIAO:	
OPERAÇÕES DE CREDITO	(Nota 4.b.2 e Nota 6)	11.807.854	10.680.118	No Exercício.....	7.316.245
Financiamentos.....		4.751.483	4.297.523	Em Exercícios Anteriores.....	61.208.063
Financiamentos a Exportação.....		122.878	88.066	RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES.....	(1.315.493)
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento.....		517.983	505.173	RESULTADO DO EXERCICIO	219.733
Financiamentos Agroindustriais.....		232.662	240.452		45.145
Financiamentos Rurais.....		6.895.751	6.238.538		
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa).....		(712.903)	(689.634)		
OUTROS CREDITOS	(Nota 4.b.7)	9.216	8.443		
Direitos s/Bens Recebidos em Operações de Crédito.....		9.216	8.443		
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.b.8)	244	255		
Títulos de Cobertura do Proagro.....		4	4		
Títulos da Dívida Agrária.....		240	251		
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		38.889.246	37.815.634		
CREDITOS VINCULADOS		4.548	32		
Crédito Rural - Proagro a Receber.....		4.548	32		
DEVEDORES POR REPASSES.....	(Nota 8)	2.161.620	1.934.118		
Devedores Por Repasses-Bco. Nord.-Lei 7.827-Art. 9º-A		2.012.874	1.792.282		
Devedores por Repasses-Outras Instituições.....		148.746	141.836		
OPERAÇÕES DE CREDITO	(Nota 4.b.2 e Nota 6)	36.722.436	35.880.533		
Financiamentos.....		19.283.370	18.331.441		
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento.....		3.757.760	4.033.892		
Financiamentos Agroindustriais.....		803.415	719.710		
Financiamentos Rurais.....		12.877.891	12.795.490		
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.b.8)	642	951		
Títulos da Dívida Agrária.....		871	1.205		
(Provisão para Desvalorização de Títulos).....		(229)	(254)		
TOTAL DO ATIVO		67.428.578	59.893.170	TOTAL DO PASSIVO	67.428.578
					59.893.170

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO				
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2016				
(Valores em R\$ Mil)				
		2º Sem/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
RECEITAS				
De Operações de Crédito	(Nota 6.i)	616.965	1.255.264	1.307.879
De Remuneração das Disponibilidades	(Nota 4.b.1)	944.084	1.732.451	1.122.200
De Reversão de Provisões Operacionais.....		-	254	5
DESPESAS	(Nota 4.a.8)			
De Administração.....		(769.191)	(1.463.249)	(1.278.956)
De Pronaf-Remuneração do Agente Financeiro/Prêmio de Performance.....		(180.152)	(353.274)	(321.027)
De Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títulos		(499.879)	(951.655)	(784.843)
De Auditoria.....		(21)	(58)	(113)
LUCRO NO PERÍODO		111.806	219.733	45.145

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2016				
(Valores em R\$ Mil)				
EVENTOS		TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2014		54.813.281	(1.334.467)	53.478.814
Transferências da União no Exercício.....		6.394.782	-	6.394.782
Ajustes de Exercícios Anteriores	(Nota 7)	-	(25.630)	(25.630)
Lucro do Exercício.....		-	45.145	45.145
SALDOS EM 31.12.2015.....		61.208.063	(1.314.952)	59.893.111
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO.....		6.394.782	19.515	6.414.297
SALDOS EM 31.12.2015.....		61.208.063	(1.314.952)	59.893.111
Transferências da União no Exercício.....		7.316.245	-	7.316.245
Ajustes de Exercícios Anteriores	(Nota 7)	-	(541)	(541)
Lucro do Exercício.....		-	219.733	219.733
SALDOS EM 31.12.2016.....		68.524.308	(1.095.760)	67.428.548
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO.....		7.316.245	219.192	7.535.437
SALDOS EM 30.06.2016.....		64.678.352	(1.207.425)	63.470.927
Transferências da União no Semestre.....		3.845.956	-	3.845.956
Ajustes de Exercícios Anteriores	(Nota 7)	-	(141)	(141)
Lucro do Semestre.....		-	111.806	111.806
SALDOS EM 31.12.2016.....		68.524.308	(1.095.760)	67.428.548
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....		3.845.956	111.665	3.957.621

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2016

(Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/16	Exercício/2016	Exercício/2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro do Período.....	111.806	219.733	45.145
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títulos	499.879	951.655	784.843
Reversão de Provisões de Operações de Crédito.....	-	(254)	(5)
Provisão para Pagamentos a Efetuar.....	(9)	(29)	8
Lucro Ajustado do Período.....	611.676	1.171.105	829.991
Créditos Vinculados.....	(2.782)	713	(272)
Devedores por Repasses.....	(115.728)	(225.040)	(172.166)
Operações de Crédito.....	(1.881.090)	(2.921.065)	(3.492.574)
Valores a Receber-CEF-Equaliz Bônus Adimpl. Profrota.....	139	(32)	(65)
Outros Créditos.....	(421)	(773)	(522)
Outros Valores e Bens.....	138	345	91
Ajustes de Exercícios Anteriores.....	(141)	(541)	(25.630)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	(1.388.209)	(1.975.288)	(2.861.147)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Transferências da União.....	3.845.956	7.316.245	6.394.782
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	3.845.956	7.316.245	6.394.782
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	2.457.747	5.340.957	3.533.635
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:			
No início do Período.....	14.207.550	11.324.340	7.790.705
No fim do Período.....	16.665.297	16.665.297	11.324.340
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	2.457.747	5.340.957	3.533.635

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1 – Histórico	Nota 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas
Nota 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 7 – Ajustes de Exercícios Anteriores
Nota 3 – Administração	Nota 8 – Repasses ao Banco com base no Artigo 9º- A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989
Nota 4 – Principais Práticas Contábeis	Nota 9 – Registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)
Nota 5 – Fiscalização	

NOTA 1 – Histórico

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal de 1988 (Artigo 159, inciso I, alínea “c”), sendo regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, alterada pelas Leis Complementares nºs 125, de 03.01.2007 e 129, de 08.01.2009, pelas Leis nºs 9.126, de 10.11.1995, 9.808, de 20.07.1999, 10.177, de 12.01.2001, 11.011, de 20.12.2004, 11.524, de 24.09.2007, 11.945, de 04.06.2009, 12.249, de 11.06.2010, 12.716, de 21.09.2012, 12.793, de 02.04.2013, pela Medida Provisória nº 2.196-1, de 28.06.2001 e suas reedições, bem como pelo Artigo 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24.08.2001. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, por meio do Banco do Nordeste do Brasil S.A., mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido.

NOTA 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com observância das disposições da legislação societária, quando aplicáveis, e da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais.

NOTA 3 – Administração

Ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. cabe: aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos e deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional; prestar contas sobre os resultados alcançados; exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive renegociar e liquidar dívidas, nos termos definidos nos artigos 15-B, 15-C e 15-D da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 4 – Principais Práticas Contábeis

O FNE tem contabilidade própria valendo-se do sistema contábil do Banco para registro de seus atos e fatos, em subtítulos específicos, com apuração de resultados à parte.

O exercício financeiro do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados.

São as seguintes as principais práticas contábeis:

a) Apropriação de Receitas e Despesas

a.1) As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco sobre os recursos do Fundo momentaneamente não aplicados.

a.2) Por meio da Resolução nº 4.395, de 30.12.2014, o Conselho Monetário Nacional (CMN) definiu os encargos financeiros para as operações realizadas com recursos do FNE no período de 01 de janeiro de 2015 a 30 de junho de 2015, a taxas que variam de 4,71% a 8,83% a.a. para os produtores rurais e suas cooperativas, consoante a finalidade do crédito e a receita bruta anual do produtor ou cooperativa. Para os demais setores, fixou taxas que variam de 8,24% a 14,71% a.a., de acordo com a finalidade do crédito e a receita bruta anual do empreendimento financiado.

O bônus de adimplência foi fixado em 15% a.a., sobre os encargos financeiros, para as parcelas das dívidas pagas até os respectivos vencimentos.

Esses encargos financeiros e bônus de adimplência não se aplicam aos beneficiários de financiamentos com base no Artigo 8º-A da Lei nº 10.177, de 12.01.2001 e no Artigo 15 da Lei nº 12.716 de 21.09.2012, e aos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A Resolução CMN nº 4.423, de 25.06.2015, alterou os encargos financeiros para as operações rurais realizadas com recursos do FNE no período de 01 de julho de 2015 a 30 de junho de 2016, que passaram a variar de 7,65% a 12,35% a.a. para os produtores rurais e suas cooperativas, consoante a finalidade do crédito e a receita bruta anual do produtor ou cooperativa. Permaneceram inalteradas as taxas de encargos para os demais setores, definidas na supracitada Resolução nº 4.395.

A Resolução CMN nº 4.452, de 17.12.2015, alterou os encargos financeiros para as operações dos demais setores realizadas com recursos do FNE no período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, que passaram a variar de 11,80% a 20,24% a.a.

Esses encargos financeiros e bônus de adimplência não se aplicam aos beneficiários de financiamentos com base no Artigo 8º-A da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, e os arts. 9º e 9º-A da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, nem aos agricultores familiares enquadrados no Pronaf, definidos na legislação e no regulamento daquele Programa.

A Resolução CMN nº 4.503, de 30.06.2016, alterou os encargos financeiros para as operações rurais realizadas com recursos do FNE no período de 01 de julho de 2016 a 30 de junho de 2017, que passaram a variar de 7,65% a 12,35% a.a. para os produtores rurais e suas cooperativas, consoante a finalidade do crédito e a receita bruta anual do produtor ou cooperativa. Permaneceram inalteradas as taxas de encargos para os demais setores, definidas na supracitada Resolução nº 4.395.

A Resolução CMN nº 4.542, de 21.12.2016, alterou os encargos financeiros dos financiamentos realizados com recursos do FNE no período de 01 de janeiro a 31 de março de 2017, que passaram a variar de 8,10% a 15,90% a.a. O bônus de adimplência foi fixado em 15% (quinze por cento) sobre os encargos financeiros, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento. Esses encargos financeiros e o bônus de adimplência estabelecidos na citada Resolução não se aplicam aos beneficiários das linhas de crédito de que trata o art. 8º-A da Lei nº 10.177, de 2001, nem aos financiamentos de operações rurais de que trata a Resolução CMN nº 4.503, de 30 de junho de 2016.

Os encargos financeiros para a situação de normalidade, às taxas previstas em Lei, são contabilizados nas adequadas contas de resultado do Fundo. Sobre os valores vencidos e não pagos, incidem encargos de inadimplemento, pactuados contratualmente, sendo contabilizada, como rendas a apropriar do Fundo, a parcela desses encargos que supera as taxas previstas na legislação.

O reconhecimento da despesa relativa aos bônus é feito concomitantemente com o pagamento dos encargos pelo mutuário.

Nas operações de financiamento no âmbito do Pronaf são aplicados os encargos financeiros estabelecidos pelo CMN, conforme a legislação e o regulamento do Programa constante no Manual de Crédito Rural, Capítulo 10, do Bacen.

- a.3)** A Medida Provisória nº 2.196-1, de 28.06.2001, e suas reedições, que estabeleceu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, define o que segue, relativamente ao *del credere* a que faz jus o Banco, sobre os financiamentos com recursos do FNE:
- nas operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero, mantendo-se inalterados os encargos pactuados com os mutuários;
 - para as operações contratadas com risco de 50% para o Banco, o *del credere* será de 3% a.a; e
 - nas operações resultantes de repasses de recursos ao Banco, para que este, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realize operações de crédito, o *del credere* será de 6% a.a.
- a.4)** Na forma do Decreto nº 5.818, de 26.06.2006, combinado com a Resolução CMN nº 3.293, de 28.06.2005, nas operações do Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira) com empresas de grande porte, com risco compartilhado, o *del credere* do Banco será de 2,5% a.a.
- a.5)** A Portaria nº 616, de 16.05.2003, do Ministério da Integração Nacional, estabelece que, nas operações de repasses para instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, o Banco faz jus ao *del credere* negociado com as instituições operadoras, respeitado o limite estabelecido na legislação.
- a.6)** Nos financiamentos enquadrados no Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Semiárido, Floresta, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio não há incidência de *del credere* em favor do Banco, conforme previsto na legislação e no regulamento do Programa.
- a.7)** Para as operações de crédito reclassificadas nos termos do Artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, a Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, determina o *del credere* do Banco

de 3% a.a. nas hipóteses definidas em seu Artigo 1º, incisos I a IV, e o *del credere* de 6% a.a. nas hipóteses definidas em seu Artigo 1º, parágrafo único.

- a.8)** Constituem despesas do FNE os valores relativos à taxa de administração a que o Banco faz jus como gestor do Fundo, à remuneração do Banco sobre os saldos dos financiamentos no âmbito do Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido Seca-2012 – Grupo B, Semiárido Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012–Custeio – Grupo B, Seca-2012-Custeio – Outros Grupos e demais Pronafs com risco compartilhado, à remuneração do Banco sobre os desembolsos do Pronaf A/Microcrédito, B, Semiárido, Floresta e demais Pronafs com risco compartilhado, ao prêmio de desempenho sobre os reembolsos do Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Semiárido, Floresta, Semiárido-Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012-Custeio - Outros Grupos e demais Pronafs com risco compartilhado, à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de que trata a Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, e à contratação de auditoria externa, além dos bônus e descontos definidos na legislação.

A taxa de administração de 3% a.a., paga ao Banco pelo FNE, é apropriada mensalmente à base de 0,25% sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de repasse ao Banco, de repasses a outras instituições conforme Portaria nº 616, de 26.05.2003, do Ministério da Integração Nacional e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf Grupo A/Agroamigo, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido Seca-2012 – Grupo B, Semiárido Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012–Custeio – Grupo B e Seca-2012-Custeio – Outros Grupos, ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional, consoante Decreto nº 5.641, de 26.12.2005.

A remuneração do Banco sobre os saldos dos financiamentos do Pronaf, a remuneração sobre os desembolsos e o prêmio de desempenho sobre os reembolsos seguem os percentuais e critérios definidos na legislação e no Regulamento do Programa.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

São apresentados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

- b.1)** O Caixa e Equivalentes de Caixa são formados pelas Disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em operações de crédito, e os Recursos Comprometidos com Operações de Crédito, que representam as disponibilidades comprometidas, referentes às parcelas ainda não liberadas das operações contratadas, correspondentes aos valores pendentes de liberação até a data da apuração, acrescidos das liberações previstas para os 90 dias seguintes e de eventuais descasamentos entre os valores a liberar após esses 90 dias e a estimativa de ingressos de recursos no Fundo ao longo desse período. As disponibilidades do Fundo em poder do Banco são remuneradas com base na taxa extramercado, divulgada pelo Bacen.

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
Disponibilidades	11.295.787	5.231.546
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	5.369.510	6.092.794
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	16.665.297	11.324.340

- b.2)** O total das Operações de Crédito é apresentado pelo valor de principal acrescido dos encargos financeiros, retificados por rendas a apropriar e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6).

- b.3)** A Lei nº 11.322, de 13.07.2006, dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações.

- b.4)** A Lei nº 11.775, de 17.09.2008, dispõe sobre a liquidação, regularização, renegociação ou reclassificação de dívidas originárias de operações de crédito enquadradas, dentre outras, nas Leis nº 9.138, de 29.11.1995, nº 10.437, de 25.04.2002 e nº 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.08.2001, Resolução CMN nº 2.471, de 26.02.1998, no Pronaf, no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecir – Fase III) e contratadas com recursos do FAT pelos agentes financeiros, concedendo descontos, bônus de adimplência sobre saldo devedor, dispensas, manutenção ou reescalamentos de prazos.

- b.5)** A Lei nº 12.249, de 11.06.2010, dispõe, em seus Artigos 69 e 70, sobre a remissão de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei nº 11.322, de 13.07.2006, ou enquadráveis naquele Artigo, bem como a concessão de rebates para liquidação de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei nº 11.322 não remetidas, lastreadas com recursos do FNE ou com recursos mistos do FNE com outras fontes. A mesma Lei, em seus Artigos 71 e 72,

dispõe sobre a remissão de dívidas referentes a operações rurais com produtores enquadrados no Grupo B do Pronaf, bem como sobre a concessão de rebates para as dívidas não remitidas, lastreadas com recursos do FNE.

- b.6)** A Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012, autorizou o Poder Executivo a instituir linhas de crédito especiais com recursos do FNE, destinadas a atender aos setores produtivos rural, industrial, comercial e de serviços dos municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo Federal. Essa mesma Lei, em seu Artigo 5º, autorizou a instituição de linha de crédito rural com recursos do FNE para liquidação, até 31 de dezembro de 2013, de operações de crédito rural de custeio e de investimento com risco compartilhado ou integral do Tesouro Nacional, do FNE ou das instituições financeiras oficiais federais. Referida linha de crédito foi regulamentada por meio da Resolução CMN nº 4.147, de 25.10.2012.
- b.7)** A Lei nº 13.340, de 28.09.2016, autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas do crédito rural contratadas até 31.12.2011 com recursos do FNE e com mix de recursos de outras fontes com o FNE, estabelecendo, para os casos de liquidação, rebates sobre o saldo devedor atualizado, conforme os critérios ali definidos, autorizando o FNE a assumir os ônus decorrentes da medida.
- b.8)** São registrados na rubrica “Outros Créditos” os direitos do FNE sobre bens móveis ou imóveis recebidos pelo Banco para amortização ou liquidação de dívidas. Após a alienação dos bens, os valores obtidos na venda são rateados entre o Fundo e o Banco, na proporção do risco assumido, conforme dispõe o Artigo 7º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.
- b.9)** Os valores recebidos em Títulos da Dívida Agrária, para o pagamento de créditos concedidos com recursos do FNE, e aqueles recebidos para cobertura de créditos concedidos ao amparo do Proagro, são registrados na rubrica “Outros Valores e Bens” e estão contabilizados pelo valor de face, acrescido da remuneração prevista para cada papel, e são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

c) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:

- transferências da União, na proporção de 1,8%, extraídas do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), realizadas decenalmente;
- retornos e resultados operacionais; e
- resultado da remuneração dos recursos do Fundo momentaneamente não aplicados, paga pelo Banco.

d) Isenção Tributária

O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame, na forma da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e alterações posteriores.

e) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do FNE é o Real.

NOTA 5 – Fiscalização

O Banco mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês. Na forma da legislação, os balanços do FNE, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

NOTA 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas

a) Composição da Carteira de Crédito

a.1) Carteira Total

Financiamentos	31.12.2016			31.12.2015		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	23.409.284	625.569	24.034.853	22.073.757	555.207	22.628.964
Financiamentos à Exportação	116.836	6.042	122.878	67.144	20.922	88.066
Financiamentos de Infraestrutura e	4.148.715	127.028	4.275.743	4.539.065	-	4.539.065

Desenvolvimento						
Financiamentos Agroindustriais	961.046	75.031	1.036.077	881.232	78.930	960.162
Financiamentos Rurais	18.720.121	1.053.521	19.773.642	18.075.480	958.548	19.034.028
Subtotal	47.356.002	1.887.191	49.243.193	45.636.678	1.613.607	47.250.285
Repasses ao BNB	2.012.874	-	2.012.874	1.792.282	-	1.792.282
Repasses a Outras Instituições	203.282	-	203.282	198.834	-	198.834
Total da Carteira	49.752.158	1.887.191	51.459.349	47.627.794	1.613.607	49.241.401
Provisão	(214.728)	(498.175)	(712.903)	(274.667)	(414.967)	(689.634)
Total Líquido ⁽¹⁾	49.357.430	1.389.016	50.746.446	47.353.127	1.198.640	48.551.767

a.2) Carteira com Risco Integral do BNB

Financiamentos	31.12.2016			31.12.2015		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	7.042	1.724	8.766	-	-	-
Financiamentos Agroindustriais	1.713	5	1.718	1.602	-	1.602
Financiamentos Rurais	293.425	17.385	310.810	293.717	12.264	305.981
Subtotal	302.180	19.114	321.294	295.319	12.264	307.583
Repasses ao BNB	2.012.874	-	2.012.874	1.792.282	-	1.792.282
Repasses a Outras Instituições	149.412	-	149.412	147.199	-	147.199
Total da Carteira	2.464.466	19.114	2.483.580	2.234.800	12.264	2.247.064
Total Líquido ⁽¹⁾	2.464.466	19.114	2.483.580	2.234.800	12.264	2.247.064

a.3) Carteira com Risco Compartilhado

Financiamentos	31.12.2016			31.12.2015		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	23.285.955	616.912	23.902.867	22.011.617	547.102	22.558.719
Financiamentos à Exportação	116.836	6.042	122.878	67.144	20.922	88.066
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	4.148.715	127.028	4.275.743	4.539.065	-	4.539.065
Financiamentos Agroindustriais	894.660	68.647	963.307	815.272	71.624	886.896
Financiamentos Rurais	11.045.083	610.346	11.655.429	10.383.363	559.981	10.943.344
Subtotal	39.491.249	1.428.975	40.920.224	37.816.461	1.199.629	39.016.090
Total da Carteira	39.491.249	1.428.975	40.920.224	37.816.461	1.199.629	39.016.090
Provisão	(57.520)	(347.426)	(404.946)	(74.028)	(250.954)	(324.982)
Total Líquido ⁽¹⁾	39.433.729	1.081.549	40.515.278	37.742.433	948.675	38.691.108

a.4) Carteira com Risco Integral do FNE

Financiamentos	31.12.2016			31.12.2015		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	116.287	6.933	123.220	62.140	8.105	70.245
Financiamentos Agroindustriais	64.673	6.379	71.052	64.358	7.306	71.664
Financiamentos Rurais	7.381.613	425.790	7.807.403	7.398.400	386.303	7.784.703
Subtotal	7.562.573	439.102	8.001.675	7.524.898	401.714	7.926.612
Repasses a Outras Instituições	53.870	-	53.870	51.635	-	51.635
Total da Carteira	7.616.443	439.102	8.055.545	7.576.533	401.714	7.978.247
Provisão	(157.208)	(150.749)	(307.957)	(200.639)	(164.013)	(364.652)
Total Líquido ⁽¹⁾	7.459.235	288.353	7.747.588	7.375.894	237.701	7.613.595

⁽¹⁾ Para a situação "Normal", foram consideradas as provisões resultantes de renegociações/aquisições e a provisão extraordinária constituída sobre operações de crédito com indícios de irregularidades. Para a situação "Atraso", foram consideradas as provisões em decorrência apenas do atraso.

b) O risco sobre as operações com recursos do FNE está assim distribuído, consoante a legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais de Financiamento, o Pronaf e o disposto no Art. 8º na Lei nº 13.001, de 20.06.2014:

b.1) Operações contratadas até 30.11.1998:

- o risco é atribuído integralmente ao FNE; e

- nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen o risco é de 100% para o FNE. De acordo com cláusula específica inserida nos contratos de repasses, o risco dos financiamentos concedidos aos mutuários finais é assumido integralmente pela instituição operadora.

b.2) Operações contratadas a partir de 01.12.1998:

- nos financiamentos enquadrados no Programa da Terra, o risco é do FNE;
- nas operações no âmbito do Pronaf A, A/Microcrédito, B e A/C e programas Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio, o risco é de 100% para o FNE;
- nos repasses ao Banco, para que este, em nome próprio, realize operações de crédito, o risco das operações é integralmente assumido pelo Banco;
- nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, contratados a partir da vigência da Portaria nº 616, de 26.05.2003, o Banco detém 100% do risco. Consoante prevê a citada Portaria, e de acordo com cláusula específica constante dos contratos de repasses, o risco dos financiamentos realizados é assumido integralmente pela instituição operadora;
- nas operações de que trata o Artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o risco é de 100% para o Banco, quando o risco da operação original for integralmente atribuído ao Banco, ou compartilhado, na hipótese de a operação renegociada ter este tipo de risco; e
- nas demais operações, o risco é de 50% para o FNE, cabendo 50% de risco ao Banco, onde são observadas as disposições da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999.

- c)** De acordo com a faculdade prevista no parágrafo único do Artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na contabilidade do FNE, segue os critérios definidos no inciso I, alíneas “a” e “b”, desse mesmo artigo, que determina a constituição de provisão para as parcelas com atraso superior a 180 dias, de acordo com o risco assumido pelo Fundo. A movimentação do saldo da provisão no exercício é demonstrada no quadro a seguir:

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
Saldo Inicial da Provisão para Perdas em Operações de Créditos	689.634	661.711
. Risco Integral do FNE	364.652	425.993
. Risco Compartilhado	324.982	235.718
(+) Constituição de Provisão Líquida no Exercício	951.425	784.839
Despesa de Provisão para Perdas em Operações de Crédito	951.425	784.839
. Risco Integral do FNE	338.893	293.887
. Provisão por Atraso/Renegociações	347.229	305.630
. Ajustes de Provisão por Deságio	(8.336)	(11.743)
. Risco Compartilhado	612.532	490.952
. Provisão por Atraso/Renegociações	622.683	458.976
. Ajustes de Provisão de Operações Irregulares	(10.151)	31.976
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Exercício	928.156	756.916
. Risco Integral do FNE	395.589	355.228
. Risco Compartilhado	532.567	401.688
(=) Saldo Final da Provisão para Perdas em Operações de Crédito	712.903	689.634
. Risco Integral do FNE	307.956	364.652
. Risco Compartilhado	404.947	324.982

- d)** De acordo com o disposto na Portaria Interministerial nº 46, de 07.03.2007, são constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei nº 11.322, de 13.07.2006, da seguinte forma:

d.1) para as operações com outras fontes de recursos adquiridas pelo FNE: em valor igual ao deságio apurado na aquisição pelo Fundo, registradas em contrapartida a operações de crédito; e

d.2) nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registrados em contrapartida a Despesas de Provisões para Perdas em Operações de Crédito. No exercício foi registrada uma redução de provisão no valor de R\$ 32.058 (redução de R\$ 74.618 em 31.12.2015), sendo R\$ 27.821 (redução de R\$ 68.776 em 31.12.2015) referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 4.237 (redução de R\$ 5.482 em 31.12.2015) às operações com risco compartilhado. Essas reduções incluem R\$ 1.666 (redução de R\$ 45.225 em 31.12.2015) resultantes de rebates e remissões de operações enquadradas na

Lei nº 12.249, de 11.06.2010 e na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, sendo R\$ 1.588 (redução de R\$ 43.096 em 31.12.2015) referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 78 (redução de R\$ 2.129 em 31.12.2015) referentes às operações de risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no subitem “Provisão para Perdas em Operações de Crédito” do quadro apresentado na alínea “c” desta Nota.

- e) A Portaria Interministerial nº 244, de 14.10.2008, estabelece que serão constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, da seguinte forma:
- e.1) nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registrados em contrapartida a Despesas de Provisões Operacionais; e
- e.2) para as operações do FNE renegociadas, foi registrada uma redução de provisão no montante de R\$ 11.602 (redução de R\$ 17.849, em 31.12.2015) sendo R\$ 9.348 (R\$ 14.737 em 31.12.2015) referentes às operações com risco integral para o Fundo e R\$ 2.254 (R\$ 3.112 em 31.12.2015) às operações com risco compartilhado. Esses valores incluem a redução de R\$ 543 (R\$ 8.409 em 31.12.2015) decorrentes de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei nº 12.249, de 11.06.2010 e na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, sendo R\$ 486 (R\$ 7.575 em 31.12.2015) referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 57 (R\$ 834 em 31.12.2015) referentes às operações de risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no subitem “Provisão para Perdas em Operações de Crédito” do quadro apresentado na alínea “c” desta Nota.
- f) Em 31.12.2016, encontra-se registrado em Provisão para Perdas em Operações de Crédito o montante de R\$ 40.093 (R\$ 50.245 em 31.12.2015), referente à provisão extraordinária para fazer face ao risco do Fundo em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna do Banco. Nesse caso, foram considerados os saldos das operações, conforme o risco atribuído ao FNE, efetuando-se a complementação para aquelas que já registravam provisão por atraso na forma da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.
- g) As renegociações formalizadas no período, com base nas Leis nºs 11.775, de 17.09.2008, 9.138, de 29.11.1995, 10.437, de 25.04.2002 e 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.08.2001, e as remissões e rebates concedidos ao amparo da Lei nº 12.249, de 11.06.2010 e da Lei nº 12.716, de 21.09.2012, elevaram o resultado do Fundo em R\$ 31.117 (aumento de R\$ 82.324 em 31.12.2015). Este efeito inclui custos decorrentes da renegociação de operações contratadas com outras fontes ou fontes mistas, adquiridas ou reclassificadas para o Fundo, conforme autorização das leis supracitadas, demonstrados no quadro a seguir:

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	4.855	129.333
Despesas - Bônus e Dispensas	(23.983)	(173.905)
Efeito Líquido em Provisões	50.245	126.806
Total	31.117	82.234

- h) Nas Demonstrações do Resultado, as “Receitas de Operações de Crédito” estão registradas pelo seu valor líquido, apresentando a seguinte composição:

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
Rendas de Operações de Crédito	3.514.983	3.450.816
Despesa de <i>del credere</i> do Banco	(1.254.708)	(1.206.890)
Despesa de <i>del credere</i> de Outras Instituições	(3.394)	(3.465)
Despesas de Atualização Monetária Negativa	(3.899)	(6.232)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(25.549)	(146.006)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Operações Contratadas pelo Banco	(959.902)	(748.080)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses Lei nº 7.827-Artigo 9º-A	(9.262)	(10.308)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses a Outras Instituições	(1.884)	(1.834)
Despesas de Rebate Principal Operações com Recursos do FAT-BNDES - Lei nº 10.193, de 14.02.2001	(1)	-
Ops. FNE Honradas p/BNB – Rebate/Recálculo Res. 4.298/4.299	-	(35)

Despesas com Outras Operações BNB – Rebate Leis nºs 12.249 e 12.844, de 11.06.2010 e 19.07.2013	(47)	(5.230)
Despesas com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Remissão Lei nº 12.249, de 11.06.2010	(1)	(1)
Despesas com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Rebate Leis nºs 12.249 e 12.844, de 11.06.2010 e 19.07.2013	(1.061)	(14.856)
Ajuste de Valores Decorrentes da Alienação de Bens	(10)	-
Total	1.255.264	1.307.879

i) Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do Banco

- i.1)** Não obstante a faculdade prevista no Parágrafo único do Artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, segundo o qual o reconhecimento de perdas na contabilidade do FNE pode ser feito por parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 dias, conforme o percentual de risco assumido pelo Fundo, o Banco reconhece as perdas nessas operações considerando as parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 329 dias.
- i.2)** A devolução ao FNE dos recursos relativos à parcela de risco do Banco é realizada no segundo dia útil após o reconhecimento das perdas pelo Fundo, segundo o critério previsto no inciso II, alínea “a”, do Artigo 5º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, observado o disposto na alínea j.1 precedente.
- i.3)** No exercício, o Banco devolveu ao FNE recursos no montante de R\$ 545.677 (R\$ 412.039 em 31.12.2015), relativos à parcela de risco do Banco nas operações com valores enquadrados como prejuízo e naquelas liquidadas ao amparo da Resolução nº 30, de 29.04.2010, do Conselho Deliberativo da Sudene (Condel), conforme segue:

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005 – Risco Compartilhado	532.568	401.688
Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005 – Risco Integral do Banco	13.109	10.283
Resolução nº 30, de 29.04.2010, do Condel – Risco Compartilhado	-	68
Total	545.677	412.039

NOTA 7 - Ajustes de Exercícios Anteriores

O ajuste líquido negativo, em 31.12.2016, de R\$ 541 (negativo em R\$ 399 em 31.12.2015), refere-se a recálculos de encargos sobre operações de crédito.

NOTA 8 – Repasses ao Banco com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989

O saldo devedor dos repasses realizados ao Banco, mediante Instrumento de Dívida Subordinada, apresenta a seguinte composição:

Especificação	31.12.2016	31.12.2015
Recursos Disponíveis	1.459.779	1.181.091
Recursos Aplicados	553.095	611.191
Total	2.012.874	1.792.282

Em Recursos Disponíveis são registrados os valores momentaneamente não aplicados em operações de crédito pelo Banco, sendo remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen. Os Recursos Aplicados correspondem aos valores liberados aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, na forma da legislação e do Instrumento de Dívida Subordinada firmado.

NOTA 9 - Registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)

Em cumprimento ao disposto na Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, as informações contábeis relativas ao FNE são disponibilizadas no Siafi, observando as características peculiares do Fundo.

Fortaleza (Ce), 13 de fevereiro de 2017.

A Diretoria

Obs: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE

(Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (“Fundo”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2, 4 e 6.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas 2, 4 e 6 às demonstrações financeiras, que descrevem sua base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela administração do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Conseqüentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2, 4 e 6 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras,

inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen
Contador 1SP184050/O-6

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Ricardo Soriano de Alencar (Presidente) – Daniel de Sabóia Xavier – Edmilson Gama da Silva – Jeferson Luis Bittencourt – Marcos Costa Holanda – Zilana Melo Ribeiro

DIRETORIA: Marcos Costa Holanda (Presidente) – Antônio Rosendo Neto Júnior (Diretor de Negócios) – Henrique Teixeira Moura (Diretor de Administração) – Nicola Moreira Miccione (Diretor de Controle e Risco) – Perpétuo Socorro Cajazeiras (Diretor de Planejamento) – Romildo Carneiro Rolim (Diretor Financeiro e de Crédito)

CONSELHO FISCAL: Maria Teresa Pereira Lima (Presidente Substituta) – Carlos Henrique Soares Nuto – José Mário Valle – Manuel dos Anjos Marques Teixeira

COMITÊ DE AUDITORIA: Manoel das Neves (Presidente) – Cleber Santiago (Membro Titular) – José Wilkie Almeida Vieira (Membro Titular em exercício)

SUPERINTENDENTE: José Jurandir Bastos Mesquita (Controle Financeiro)

CONTADORA: Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros – CRC-CE 016318/O-7
